

CLAYTON BARBOSA FERREIRA FILHO

**A (TOXI)CIDADE DE CUBATÃO: HISTÓRIA AMBIENTAL, DESASTRES
TECNOLÓGICOS E A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO AMBIENTAL DA
CIDADE TÓXICA NA DÉCADA DE 1980**

**IRATI
2015**

CLAYTON BARBOSA FERREIRA FILHO

**A (TOXI)CIDADE DE CUBATÃO: HISTÓRIA AMBIENTAL, DESASTRES
TECNOLÓGICOS E A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO AMBIENTAL DA
CIDADE TÓXICA NA DÉCADA DE 1980**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná - UNICENTRO, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Jó Klanovicz

**IRATI
2015**

Catálogo na Fonte
Biblioteca da UNICENTRO

F383t	<p>FERREIRA FILHO, Clayton Barbosa.</p> <p>A (toxi)cidade de Cubatão: história ambiental, desastres tecnológicos e a construção do imaginário ambiental da cidade tóxica na década de 1980 / Clayton Barbosa Ferreira Filho. -- Irati, PR : [s.n], 2015. 114f.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Jó Klanovicz Dissertação (mestrado) – Pós-graduação em História. Universidade Estadual do Centro-Oeste, Paraná.</p> <p>1. Dissertação – mestrado. 2. Engenharia ambiental. 3. Resíduos tóxicos. 4. Cubatão – cidade – desastre industrial. 5. História – imprensa. I. Klanovicz, Jó. II. UNICENTRO. III. Título.</p> <p>CDD 20 ed. 628.53</p>
-------	---



TERMO DE APROVAÇÃO

Clayton Barbosa Ferreira Filho

“A (Toxi)Cidade de Cubatão: história ambiental, desastres tecnológicos e a construção do imaginário ambiental da cidade tóxica na década de 1980”

Dissertação aprovada em 22/06/2015, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:

Dr. Alfredo Ricardo Silva Lopes
Universidade Federal de Santa Catarina
Titular

Dr.ª Luciana Rosa Fornazari Klanovicz
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Titular

Dr. João Klanovicz
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR
2015

Para Virgínia e Clayton.

RESUMO: Nesta dissertação de mestrado em história busco explorar a construção dos discursos jornalísticos como produtores de um imaginário ambiental apocalíptico sobre a cidade de Cubatão, São Paulo, na década de 1980, sobretudo nas matérias do jornal *A Tribuna de Santos*. Os discursos contidos nas matérias de *A Tribuna de Santos* – além de jornais e revistas de todo o mundo - contribuíram para a construção e permanência da ideia de Cubatão como uma (toxi)cidade. Na década de 1970, durante a ditadura militar, Cubatão foi uma peça fundamental da economia brasileira, responsável sozinha por 4% do PIB nacional. A cidade de Cubatão comporta o primeiro e um dos mais importantes pólos petroquímicos brasileiros, e ficou internacionalmente conhecida na década de 1980 devido aos diversos problemas ambientais que não pararam de vir à tona. Estes, que foram gerados em função de décadas de ação das indústrias de base – petróleo, siderurgia e fertilizantes - que expeliam toneladas de resíduos tóxicos de suas chaminés diariamente, contaminaram fauna, flora, e a população local, composta em sua grande maioria por trabalhadores destas mesmas indústrias. Nesta pesquisa, afirmo que, mesmo com as políticas ambientais de controle da contaminação industrial na década de 1980 e com uma nova identidade forjada a partir do discurso ecológico no início da década de 1990 - discurso este que rompe com a ideia da cidade cinza instaurando o da cidade verde - Cubatão permanece no imaginário ambiental como a cidade tóxica até os dias atuais. Um ponto importante discutido no trabalho é a relação entre as políticas desenvolvimentistas - sustentadas por discursos científicos, como o da economia - com todo tipo de desastres ambientais que ocorreu em Cubatão. Situo Cubatão na teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck(1986), e considero que todo grande empreendimento tecnológico é altamente pensando e calculado, desde sua viabilidade à seus possíveis riscos. Com isso, critico que, apesar de pólos industriais serem grandes empreendimentos tecnológicos pensados por tecnocratas para promover o desenvolvimento econômico a partir de projetos desenvolvimentistas, os técnicos industriais não calcularam ou não desenvolveram políticas para a prevenção de possíveis incidentes, que vieram a causar desastres de toda ordem, como chuvas ácidas, enxurradas, explosões, incêndios, a contaminação de rios, manguezais, animais e plantas, além das anencefalias e centenas de doenças e mortes causadas em humanos direta e indiretamente pela ação das indústrias.

Palavras-Chave: 1 História Ambiental. 2 Cubatão. 3 Desastres. 4 Imprensa.

ABSTRACT: In this dissertation in history seek to explore the construction of journalistic discourse as producers of environmental apocalyptic imagery of the city of Cubatão, São Paulo, in the 1980s, especially in the field of newspaper The Tribune. The speeches contained in the materials of the Tribune - as well as newspapers and magazines from around the world - contributed to the construction and permanence of the idea of Cubatão as a (methoxy) city. In the 1970s, during the military dictatorship, Cubatão was a key part of the Brazilian economy, responsible alone for 4% of national GDP. The city of Cubatão holds the first and one of the most important Brazilian petrochemical complexes, and became internationally known in the 1980s due to various environmental problems that have continued to come out. These, which were generated as a result of action of decades of basic industries - oil, steel and fertilizer - each burning tons of toxic waste from its chimneys daily contaminated fauna, flora, and the local population, composed mostly by workers these same industries. In this research, I argue that, even with the environmental policies of the industrial pollution control in the 1980s and with a new identity forged from the ecological discourse in the early 1990s - this speech that breaks with the idea of introducing the gray city green city - Cubatão remains in the environmental imagination as the toxic city to the present day. An important point discussed in the work is the relationship between the development policies - supported by scientific discourses, such as the economy - with all kinds of environmental disasters that occurred in Cubatão. I situate Cubatão in the theory of risk society Ulrich Beck (1986), and I believe that every great technological enterprise is highly thinking and calculated, since its viability to its possible risks. Thus, critical that while industrial centers are major technological developments designed by technocrats to promote economic development from development projects, industrial technicians not calculated or not developed policies for the prevention of possible incidents that came to cause disaster all kinds, such as acid rain, floods, explosions, fires, contamination of rivers, mangroves, animals and plants, in addition to anencephaly and hundreds of illnesses and deaths caused by direct human and indirectly by the action of industries.

Keywords: 1 Environmental History. 2 Cubatao.3 Disasters.4 Press.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MAPA POLÍTICO DA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	26
FIGURA 2 - MAPA DOS 80,86 KM ² DE MANGUEZAIS DO ESTUÁRIO DE SANTOS.....	30
FIGURA 3 - FOTO AÉREA DE CUBATÃO EM 1963.	34
FIGURA 4 - RESTOS DA VILA SOCÓ NA MANHÃ DE 25 DE FEVEREIRO DE 1984	37
FIGURA 5 - BRASÃO DA CIDADE DE CUBATÃO	60
FIGURA 6 - MAPA INFOGRÁFICO DA POLUIÇÃO EM CUBATÃO.....	75
FIGURA 7 - CAPA DA EDIÇÃO DE 26 DE FEVEREIRO DE 1984 DE A TRIBUNA DE SANTOS..	85
FIGURA 8 - REDE DE OLEODUTOS QUE CRUZAM CUBATÃO E A VILA SOCÓ	91
FIGURA 9 - COPO-DE-LEITE	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

II PND - II Plano Nacional de Desenvolvimento

ACPO – Associação de Combate aos Poluentes Orgânicos Persistentes

ALESP – Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

AVPMCVV – Associação das Vítimas da Poluição e das Más Condições de Vida de Cubatão

CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

CEV – Comissão Especial de Vereadores

CEI – Comissão Especial de Inquérito - ALESP

CNP – Conselho Nacional do Petróleo

CPEA - Consultoria, Planejamento e Estudos Ambientais

COSIPA – Companhia Siderúrgica Paulista

DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica

ESTOCOLMO 72 – Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente

RPBC – Refinaria Presidente Bernardes Cubatão

OMS – Organização Mundial de Saúde

OSSP – Oleoduto Santos-São Paulo

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente

SBE - Sociedade Brasileira de Ecologia

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	23
CUBATÃO: UMA (TOXI)CIDADE OU UMA ECOCIDADE?	23
1.1 O “FENÔMENO” CUBATÃO	25
1.2. AS INDÚSTRIAS E CUBATÃO	32
1.3. CUBATÃO: UMA SOCIEDADE INDUSTRIAL DE RISCO?.....	39
CAPÍTULO 2	49
O EMBATE ENTRE DESENVOLVIMENTO E DESASTRE	49
2.1 DISCURSO ECONÔMICO, VERDADE E PODER	53
2.2 O ESTADO MODERNISTA COMO UM GRANDE JARDINEIRO.....	56
2.3 UM TÉCNICO PARA UMA CIDADE DE TÉCNICA.....	61
2.4. O ECOCÍDIO DA CIDADE TÉCNICA	64
CAPÍTULO 3	66
CUBATÃO ATRAVÉS DE UMA JANELA ESTREITA	66
3.1. “O FIM DO SILÊNCIO” E A EMERGÊNCIA DO “VALE DA MORTE”	67
3.2. . O DESASTRE DE VILA SOCÓ NAS PÁGINAS DO JORNAL A TRIBUNA DE SANTOS	81
3.3. O GÁS DA ÍNDIA CHEGA À BAIXADA SANTISTA	97
REFERÊNCIAS	109
FONTES	109
BIBLIOGRAFIA	110

INTRODUÇÃO

A dissertação que se segue é fruto do interesse dado pelos periódicos aos desastres ambientais, e busquei especificamente a partir da análise do jornal impresso *A Tribuna de Santos*, uma melhor compreensão dos desastres ambientais, eventos que começam a serem discutidos pela esfera pública brasileira. Iniciei essa pesquisa buscando realizar uma investigação mais precisa sobre os desastres ambientais de ordem tecnológica ocorridos nas décadas de 1970 e 1980 em algumas cidades da Baixada Santista, estado de São Paulo, mas especialmente na cidade de Cubatão.

A cidade de Cubatão é uma importante cidade do litoral paulista, pois sedia um dos pólos industriais petroquímicos mais importantes do Brasil, sendo responsável pela produção de matéria-prima que vai desde o refino de petróleo, a produção de aço no complexo siderúrgico, até a produção de fertilizantes agrícolas, tendo contribuído sozinho com cerca de 4% do PIB da União na década de 1970. Ocorre que, na década de 1980 a cidade de Cubatão ganhou as capas de revistas e jornais de todo o mundo, quando seus inúmeros desastres ambientais começaram a vir à tona depois de anos de “silenciamento” promovidos pela regime militar brasileiro.

Como toda pesquisa, a realização desta deve-se por inquietações pessoais, e também por inquietações acadêmicas, que ambas acabam se cruzando. Devido à relação de proximidade com a pesquisa me fazer sentir ao mesmo tempo como sujeito e observador do objeto, e em função de fazer parte de uma geração que, por ter nascido em um momento de transição dos acontecimentos político-ambientais ocorridos em Cubatão ao fim da década de 1980, cresci dentro de uma cultura ambiental que entendo ser o produto dos acontecimentos da década de 1980. Diante destes esclarecimentos, senti a necessidade de compreender de que forma foram se constituindo as construções históricas acerca da cidade de Cubatão dentro da história do Brasil.

Ao mesmo tempo em que fui compreendendo tais construções, quis entender como as narrativas produzidas para Cubatão na década de 1980 arquitetaram uma identidade que se mantém atual no imaginário socioambiental da cidade. Mas, além destas inquietações pessoais e acadêmicas, perguntei-me qual seria a importância histórica de Cubatão para a História Ambiental Brasileira? Por que Cubatão na década de 1980, tendo

em vista que os desastres estão em no topo das manchetes dos jornais e telejornais nos anos 2010, inclusive os desastres ocorridos em Cubatão?

Cubatão já havia sido nosso objeto de estudo em nível de graduação, porém, em virtude das limitações de um trabalho de conclusão de curso, os desastres ambientais de Cubatão foram discutidos de maneira superficial. Neste trabalho de conclusão de curso, analisei as matérias e reportagens do jornal *A Tribuna de Santos* do que veio a ser chamado de “Caso Rhodia” entre o fim da década de 1980 e início da de 1990. Em um primeiro momento, a análise dos discursos do jornal explorava os discursos a respeito da contaminação da população e dos manguezais afetados, e também os discursos em relação a toxicidade dos resíduos industriais organoclorados produzidos pela multinacional francesa Rhodia, instalada em Cubatão desde a década de 1960. Posteriormente, optei por discutir as percepções do jornal acerca de Cubatão via tópicos da ecocrítica como “pastoral”, “apocalipse secular”, e um “mundo natural idílico” (GARRARD, 2006), vinculados à problematização das paisagens transformadas pela indústria química na região.

Encerrada a pesquisa de graduação, busquei elaborar uma proposta de pesquisa à nível de mestrado centrada no objeto Cubatão x desastres x periódicos. Pensando na cobertura dos desastres ocorridos em Cubatão noticiados pelas mídias na década de 1980, fiz uma relação do interesse do periódico em noticiar estes eventos, pensando que, da mesma maneira que as cidades de Nova Friburgo (RJ), Divinópolis (MG), Blumenau (SC), e mais recentemente Alta Floresta do Oeste (RO) e União da Vitória (PR) tomam os telejornais a cada temporada de fortes chuvas, provocando desde enxurradas a enchentes e inundações das mais variadas intensidades, a cidade de Cubatão foi a “menina dos olhos” dos telejornais e jornais impressos de todo o mundo na década de 1980 devido aos seus inúmeros desastres ambientais tecnológicos provocados pela ação de indústrias poluidoras.

Dada a importância e necessidade de pesquisas acadêmicas na área das ciências humanas a respeito do entendimento sobre os desastres tecnológicos – devido é claro à sua menor incidência, se comparados com os desastres acionados por fortes chuvas -, encontrei na linha de pesquisa “Regiões: práticas socioculturais e relações de poder” do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado em História – PPGH, da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO uma oportunidade de realizar

uma investigação sob a abordagem da História Ambiental dos desastres acerca das construções socioambientais que abarcam a contaminação industrial na cidade de Cubatão na década de 1980.

Em meio aos questionamentos e a inclusão de uma pauta verde a agenda política durante o *boom* ambientalista dos anos 1970, temos também a emergência de pesquisas historiográficas que também inserem o meio ambiente e sobretudo os problemas ambientais em seus objetos, fontes e investigações. Segundo Donald Worster (1991), a História Ambiental surgiu como uma nova forma de trabalhar assuntos já batidos sob uma análise inovadora, pois quando incluímos o meio ambiente em toda sua totalidade à pesquisa e investigação historiográfica, não podemos tomá-lo como um conceito pré-definido, mas historicizar toda uma ideia de meio ambiente, colocá-lo em seu tempo.

De acordo com Worster (1991) a História Ambiental surgiu na década de 1970 com um objetivo moral de propor respostas a agenda política e as inquietantes preocupações de alguns setores da sociedade civil e política devido ao modo com que os seres humanos estavam se relacionando com a natureza – seja ela em todas as suas formas, desde as florestas, oceanos, rios, animais, etc.. Para Worster, esta “nova” forma de se escrever história pode ser definida de maneira bem simples: como uma investigação sobre o papel e o lugar da natureza na vida humana ao longo do tempo, e inversamente, como que os seres humanos afetaram e se relacionam com a natureza ao longo do tempo (WORSTER, 1991, p. 199).

Acredito que através da História Ambiental é possível abarcar boa parte das determinantes históricas que embasaram epistemologicamente as produções e análises acadêmicas sobre o fenômeno que se tornou Cubatão na década de 1980, pois, assim como afirmado por Worster (1991), a investigação realizada na História Ambiental funciona tanto no nível que entende a natureza em seu sentido natural, como no sentido socioeconômico, quanto no nível que entende a natureza em seus aspectos culturais (WORSTER, 1991, p. 201, 202).

Podemos dizer que esta pesquisa acaba englobando os três níveis da História Ambiental, pois apresenta Cubatão em sua forma natural e as formas como o meio ambiente ali foi percebido e apropriado ao longo do tempo, desde a viabilidade técnica e econômica devido a seus aspectos naturais, mas apresenta principalmente a linguagem cultural sobre Cubatão, sendo esta a que mais nos interessa. Em “*Ecologia do Medo*”

(2001) Mike Davis situa a cidade de *Los Angeles* como uma região extremante propícia para a percepção cultural de desastres, onde a cidade está sempre sendo atingida por desastres socioambientais e produzindo os mais variados tipos de ameaças à vida humana e ao meio ambiente. De maneira semelhante, acredito que o mesmo tipo de representação possa ser transposta para Cubatão na década de 1980. Como a cidade tóxica, produtora de desastres ambientais que geram a destruição de suas florestas e mangues e o nascimento de crianças mortas.

Desta forma, podemos afirmar que os desastres que ocorreram em Cubatão podem ser confrontados com as representações sobre a cidade, já que, as representações destes eventos produzem ações políticas e diferentes significados. Pensados na categoria de evento como proposto por alguns historiadores que pesquisam desastres e seus efeitos sociais. Concordamos com a historiadora Ursula Lehmkuhl, quando ela afirma que “por meio do caráter episódico desses distúrbios, a natureza adquire uma qualidade de agência histórica e, com isso, poder” (LEHMKUL 2007, p.13 *apud* KLANOVICZ, 2010, p.16), sendo possível que suas representações produzam questionamentos e até mudanças na maneira como os seres humanos mantêm suas relações com o meio ambiente – como, por exemplo, nos mostrou o jornal *A Tribuna de Santos* e suas críticas a política desenvolvimentista.

Assim como os estudos científicos e históricos que conseguem abarcar as relações entre seres humanos e o meio ambiente com a história possuem datação muito recente, surgindo na década de 1970 com a História Ambiental estadunidense, os estudos científicos a respeito dos desastres ambientais, ou melhor, uma história ambiental dos desastres são produções ainda muito recentes, porém, com significativas contribuições de historiadores brasileiros e internacionais.¹

1 Ver publicações de PÁDUA, J. A.. *Um sopro de destruição*, 2003; ESPÍNDOLA, M. A., NODARI, E. S., LOPES, A. R. S.. *História Ambiental e Interdisciplinaridade na análise de desastre*, 2013; KLANOVICZ, J.. *História ambiental e desastres: encontros entre política, tecnologia e sociedade*, 2013; SEDREZ, L. F., MAIA, A. C. N.. *Narrativas de um Dilúvio Carioca: memória e natureza na Grande Enchente de 1966*, 2011; VALÊNCIO, N.. *Os desastres como indícios da vulnerabilidade do Sistema Nacional de Defesa Civil: o caso brasileiro*, 2011; HERCULANO, S.. *Exposição a riscos químicos e desigualdade social: o caso do HCH (hexacloroetano) na Cidade dos Meninos, RJ*, 2002; SCHENK, G.J.. *Historical disaster research: state of research, concepts, methods and case studies*, 2007; SCHWARTZ, S. B.. *Differential disasters: the 1928 hurricane and the shaping of the circumcaribbean region*, 2007; LEHKUHL, U.. *Historicizing Nature*, 2007; OLIVER-SMITH, A.. “What is a Disaster? Anthropological Perspectives on a Persistent Question,” In: *The Angry Earth: Disaster in Anthropological Perspective*, 1999.

Embora a maior parte de pesquisas historiográficas sobre desastres ambientais sejam sobre os desastres tidos como “naturais”², com um efeito causal indireto à ação humana, não podemos tomá-los de tal maneira. A História Ambiental propõe para o estudo de eventos como desastres, percebê-los como processos socioambientais, pois são provocados pela intersecção entre fenômenos os naturais. Fazer uma leitura dos desastres não como eventos “naturais”, mas sim socioambientais nos possibilita entender como ao longo do tempo segmentos sociais através de suas relações com o meio ambiente produzem e/ou intensificam a ocorrência de desastres (ESPINDOLA; NODARI; LOPES, 2013, p. 04, 05).

Segundo o antropólogo Anthony Oliver-Smith (ESPINDOLA; NODARI; LOPES, 2013, p. 04, 05), esta categorização dos desastres como “naturais” e socioambientais é motivo de embates epistemológicos nas ciências sociais, pois as causas, ou melhor, os “objetos” tidos como naturais ou mesmo tecnológicos que acionam os gatilhos de desastres de diferentes impactos físicos e sociais (OLIVER-SMITH, 1999, p. 19). A importância de dinamizar as investigações sobre os desastres através da contribuição analítica da História Ambiental se faz legítima, pois questiona discursos pré-concebidos sobre desastres como, por exemplo, narrativas que os tratam como castigo divino, vingança da natureza sobre o homem, e também trazer para a análise uma nova discussão sobre a “política na história, a partir da intersecção tecnologia-natureza-sociedade, ponto onde as temáticas sociais, ambientais, científicas e políticas são marcadamente híbridas” (KLANOVICZ, 2013, p. 294).

No Brasil, os casos de desastres ambientais tecnológicos mais noticiados pela mídia possuem a mesma origem geradora que em Cubatão, sendo desastres químicos. Três casos merecem ser citados nesta introdução: o Caso da Cidade dos Meninos, em Duque de Caxias (RJ); o Caso Shell-Basf em Paulínia (SP); e o Caso Rhodia, em Cubatão (SP). Em ambos os casos, as contaminações além de possuírem a mesma origem química – através de produtos organoclorados³ - também ocorreram por negligências do Estado e

² Por ocorrerem em maior número e dimensão, os desastres “hídricos” – provocados por chuvas - acabam gerando um maior interesse e demanda da produção, seja por parte da comunidade científica, seja por parte da imprensa.

³ Produtos químicos organoclorados são compostos que possuem em sua base de produção o cloro, hidrogênio oxigênio e o carbono (JÚNIOR, 2004, 94). A Rhodia foi a única empresa no Brasil a produzir os solventes organoclorados como o tetracloreto de carbono e o percloroetileno, tendo como subproduto o hexaclorobenzeno. Segundo o advogado da ACPO, Dr. Paulo José Ferráz de Arruda Júnior, a fabricação

das empresas contaminadoras. Por parte das empresas, o descarte incorreto dos resíduos produziram lixões químicos clandestinos que causaram vazamentos dos depósitos e contaminação de lençol freático, do solo, animais, plantas e da população local, e por parte do Estado, a negligência na fiscalização do descarte dos resíduos.

Entende-se que esses tipos de desastres ambientais ocorrem devido as configurações com que se condicionaram os processos sócio-históricos da industrialização brasileira, fruto da política desenvolvimentista, que no anseio de inverter a política econômica importadora para exportadora investiram pesado na industrialização do país. Contaminados por uma húbriis tecnológica – aqui entendida como a crença na resolução dos problemas socioeconômicos por meio de um amplo desenvolvimento da tecnologia (KLANOVICZ, 2010, p. 03) – os governos desenvolvimentistas brasileiros iniciaram desde a década de 1950 grandes projetos econômicos. Investiu-se em tecnologia de força bruta, na mecanização e modernização da agricultura, na instalação de usinas hidrelétricas, pólos industriais, complexos metalúrgicos e siderúrgicos para que o país atingisse sua emancipação econômica.

A brutalidade dessas políticas desenvolvimentistas em Cubatão foi intensificada pelos governos militares e suas equipes de tecnocratas, tendo como resposta uma tempestade de desastres ambientais tecnológicos de todos os tipos.

Chaminés cuspidos gases tóxicos 24 horas por dia durante décadas (FERREIRA, 1991, p. 79), explosões e incêndios (A TRIBUNA DE SANTOS, 26/02/1984), chuvas ácidas (FOLHA DE SÃO PAULO, 12/06/1984) que destruíram a vegetação da Serra do Mar, ocasionando deslizamentos (FOLHA DE SÃO PAULO, 14/12/1984), enxurradas, vazamentos de resíduos tóxicos, levando a contaminação de rios, lençóis freáticos, a intoxicação de animais sofrendo mutações (A TRIBUNA DE SANTOS, 01/03/1986), os casos de anencefalias (O ESTADO DE SÃO PAULO, 04/02/1981) e crianças nascendo mortas (O ESTADO DE SÃO PAULO, 18/02/1982), além das diversas mortes pela exposição indireta à substâncias tóxicas (ACPO, 1999).

destes produtos se dá por “uma reação química termocontrolada, colocam-se os dois produtos em contato e, de acordo com a maior ou menor temperatura. geram diversos produtos. Se a temperatura for a mais alta originarão os organoclorados pesados, tais como Hexaclorobenzeno, Hexaclorobutadieno, hexacloroetano, dioxinas, entre outros. Se se reagem esses elementos químicos numa temperatura mais baixa, surgem os organoclorados leves, tais como, clorofórmio, diclorometano (JÚNIOR, 2004, p. 78).

A política tecnocrata dos governos militares foi responsável pela transformação bioma, em verdadeira cidade tóxica. Este modelo de política econômica produziu além de riquezas, uma série de desastres insustentáveis (DEAN, 2013) que provocaram o ecocídio de boa parte da Floresta de Mata Atlântica de Cubatão e de seus manguezais. A ampla divulgação destes eventos por parte periódicos acarretou na transformação de Cubatão na cidade tóxica.

Tendo explanado esse panorama da conflituosa relação entre a política desenvolvimentista e a proliferação de desastres ambientais tecnológicos, buscamos nesta pesquisa compreender em que condições as construções socioambientais sobre Cubatão produziram o imaginário ambiental da cidade tóxica. Entendemos que apesar de terem sido produzidos discursos anteriores ao da cidade tóxica – como, por exemplo, “Cubatão, marco do desenvolvimento” (HALLISSON PUBLICIDADE LTDA, 1970) e “cidade de técnica” (HALLISSON PUBLICIDADE LTDA, 1970) – discursos como “vale da morte” (FERREIRA, 1991, p. 1991), “cidade mais poluída do mundo” (COUTO, 2003, p. 09) acabariam se tornando mais permanecem na identidade da cidade.

Na bibliografia consultada sobre o objeto, foram encontrados trabalhos que abordam Cubatão dentro de perspectivas econômicas⁴ onde é discutida a ideia de Cubatão como um pólo-industrial em desenvolvimento nas décadas de 1960-70, e também em perspectiva ambiental, que aborda o fracasso⁵ da política desenvolvimentista de Cubatão na década de 1980. A geógrafa Léa Goldenstein e seu inovador trabalho na época de sua publicação, “*A industrialização da Baixada Santista. Estudo de um centro industrial satélite*” (1972) tem um caráter e abordagem da geografia econômica, sendo um dos primeiros trabalhos produzidos sobre Cubatão. Na mesma linha, o trabalho do professor de economia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) Joaquim Miguel Couto “*Entre estatais e transnacionais: o pólo industrial de Cubatão*” (2003), já lhe garante uma abordagem mais abrangente, incluindo os aspectos ambientais da política desenvolvimentista.

Outros trabalhos como o da médica Lia Giraldo Silva “*Exposição Ocupacional a organoclorados em indústria química de Cubatão*” (1995) trazem dados e uma discussão

⁴ Sobre o desenvolvimento econômico e industrialização de Cubatão consultar nas referências bibliográficas os trabalhos de Léa Goldenstein, Hallison Publicidade LTDA e Joaquim Miguel Couto.

⁵ Para o fracasso do modelo desenvolvimentista conferir nas referências bibliográficas: Samuel Murgel Branco e Warren Dean.

da saúde pública para o caso Cubatão, contribuição mais que significativa para a questão dos direitos trabalhistas dos funcionários e população intoxicados por resíduos químicos.

Como dito, percebemos nos trabalhos citados e em outros que acabam explorando o objeto Cubatão diferentes abordagens, desde saúde e ecologia à economia, que acreditamos ser em razão do momento histórico de sua produção. Neste trabalho propomos uma abordagem pela perspectiva da História Ambiental para analisar a produção do imaginário ambiental da cidade tóxica como uma construção cultural gerada em meio a uma crise ambiental.

Na abordagem da História Ambiental assim como em qualquer trabalho historiográfico, devemos compreender a política desenvolvimentista e tomar os problemas ambientais simplesmente pelo sentido da destruição do meio. Devemos entender a natureza como um elemento histórico, pois nossas análises se pautam por uma perspectiva cultural, entendendo os discursos da ecologia – por mais legítimos que sejam – como uma narrativa discursiva produzida em um determinado momento histórico, pautada por um regime de verdade (FOUCAULT, 2008, p. 30). Como pontuado pelo historiador Haruf Salmen Espíndola, “a História Ambiental não pode reproduzir um discurso ambientalista binário, que coloca de um lado a natureza e do outro o homem que a destrói” (ESPÍNDOLA, 2012, p. 170), sem com isso compreender a problemática relacional.

O crítico literário Greg Garrard (2006, p.15) propõe uma modalidade de análise dos discursos e elementos que envolvem o meio ambiente, a partir da ecocrítica. A ecocrítica é uma ferramenta analítica muito utilizada na história ambiental, pois é uma metodologia confessadamente política e entende os discursos sobre a natureza como construções históricas, pois faz uma leitura da ecologia como uma ciência instável e contestada – portanto, histórica. Segundo Garrard (2006, p. 17), talvez pareça óbvio que os problemas ecológicos sejam problemas científicos e não objetos de análise cultural e lingüística. Garrard argumenta que quando afirmamos que um problema é ecológico estamos propondo uma afirmação que determine o rumo do entendimento sobre os problemas ecológicos. De acordo com o autor

Descrever algo como um problema ecológico é fazer uma afirmação normativa sobre como gostaríamos que as coisas fossem, e, embora isso provenha das afirmações dos cientistas ecológicos, não é definido por eles. Uma “erva daninha” não é uma espécie de planta, mas apenas a

espécie errada no lugar errado. Eliminar ervas daninhas é, obviamente um “problema de jardinagem”, mas defini-las, em primeiro lugar requer uma análise cultural, e não horticultural. Similarmente, a “poluição” é um problema ecológico, porque não designa uma substância ou uma classe de substâncias, mas representa uma afirmação normativa implícita de que há um excesso de alguma coisa presente no ambiente, em geral no lugar errado (GARRARD, 2006, p. 17).

Entendendo pela abordagem da ecocrítica os discursos sobre o meio ambiente como afirmações normativas, utilizamos a contribuição de Michel Foucault para pensar em discursos normatizadores com o conceito de regimes de verdade (FOUCAULT, 2008, p. 50). Acreditamos que pensar nos discursos do desenvolvimento econômico ou da ecologia, ou ainda o dos ambientalismo como discursos proferidos dentro de regimes de verdade, constituem uma prática única no trabalho historiográfico, principalmente em uma pesquisa que propõe uma abordagem da história ambiental, onde para o senso comum, categorias como natureza, meio ambiente, poluição, desastre, sertão, *wilderness*, selvagem, entre outras são categorias a-históricas.

Essas categorias pensadas dentro do regime de verdade que foram constituídas nos propiciam a descoberta de novas percepções sobre os acontecimentos históricos como os desastres. O melhor exemplo que podemos citar para essa afirmação está em uma frase comentada por Warren Dean em “*A Ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*” (2013, p. 307) do então senador José Sarney quando bradava em plenos anos 1970, ápice da ferocidade desenvolvimentista, que “a pior poluição é a pobreza”. Afirmações como essa nos dias de hoje ou nos anos 1980 são percebidas com desprezo e reprovação, mas se pensadas dentro do regime de verdade vigente naquele período – o da verdade econômica – ele faz compreender a lógica daquele momento histórico. Por este motivo, propomos historicizar às produções sobre Cubatão dentro de seus regimes de produção da verdade.

Neste trabalho, partimos da leitura e análise do periódico *A Tribuna de Santos* para a compreensão da construção do imaginário Cubatão. O acervo de fontes que visou dar conta da compreensão das construções do imaginário apocalíptico, foi delimitado pelo periódico *A Tribuna de Santos*. Fundado em 1894 na cidade de Santos, no litoral paulista, *A Tribuna de Santos* é o jornal de maior circulação na Baixada Santista, tendo sido um dos agentes políticos responsáveis pela veiculação dos problemas ambientais de Cubatão nas décadas de 1980, 1990, como em questões político-ambientais não resolvidas entre

ex-funcionários da multinacional francesa Rhodia em Cubatão no que o jornal chama de “Caso Rhodia”.

A metáfora de Cubatão como uma (toxi)cidade consiste em pensar a cidade de Cubatão sob o olhar de uma cidade-fábrica de produtos químicos e ao mesmo tempo uma cidade contaminada por estes mesmos produtos fabricados no interior das indústrias. Partindo da análise ecocrítica do também crítico literário Lawrence Buell (1998), sobre os discursos acerca da contaminação por substâncias tóxicas – pensado por Buell como uma forma de análise narrativa da “doença ambiental” (GIFFORD, 2009, p. 254), esta análise foi apropriada por Klanovicz (2010, p. 81) em seu artigo “Toxicidade e produção de maçãs no sul do Brasil” e também foi utilizada nesta dissertação.

Nesta dissertação, no capítulo 1 “Cubatão: uma (toxi)cidade ou uma ecocidade?” buscamos apresentar um panorama geral da cidade de Cubatão, abordando os aspectos que a caracterizaram como a cidade tóxica, como também os aspectos que a caracterizam como a “cidade verde”. Partindo de uma discussão sobre a biopolítica foucaultiana e de como os regimes de verdade da modernidade – pertencentes à uma verdade científica que é histórica e portanto sempre esteve em movimento - pautaram o projeto republicano brasileiro desde o início da política sanitária com o higienismo social (período anterior à 1930), apresentando o deslocamento de como a percepção dos problemas de saúde pública acabariam por se tornarem problemas ambientais com a mudança de regime de verdade do discurso do desenvolvimento econômico para o discurso da cidade tóxica e da ecologia.

Também é discutido neste capítulo como Cubatão se insere na teoria da Sociedade de Risco do sociólogo alemão Ulrich Beck (1986). O projeto modernista do Estado brasileiro na sua ânsia de tornar-se um país industrializado pulou etapas de desenvolvimento social para alcançar o desenvolvimento econômico-industrial. Após alcançado este nível, Cubatão já industrializada se torna uma sociedade de risco, pois para Beck (2011), neste estágio “pós-industrial”, as sociedades industrializadas agora além de dividirem as riquezas produzidas dividem também os riscos – econômicos, ecológicos, nucleares, químicos, sociais -, porém, de maneira desigual. Por fim, é feita uma metáfora de Cubatão com duas produções de ficção científica: primeiro com o longa *Metrópolis* (LANG, 1926) e uma Cubatão industrializante; em seguida com *Blade Runner* (SCOTT, 1982) e uma Cubatão pós-industrial.

No capítulo 2: “O Embate entre Desenvolvimento e Desastres” procurou-se através da análise dos livros de estudos econômicos ⁶ que produziram o imaginário de Cubatão como cidade industrial entre as décadas de 1950 e 1970, perceber por quais condicionantes históricas se estabeleceu a política desenvolvimentista.

Utilizando como parâmetro a sugestão de Haruf Salmen Espíndola (2012, p. 171), onde o autor embasado na teoria narrativa de Paul Ricoeur (2010)⁷, propõe que pode-se construir uma narrativa completamente diferente utilizando das mesmas fontes ao se propor um enredo alternativo, pensando nestas produções como discursos fabricados dentro dos regimes de verdade da ciência econômica como a norma vigente.

Além disso, no primeiro tópico, busca-se explicar como a política desenvolvimentista sustenta-se como um discurso autorizado que opaca os discursos ecológicos, por meio do regime de verdade que normatiza o saber científico da economia como a verdade. No segundo tópico, traçamos um diálogo entre Zygmunt Bauman (1991) e Bruno Latour (1994), onde ao mesmo tempo em que situamos o Estado modernista como um grande jardineiro que “corrige” os erros da natureza, afirmamos que as tentativas de correção da natureza (KLANOVICZ, 2007, p. 39) contribuem para a proliferação dos híbridos entre ciência e política, humanos e natureza.

Nos dois últimos tópicos desse capítulo utilizando do conceito de “húbris tecnológica” trazido por Klanovicz (2010, p.03), busco perceber como a crença na resolução de problemas socioeconômicos a partir de normas técnicas acabaram levando ao caminho inverso, gerando o ecocídio, ou seja, eventos responsáveis pelo massacre de um ecossistema, como também por ter colocado em cheque a política desenvolvimentista pela opinião pública.

Já no capítulo 3 discutiremos a emergência dos desastres em Cubatão como uma forma de ruptura com o regime de verdade instituído pela política desenvolvimentista e também a construção e mudança do imaginário ambiental da cidade: Cubatão começa a ser percebida pela opinião pública não mais como Área de Segurança Nacional, mas como

6 “Cubatão ontem e hoje, um marco no desenvolvimento” (HALLISON PUBLICIDADE LTDA, 1970), “A industrialização da Baixada Santista. Estudo de um centro industrial satélite”(GOLDENSTEIN, 1972), “A nova economia brasileira”(SIMONSEN; CAMPOS, 1975), “Ensaio sobre economia e política econômica”(SIMONSEN, 1971).

⁷Em seu artigo “Sociedade, natureza e território: contribuição para a história ambiental” (2012), Espíndola utilizou o livro “Tempo e narrativa” (2010) de Paul Ricoeur, onde o autor propõe dentro da História Ambiental o exercício narrativo de alterar o enredo e refazer a narrativa, dando-lhe outro sentido.

uma “Área de Insegurança Nacional” (A TRIBUNA, 1984). Assim como proposto por Lúcia da Costa Ferreira (1991, p. 163), afirmamos que a partir de dois desastres em particular – o incêndio de Vila Socó (é claro, além dos casos de anencefalia em Vila Parisi) – tem-se em Cubatão “o fim do silêncio” no que diz respeito aos desastres, o que acaba por criar o estigma de “vale da morte” para além das fronteiras do pólo-industrial na área urbana de Cubatão – e conseqüentemente de toda a Baixada Santista.

O rompimento do silêncio sobre os desastres em Cubatão acaba se dando por conseqüência da explosão dos dutos de gasolina da Petrobrás, acarretando no incêndio da favela Vila Socó em 25 de fevereiro de 1984. Na cobertura do desastre de Vila Socó, o jornal *A Tribuna de Santos* procurou direcionar a culpa da explosão dos dutos e incêndio da favela para não apenas para a Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão, mas para a Petrobrás, como uma empresa estatal. Partindo deste pressuposto, se pensa no desastre com o conceito de “acontecimento-monstro” do historiador François Dosse, que conduz a uma ruptura da ordem estabelecida e instauração de um novo regime de verdade. Neste momento, foi percebido que o periódico *A Tribuna de Santos* apropria-se do potencial político do desastre, onde mostra-se como propagador de um discurso ecologizante, com críticas a RPBC em que relaciona a crise ambiental ao regime político.

CAPÍTULO 1

CUBATÃO: UMA (TOXI)CIDADE OU UMA ECOCIDADE?

(...) desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças...

Sabe-se o lugar crescente que esses problemas ocuparam desde o século XIX e que desafios políticos e econômicos eles vem constituindo até hoje (FOUCAULT, 2008, p. 431)

Com o aparecimento dos agrupamentos urbanos e das cidades modernas no século XVIII também foram constituídas “regras de conduta” para se distinguir os hábitos tidos como normais dos tidos como anormais e, desta forma, detectaram-se as ameaças patológicas ao corpo, a proliferação das doenças, assim como também se definiram os locais que tornassem a saúde humana mais vulnerável aos males e enfermidades do meio urbano. Com isso, as práticas de governamentalidade foram sendo instituídas com o estabelecimento de normas e formas de racionalizar os espaços e conhecimentos voltados à saúde dos indivíduos, e também de populações inteiras.

Através do olhar da ciência, têm-se a emergência de discursos sobre as práticas de governar a saúde dos indivíduos surge no ocidente especialmente a partir do século XVIII, com o aparecimento dos agrupamentos urbanos e das cidades modernas, onde também foram constituídas “regras de conduta” para se distinguir os hábitos tidos como normais dos tidos como anormais e, desta forma, detectaram-se as ameaças patológicas ao corpo, a proliferação das doenças, assim como também se definiram os locais que tornavam a saúde humana mais vulnerável aos males e enfermidades do meio urbano.

Com isso, as práticas de governamentalidade foram sendo instituídas a partir do estabelecimento de normas e formas de racionalizar os espaços, e os conhecimentos voltados à saúde dos indivíduos, como também de populações inteiras. Esta governamentalidade pode ser definida como uma série de dispositivos, de tecnologias e de mecanismos constituídos pelo Estado Moderno, que organizam e normatizam as relações entre população, segurança, saúde e economia política (MALETTE, 2011, p. 04).

Com estes mecanismos, os Estados Modernos passaram a ter um papel importante na constituição da medicina moderna e no desenvolvimento do que posteriormente veio se tornar a saúde pública. A medicina social, como uma prática governamental, sendo conduzida pelo Estado - foi também responsável por uma distribuição da sensação de segurança sobre o risco de epidemias. Nesse sentido é que, a partir deste período, emergiram algumas instituições como a *Medizinischepolizei* (polícia médica) na Alemanha, com vistas a controlar e perceber as ameaças ao corpo, à proliferação de doenças, e também à definição de locais que tornassem a saúde humana mais vulnerável às doenças e epidemias (FOUCAULT, 2008, p. 83).

Esta medicina social praticada nas áreas urbanas da Alemanha do século XVIII levou a criação de programas estatais de controle da saúde da população dos centros urbanos, bem como do próprio espaço que constituía as cidades. Como afirmam Luiz Alberto Moreira Martins e Carlos Augusto Peixoto Junior (2009, p.160), era função deste mecanismo de Estado, “analisar os lugares de acúmulo de restos e dejetos (...) os quais poderiam ser focos de enfermidades e de epidemias; controlar a circulação (...) da água, dos alimentos e mercadorias (...)”, como também investigar os elementos que tornassem possível uma vida sadia no interior das cidades.

Ainda segundo Martins e Peixoto Junior (2009, p. 160), a medicina social trouxe consigo a percepção do ambiente como um elemento importante na vida dos indivíduos, e principalmente de toda a sociedade, o coletivo de indivíduos que começou a ser percebido como “população”. De acordo com estes autores, sob uma perspectiva político-econômica, Foucault percebeu que as práticas higienistas e sanitaristas responderam para uma melhor qualidade de vida do operariado urbano através da vigilância de seus corpos, obtendo-se assim uma melhor vida útil para o motor da economia. Essa política de controle da vida da população – portanto, uma biopolítica - que, com o suporte científico da medicina moderna, foi entendida como a norma vigente neste período, e visava conter o avanço das doenças não somente por meio da higienização da população, mas também através do higienismo e dos cuidados com a cidade, e com todo o meio urbano, onde podemos incluir como uma extensão da cidade o meio ambiente – ou um meio ambiente urbano.

Estes mecanismo e tecnologias políticas de controle do Estado relacionados a medicina social referentes a saúde da população e ao meio urbano foram percebidos por

Foucault (2008, p. 80) como uma expressiva forma de regulação da população por meio de projetos de higiene pública que surgem nas cidades européias em processo de industrialização em fins do século XVIII e início do XIX. Pensando nesta perspectiva teórica - esta relação entre os problemas de saúde pública e o meio ambiente urbano - podemos trazê-la para a década de 1980 no Brasil, e chegar ao objeto desta pesquisa: a cidade de Cubatão, e o momento em que ela e seus problemas ambientais emergem como fenômeno singular na história socioambiental⁸ do Brasil.

1.1 O “FENÔMENO” CUBATÃO

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 25% das doenças e epidemias no mundo são causadas devido a problemas ambientais que poderiam ser evitados com um melhor gerenciamento ambiental (FOLHA DE SÃO PAULO, 16/06/2006). Apesar dos avanços com os projetos urbano-sanitaristas no decorrer do século XX, a OMS aponta que a água potável e a falta de saneamento básico ainda são problemas ambientais que afetam 1 bilhão de pessoas em todo o mundo (O GLOBO, 19/11/2014).

Além das precárias condições sanitárias provocarem doenças como a diarreia e malária - constituindo não só um problema de saúde pública, mas também um grave problema ambiental de difícil resolução - outras doenças⁹ provocadas em função de problemas ambientais como a poluição do ar. Segundo informações de um relatório produzido pela OMS em 2012 e publicadas no site do jornal O Globo¹⁰, a cada oito mortes no mundo, uma é por doenças provocadas pela poluição atmosférica – cerca de 7 milhões de óbitos. A matéria ainda cita as políticas para prevenção de doenças relacionadas à poluição do ar na China – como o uso de máscaras – e é ilustrada com a foto de um turista na Praça *Tiananmen* em Pequim, com destaque para a nuvem de poluição que encobre os

⁸ Aqui não estamos nos referimos à historiografia ambiental brasileira, mas a própria história socioambiental brasileira.

⁹ As matérias dos sites dos jornais Folha de São Paulo de 16/06/2006 e de O Globo de 19/11/2014 narram mortes provocadas por doenças como malária, diarreia e pelo vírus ebola, onde ambas as doenças se propagam devido às precárias condições sanitárias e de higiene dos locais afetados.

¹⁰ Nesta mesma matéria do jornal O Globo, o diretor da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), Dr. Hermano Castro afirma que a situação deva ser pior, pois “Vários países não têm estatísticas confiáveis” sobre as mortes e as doenças.

monumentos da praça. Notícias sobre doenças relacionadas à poluição do ar e sobre os *smogs*¹¹ que vem atingindo a China nos últimos anos eram muito comuns no dia-a-dia da cidade de Cubatão na década de 1980, quando Cubatão foi chamada de “Vale da Morte” pelo jornalista Randau Marques em suas matérias no Jornal da Tarde (COUTO, 2003, p. 169), apelido que acabou sendo popularizado mundo a fora nas páginas jornal americano *The New York Times* (THE NEW YORK TIMES, 19/09/1980).

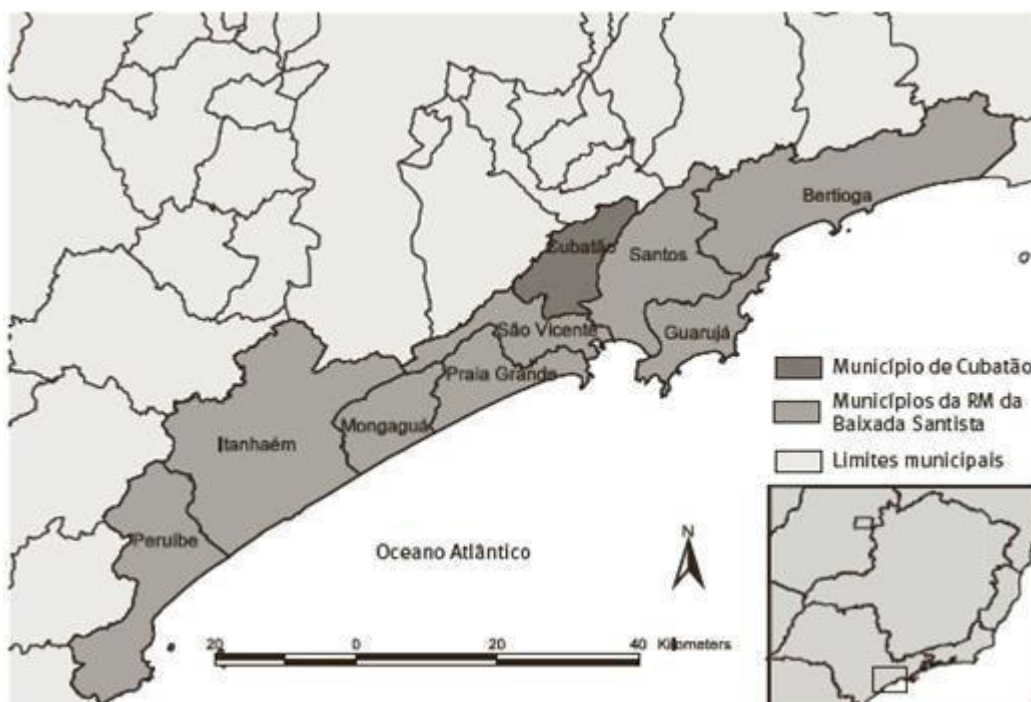


Figura 1 - Mapa político da Região Metropolitana da Baixada Santista.
Fonte: ALVES, 2013, p. 351.

Como é possível perceber no mapa 1, a cidade de Cubatão está localizada na região metropolitana da Baixada Santista, no litoral do estado de São Paulo. Cubatão foi considerada pela ONU na década de 1980 como “a cidade mais poluída do mundo”,

¹¹ O *smog* é uma neblina formada pela poluição, que atinge os grandes centros urbano-industriais. Seu nome se dá pela junção das palavras *smoke* (fumaça) e *fog* (neblina). Segundo a CETESB, o *smog* é uma neblina fotoquímica, formada pela mistura de poluentes como óxido de nitrogênio (NOx), compostos voláteis orgânicos (VOC), dióxido de sulfureto, aerossóis ácidos e gases, que quando liberados na queima incompleta e evaporação de combustíveis e solventes”, tendo como principal produto desta reação o ozônio (O₃). Ainda, de acordo o site “Pensamento Verde”, existem três tipos de *smog*: “o urbano, em que fumaça, poluentes gasosos, neblina, ar e partículas sólidas se misturam; o industrial, em que neblina, fumaça, ácido sulfúrico, dióxido de enxofre e fuligem são lançadas no ar por empresas que não respeitam as normas ambientais; e fotoquímico, que se origina dos gases liberados por escapamentos de veículos que emitem dióxido de nitrogênio e hidrocarbonetos não queimados e é mais comum em dias quentes e secos”. Todos são nocivos à saúde, provocando doenças respiratórias e até mesmo a morte, como ocorrido em Londres, em dezembro de 1952, quando cerca de 11 mil pessoas morreram em consequência de um *smog*.

devido a uma série de desastres ambientais – sobretudo os de origem tecnológica - gerados durante décadas pela ação das indústrias instaladas em seu pólo-industrial.

Apesar de Cubatão ter se tornado o “fenômeno Cubatão”- como afirmado pelo ecólogo Samuel Murgel Branco em seu livro “*O Fenômeno Cubatão*” (BRANCO, 1984), onde o autor expõe “não como um especialista (...), mas como um espectador” sua visão sobre os efeitos negativos da ação das indústrias poluidoras em Cubatão e na Baixada Santista – graças a sua reputação ambiental negativa na década de 1980, e que por este mesmo motivo tenha produzido uma identidade sob um “discurso ecológico”, Cubatão também foi percebida como “fenômeno” nos anos 1950, quando chamou a atenção do Governo Federal para exercer função como um pólo-industrial.

Entretanto, antes de surgir como pólo-industrial em plena expansão ao fim da década de 1950 e início de 1960, Cubatão já apresentava uma inclinação industrial no início do século XX. Assim como sugere Branco (1984, p. 46, 50), podemos dizer que houveram em Cubatão duas fases de industrialização: a primeira na década de 1910 – quando ainda era um distrito de Santos - com as indústrias de curtume e de papel, e a segunda etapa, a partir da década de 1950, com as indústrias de base. Segundo a geógrafa Léa Goldenstein,

uma indústria jamais é um fato isolado: sua existência depende de um conjunto de fatores que podem estar relacionados com espaços próximos ou distantes. (...) Estas relações que se estabelecem, podem ser representadas do ponto de vista geográfico, pelos fluxos, quer se refiram estes à matéria-prima, à energia, à água, quer à mão-de-obra, aos capitais, ao mercado, etc (GOLDENSTEIN, 1972, p. 113).

Considerando estes pontos elencados por Goldenstein (1972, p. 113), as primeiras indústrias de Cubatão – as chamadas de “pioneiras” – possuíam algumas características em comum, que reuniam aspectos referentes tanto à matéria-prima utilizada na fabricação de seus produtos, como também aspectos referentes ao mercado consumidor. Primeiro motivo: eram de capital privado (estrangeiro e nacional); segundo motivo: empregavam mão-de-obra local e/ou de regiões próximas; terceiro motivo: utilizavam matéria-prima do bioma local (boa parte da matéria-prima utilizada pelas indústrias que iniciaram as atividades na década de 1910 era composta por produtos do mangue, como folhas, o

tanino, etc.)¹²; e o quarto motivo: sua produção visava o mercado interno, o que não gerou graves problemas ambientais à região (BRANCO, 1984, 46). Era basicamente uma produção de substituição - de importações – devido à falta de produtos em função da guerra (GOLDENSTEIN, 1972, p. 115).

A primeira destas indústrias foi a “*Cia. Curtidora Marx*”, que iniciou suas atividades em 1912 e funcionou até 1914, quando, durante a 1ª Guerra Mundial, seu proprietário, o imigrante alemão Wilhelm Marx sofreu perseguição do Governo. Também nesta época se instala a primeira vila operária de Cubatão, composta de funcionários da “*Cia. Curtidora Marx*”. Cinco anos mais tarde, em 1919, a fábrica foi comprada e veio a se tornar a “*Costa Moniz Indústria e Comércio S/A*” – então se tornando propriedade do maior importador de couro do Brasil, Domingos da Costa Moniz (COUTO, 2003, p. 32), e se tornando a maior indústria de curtume do Brasil na época (GOLDENSTEIN, 1972, p. 113). A partir do decênio 1930-40, com o esgotamento da matéria-prima, a Costa Moniz se viu obrigada a diversificar seus produtos, e começa a fabricar mangueiras de incêndio, que eram vendidas em sua loja na capital (COUTO, 2003, p. 33).

A segunda maior indústria da primeira onda de industrialização de Cubatão foi a “*Companhia De Anilinas, Produtos Químicos e Material Técnico*”, que iniciou suas atividades em 1913, e assim como a “*Costa Moniz Indústria e Comércio S/A*”, parte de sua produção dependia de matéria-prima local (o tanino para o curtimento do couro), extraída do mangue. De acordo com o economista Joaquim Miguel Couto (2003, p. 34), esta fábrica em 1928 era a primeira indústria do Estado de São Paulo em força motriz, a segunda em número de funcionários (a exemplo da Costa Moniz, esta também possuía uma vila operária onde morava parte de seus funcionários), e a terceira maior em capital, sendo a maior produtora de anilinas, fosfatos, silicatos, carbonatos e tanino do Estado de São Paulo. Entretanto, a partir dos anos 1940, a “*Química*” como era conhecida, começou a declinar, sobretudo quando se iniciou a perseguição a seu proprietário, o alemão John Jurgens – e também aos técnicos alemães que imigraram nos anos 1930 (COUTO, 2003, p. 35).

¹² Para Couto (2003), a atividade extrativista nos manguezais acabaria criando a profissão dos “mangueiros”, isto é, dos trabalhadores que adentravam pelo manguezal de canoas recolhendo folhas e cascas de árvores para as fábricas de curtumes. Com o extrativismo predatório, iniciou-se junto da primeira industrialização de Cubatão o primeiro de degradação ambiental (COUTO, 2003, p 36).

A terceira das indústrias pioneiras que fecha a fase da primeira industrialização de Cubatão foi a “Companhia Santista de Papel”, datada de 1903, mas que inicia suas atividades somente em 1922 por conta de problemas relacionados à guerra, como a dificuldade de importação das máquinas. Como a indústria de papel é uma empresa que demanda grande quantidade de água limpa para a sua produção, e principalmente de energia elétrica, a “*Fabril*” – como ficou conhecida a “*Companhia. Santista de Papel*” – procurou construir suas instalações próxima ao Rio Pilões - onde construiu sua própria usina hidrelétrica – e ao Rio Cubatão, para a produção de papel. Em 1937 era a maior indústria do Estado de São Paulo em capital e a quarta em número de funcionários (COUTO, 1937, p. 37).

Ao contrário da Costa Moniz Indústria e Comércio S/A e da Companhia De Anilinas, Produtos Químicos e Material Técnico, sua mão-de-obra era oriunda da matriz desta indústria (Caieiras e Pindamonhangaba, no interior do Estado), portanto, especializada, mas assim como os operários das outras duas indústrias, habitavam na vila operária da própria da empresa, que até 1984 residiam 75% dos funcionários (BRANCO, 1984, p. 49).

Nesta primeira fase da industrialização, além das indústrias “pioneiras” surgidas nos primeiros 20 anos do século XX, é em 1926 que o nome Cubatão surge pela primeira vez no cenário nacional, como consequência da construção e inauguração da Usina Hidrelétrica Henry Borden – mais conhecida por seu primeiro nome, São Paulo Light and Power Co. Ltda, ou simplesmente “*Light*”. A notícia da usina teve grande repercussão por ser uma obra de engenharia nunca antes realizada no país, e também devido ao seu alto custo econômico (COUTO, 2003, p. 42). Para Goldenstein (1972, p. 116), a existência da Usina Henry Borden em Cubatão foi devido a dois fatores: primeiro, por estar na escarpa da Serra do Mar; e segundo, para abastecer a demanda de energia elétrica doméstica e industrial da capital, e não da Baixada Santista.



Figura 2 - Mapa dos 80,86 km² de manguezais do Estuário de Santos.

Produzido pela empresa de consultoria ambiental Consultoria, Planejamento e Estudos Ambientais (CPEA) e publicado em 2010 no Jornal A Tribuna de Santos. Fonte: Site Novo Milênio. Acesso em 06/2013.

Apesar de Goldenstein (1972, p. 118-122) afirmar que a criação da Usina Henry Borden ser um fato isolado, determinado apenas por razões puramente geofísicas (e por este motivo, considera apenas a inauguração da Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão (RPBC) em 1955 o motivo de atração e concentração das indústrias em Cubatão a partir da década de 1950), para Couto, a Usina Henry Borden “seria o grande indutor do progresso industrial dos anos seguintes” (2003, p. 47). De acordo com o autor:

As indústrias existentes em Cubatão (Costa Moniz, “Química” e Santista de Papel), apesar de representarem grandes complexos para sua época, não tiveram nenhuma influência na instalação da usina da Light em Cubatão. O que prevaleceu foi a grande quantidade de água na

região e a escarpa da Serra do Mar, visando provir de energia a região da Grande São Paulo. Apenas isso. É a partir da presença da usina da Light que podemos começar a entender a localização do Pólo Industrial de Cubatão que iria surgir na década de 50. Embora em funcionamento desde 1926, a Henry Borden não trouxe, pela sua presença, nenhum novo empreendimento industrial para Cubatão até a implantação da refinaria de petróleo (COUTO, 2003, p. 46).

Couto (2003) tem razão nesta afirmação, pois se por um lado, a escolha de Cubatão para instalação da usina tenha sido dinamizar as indústrias da capital, e não as já existentes em Cubatão, por outro, acabou atraindo a atenção do Governo Federal, dadas as condições técnicas de sua construção e a localização estratégica de Cubatão, próxima ao Porto de Santos (COUTO, 2003, p. 46).

Desde o início de sua utilização no Brasil, o petróleo e seus derivados entravam no Brasil através do Porto de Santos, de onde eram armazenados¹³ e distribuídos para todo o país a partir de São Paulo, no planalto paulista. Com a inauguração da Rodovia Anchieta (SP-150) em 1947, o petróleo subia a Serra do Mar através de caminhões-tanque, gerando congestionamentos devido aos comboios formados pelos caminhões-tanque, como também um alto consumo de combustível. (COUTO, 2003, p. 60).

Com isso, se viu necessária a instalação de uma rede de dutos que se iniciassem nos tanques de armazenamento do Porto de Santos, e que cruzassem a Serra do Mar, chegando ao planalto com um menor custo. Os estudos para a construção do Oleoduto Santos-São Paulo foram feitos por uma comissão de técnica, criada pelo Conselho Nacional do Petróleo (CNP) e presidida pelo engenheiro e Coronel Arthur Levy – que também era representante do Ministério da Guerra no CNP, e que viria a ser uma das vozes fortes para a escolha de Cubatão para a instalação da RPBC (COUTO, 2003, p. 65).

Além da proximidade com o Porto de Santos, a escolha de Cubatão (na verdade, de Santos e Cubatão) para instalação do Oleoduto Santos-São Paulo (OSSP) foi devido à eficácia do projeto Serra do Mar¹⁴, e que por este motivo, “seguiu as mesmas

¹³ Segundo o jornal *A Tribuna de Santos*, em 1950 o Porto de Santos possuía 50 tanques de combustíveis líquidos com capacidade para 276.413.211 litros (A TRIBUNA, 11/06/1950 apud COUTO, 2003, p. 60).

¹⁴ O Projeto Serra do Mar foi o projeto que daria origem a Usina Henry Bourden, idealizado pelo engenheiro americano Asa White Kenney Billings, a pedido do Governo Federal em 1925. O projeto de Billings parecia bastante simples e ao mesmo tempo ousado para a época: inverter o curso dos rios do planalto, que corriam para o interior, e aproveitar o desnível de 748 metros da Serra do Mar utilizando a gravidade para gerar energia (ESCAMES, 2011, p. 31-35).

configurações dos dutos da usina hidrelétrica” (COUTO, 2003, p. 60). A rede do OSSP foi inaugurada em 1951, mas entrou em funcionamento total somente em 1953, sendo o primeiro oleoduto construído na América Latina. Possuindo o mesmo traçado dos dutos da Usina Henry Borden, o OSSP se inicia no Porto de Santos, Terminal Alemoa (no bairro Alemoa), e segue a Via Anchieta em direção à Cubatão¹⁵, onde no sopé da serra, através de uma estação bombas de alta pressão, transpunha o petróleo e seus derivados serra acima, até a estação de armazenamento e distribuição no Terminal Utinga – na cidade de Santo André, no planalto.

1.2. AS INDÚSTRIAS E CUBATÃO

Quando foi escolhida para instalação do primeiro pólo petroquímico brasileiro (COUTO, 2003, p. 163) no litoral do maior centro econômico do Brasil, Cubatão aparece no cenário brasileiro dos anos 1950 como sendo a promessa do tão desejado desenvolvimento econômico. Tal escolha se definiu após a construção da Refinaria Presidente Bernardes em Cubatão - que também foi ali instalada por uma escolha político-estratégica - devido a sua proximidade com o Porto de Santos, a maior porta de exportação da produção de café do interior paulista.

A escolha de Cubatão veio a calhar, porque o café produzido no interior paulista chegava ao Porto de Santos através de uma rede ferroviária que sai do interior do Estado, cruza a Serra do Mar, encontrando Cubatão no pé da serra, e segue até os terminais portuários em Santos. Além da vantagem ferroviária, Cubatão está situada em uma região típica de manguezais, zona onde os rios que descem da Serra do Mar se encontram formando uma zona estuária, onde os rios seguem em direção ao mar, o que possibilitou a construção de terminais portuários no “quintal” das fábricas, sendo outra forma de escoar a produção.

Portanto, a localização geográfica de Cubatão, próxima a cidade de São Paulo - maior centro político-econômico do país – e ao Porto de Santos, a porta de saída da produção nacional. Com tudo isso, Cubatão se viu representada como a cidade do

¹⁵ Foi na altura do km 57 da Via Anchieta em Cubatão que ocorreu o vazamento do oleoduto, provocando o incêndio da favela Vila Socó, em 1984.

progresso, a face da política desenvolvimentista, estampando as vantagens econômicas proporcionadas pelos seus aspectos geoestratégicos (BRANCO, 1984, p.12).

Na figura 1 temos uma fotografia aérea de Cubatão datada de 1963, onde podemos perceber a localização geográfica para instalação do pólo industrial em Cubatão. No canto superior esquerdo da foto é possível ver uma parte da Serra do Mar, com os tanques da RPB e parte do parque industrial ainda em expansão, que é cortado pelo Rio Cubatão, que divide o parque industrial da área urbana de Cubatão. No canto inferior direito é possível ver o bairro Casqueiro o canal que faz a divisa entre Cubatão e Santos.

A idéia dos pólos-industriais está intimamente relacionada ao discurso desenvolvimentista, que no caso de Cubatão foi sempre legitimado pelos governos desenvolvimentistas em gestão a partir do pós-guerra, desde Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, os chamados governos populistas e mantido durante os governos tecnocratas do regime civil-militar. A geógrafa Isabel Aparecida Pinto Alvarez aponta que a crença no discurso tecnocrático difundia um tipo de pensamento que afirmava práticas urbanísticas e higienistas que, nesta lógica, poderiam dar conta dos problemas das cidades como a sujeira, as doenças, os pobres (ALVAREZ, 2012, p. 64). Da mesma forma, esta crença no discurso desenvolvimentista como o motor do desenvolvimento industrial fazia parte do pensamento (na verdade ainda faz) de que a técnica poderia corrigir o atraso econômico-social brasileiro.



Figura 3 - Foto aérea de Cubatão em 1963.
Foi publicada no livro “A Baixada Santista - Aspectos Geográficos” (volume IV - Cubatão e suas indústrias).

Fonte: Site Novo Milênio. Acesso em 26/06/2014

A partir da segunda metade da década de 1960, já com algumas das indústrias químicas instaladas em Cubatão, a indústria brasileira veio a se modernizar com velocidade, o que fez com que o governo viesse a investir ainda pesado em petróleo, na indústria metalúrgica, na indústria siderúrgica, e na própria indústria química, fazendo com que a economia nacional começasse a subir gerando publicidade ao chamado “milagre” econômico em 1968. Isto só fez aumentar a ferocidade das chaminés que alimentavam o ideal desenvolvimentista durante o regime militar, que só veio a agravar

a situação quando Cubatão foi considerada como Área de Segurança Nacional pois em seu território estavam instaladas as riquezas nacionais, o que impediu qualquer intervenção política local para frear a produção, sempre legitimada pelo “crescimento” e “autonomia” econômica do país.

Esta situação – ter sido considerada Área de Segurança Nacional - só se agravava a cada nova indústria que surgia começa a esboçar a identidade de Cubatão em torno da poluição e contaminação industrial. Começam-se a acontecer uma série ininterrupta de tecnodesastres que o historiador brasileiro Warren Dean (2013) chamou de “desastres insustentáveis”, onde cita o caso de Cubatão, que às vezes nem sequer eram percebidos pela população, crente na política desenvolvimentista de crescimento econômico, que engolia o imaginário social e também ambiental da época.

Dean em seu livro *“A Ferro e Fogo: a história da devastação da Mata Atlântica”* (2013) comenta um episódio ocorrido na Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Estocolmo 72) que sempre merece sempre ser lembrado (principalmente neste trabalho), pois esbarra no impasse entre desenvolvimento e destruição, vivido pelo governo militar na época sobretudo sobre o caso Cubatão. Dean cita o pronunciamento do então senador José Sarney, representando o Brasil em Estocolmo, onde este diz: “a pior poluição é a pobreza”.

Dean também comenta a participação do representante do Brasil na conferência, o então Ministro do Interior, José Costa Cavalcanti, que em seu pronunciamento em defesa do desenvolvimento econômico dos países do terceiro mundo parafraseia a Indira Gandhi, Primeira Ministra da Índia, dizendo que “essa degradação (a poluição da pobreza ou do subdesenvolvimento) tende a diminuir como resultado do próprio desenvolvimento econômico.” (MINISTRO DO INTERIOR, 1972 apud LAGO, 2006, p. 190).

Discursos como este surtiam efeito no imaginário socio-ambiental brasileiro, ainda mais quando pronunciados por um personagem político. Como disse Dean:

A ideologia do desenvolvimento econômico não oferecia nenhum ponto de repouso dessa ordem (felicidade e bem estar dos cidadãos): a economia ‘desenvolvida’ era um alvo que se afastava, porque os ‘países desenvolvidos’ também continuavam a crescer, e os desenvolvimentistas brasileiros pretendiam igualá-los em índices e produção e consumo. A dinâmica das relações sociais do estudo autoritário, aliás, exigia que se mantivessem e até se intensificassem as desigualdades, de sorte que era

necessário um crescimento mais rápido do produto econômico para evitar o colapso da massa da população na miséria, no desespero, e talvez, na revolução (DEAN, 2013, p. 332).

Este cenário só foi se agravando durante a década de 1970 – quando ocorria com mais intensidade com o descarte de resíduos industriais de fábricas de pentaclorofenato de sódio da multinacional francesa Rhodia (entre outras indústrias) em rios e em loteamentos e/ou área de mata atlântica da Baixada Santista, em distâncias de até 70km do pólo-industrial - mas é na década seguinte que temos um período de mudança no imaginário desenvolvimentista de Cubatão.

O relatório produzido na Estocolmo 72 não servira de estímulo para produção de uma sanção que freasse o tal “desenvolvimento” ou gerar estratégias para conter a poluição e a crescente contaminação em Cubatão¹⁶. O surgimento dos primeiros casos de doenças respiratórias causadas pela poluição apenas serviram como um sinal do perigo que estava por vir.

As primeiras intoxicações comprovadas por pentaclorofenato de sódio fabricado na Rhodia surgiram em meio a abertura política, ao fim da década de 1970 e início dos 1980, contribuiu para iniciar o debate sobre a relação entre a política desenvolvimentista e problemas ambientais. Mas Cubatão precisou criar suas próprias tragédias para ganhar a atenção do mundo nos anos 1980. Cubatão apareceu nas manchetes de jornais do mundo todo quando, ocorreu seu grande desastre: a explosão do OSSP e o incêndio da favela Vila Socó.

¹⁶ Porém, é de se reconhecer que após a realização da Estocolmo 72 foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), em 1973 (LAGO, 2006, p. 49).



Figura 4 - Restos da Vila Socó na manhã de 25 de fevereiro de 1984.

Fonte: Jornal *A Tribuna de Santos*, 12/12/2011.

Na madrugada de 24 para 25 de fevereiro de 1984 um vazamento de 700 mil litros de gasolina do OSSSP causou a explosão da tubulação do oleoduto, que passava por debaixo das palafitas que formavam a favela conhecida como Vila Socó, ocasionando no incêndio de 470 palafitas e provocando a morte oficial de 93 pessoas. Localizada na altura do km 57 da Rodovia Anchieta (SP-150), a Vila Socó (nome pelo qual era conhecida a Vila São José) possuía na época do desastre um núcleo habitacional entre 6 e 8 mil. A tragédia ocorrida em Vila Socó talvez seja o maior dos desastres da História Ambiental de Cubatão, haja vista pelo seu caráter de evento “inesperado” e pela maneira dramática como foi narrada e é lembrada pelo jornal *A Tribuna de Santos*. Uma destas narrativas produzidas pelo jornal foi ilustrada com a figura 4, na edição de 19 de dezembro de 2011.

Podemos afirmar que diante da vida ter se tornado cada vez mais insustentável em Cubatão, e os Governos Federal e Estadual – lembrando que a Petrobrás é uma empresa estatal, e Cubatão carecia de autonomia política - “fabricado” sua própria tragédia, realizada com o incêndio da Vila Socó, chamando a atenção do mundo – sobretudo quando em dezembro de 1984, meses depois do incêndio na Vila Socó, ocorre o incêndio na unidade da multinacional americana *Union Carbide* (que também possuía uma unidade

em Cubatão) em Bhopal, na Índia – se inicia um controle mais efetivo e eficaz dos problemas gerados pelas indústrias em Cubatão.

Além da tragédia na Vila Socó, das crianças sem cérebro, das centenas de famílias com asma, bronquite, leucopenia, e tantos outros problemas de saúde na Vila Parisi e em tantos outros bairros da cidade, podemos citar como um acontecimento positivo o processo de redemocratização – que retira Cubatão como Área de Segurança nacional, possibilitando maior autonomia à cidade. Somado a atmosfera de mudança política propiciada pelo processo de redemocratização, a forte pressão popular, formada por funcionários das fábricas, movimentos ambientalistas e a população em geral, colaboraram para uma guinada em políticas públicas na área da saúde e ambientais em Cubatão e nas cidades afetadas pela poluição industrial ao final dos anos 1980.

O que tentou-se agora foi traçar o surgimento de uma forma de biopolítica em dois momentos distintos, que acabaram por produzir duas formas também distintas de enredos sobre Cubatão, sendo uma de Cubatão como a cidade-fábrica, e outro como a cidade tóxica. A publicidade que se faz sobre Cubatão, principalmente os governos municipal e estadual que vendem uma história de redenção, onde a cidade estava colhendo os frutos negativos da industrialização, e após perceber os erros mudou sua forma de fazer a política local, buscamos expor que tanto a narrativa de cunho desenvolvimentista, quanto a biopolítica mais voltada para um ecopolítica – ou como autores como Sébastien Malette (2012) prefere chamar, “ecogovernamentalidade” – foram formas de biopolítica que se construíram a partir de projetos de modernidade.

Assim como discutido no início do trabalho, que o Estado brasileiro do início do século XX buscou através do sanitário e higienismo construir um Estado modernista e republicano; depois produziu a mudança para um projeto de modernidade com Cubatão e a instalação e produção de suas indústrias; e por fim a ideia de uma cidade ecologicamente ética, com qualidade de vida também surge como outra forma de modernidade, pautada não mais no discurso sanitário, nem desenvolvimentista, mas ambientalista, o que mostra a historicidade do discurso modernista.

Todos estes problemas elencados que se propagaram durante o decorrer do século XX e XXI são entendidos, sob uma perspectiva de risco à vida, que ou tornam a vida menos habitável ou que lhe dão um ultimato. A ideia de risco aqui será entendida através do conceito da sociedade de risco do sociólogo alemão Ulrich Beck.

1.3. CUBATÃO: UMA SOCIEDADE INDUSTRIAL DE RISCO?

A ideia de risco como proposta por Ulrich Beck em 1986 foi pensada no contexto histórico da Primeira Revolução Industrial, no século XVIII, e também com as revoluções que vieram posteriormente, que ocorrem principalmente no atual estágio de desenvolvimento da sociedade industrializada. Desta forma, percebemos a noção de risco mais do que um estágio ou nível de desenvolvimento, mas como um produto da própria ideia de modernidade (BECK, 2011, p. 08).

No centro dessas ideias entre desenvolvimento urbano-industrial, modernidade e risco, discutidas e tragicamente assistidas por Beck às vésperas do lançamento de “Sociedade de Risco” ocorrem os seguintes episódios: a explosão dos dutos da Petrobrás em Cubatão em 1984, causando o incêndio da Vila Socó (FERREIRA, 1991, p. 162); a explosão da fábrica da *Union Carbide* (hoje *Dow Chemical Company*) na cidade de Bhopal, Índia, também em 1984 (RAJAN, S. RAVI; 2002, p. 370); e finalmente, a explosão do reator 4 da usina nuclear de Chernobyl, na cidade de Pripyat, Ucrânia, em 1986 (KLANOVICZ, 2013, p. 299). Estes três eventos expõem de maneira clara a tese da democratização dos riscos de Beck, onde não existem fronteiras políticas, econômicas ou continentais, principalmente para a nuvem de fumaça radioativa de Chernobyl que correu os céus da Europa. Pelas palavras do próprio Ulrich Beck:

O discurso da sociedade (industrial) de risco (...) manteve um amargo sabor de verdade. (...) Muito do que se impôs por escrito, de modo ainda argumentativo – a incernibilidade dos perigos, a sua dependência do saber, sua supranacionalidade, a “dasapropriação ecológica”, a mudança repentina da normalidade em absurdo etc. - pode ser lido após Chernobyl como uma trivial descrição do presente. Ah, se pudesse ter continuado a ser a evocação de um futuro a ser evitado!” (BECK, 2011, p.10).

De acordo com o autor, assim que os países – sejam de primeiro, segundo ou terceiro mundo, como se falava nos anos 1980 - conquistam todas as etapas da industrialização no século XX, isto é, dominam as tecnologias de força bruta e tecnologias energéticas, acabam inseridos na sociedade industrial de risco, que são tradicionalmente caracterizadas pela distribuição desigual das riquezas, e que, quando inseridas em uma

nova modernidade (uma modernidade “pós-industrial”¹⁷), distribuem agora os riscos globais (químicos, nucleares, radioativos, ecológicos, econômicos, terrorismo), ao invés das riquezas, e por serem globais, podemos afirmar que os riscos são democráticos – apesar de entendermos que os desastres sejam socialmente seletivos, atingindo segmentos marginalizados da sociedade com mais frequência. Interessante notar que, apesar de todo desenvolvimento urbano-industrial, as sociedades industrializadas não podem controlar os riscos (que são irreversíveis em boa parte dos casos).

“Sociedade de Risco” foi publicada em 1986, ainda dentro do contexto político da Guerra Fria e de uma possível catástrofe nuclear. Em entrevista publicada na edição brasileira de “Sociedade de Risco” (2011), Beck faz uma importante distinção entre catástrofe (que neste trabalho chamamos de desastres), e risco. De acordo com Beck (2011, p. 362), as catástrofes são tidas historicamente como o inesperado, um acidente, ou ainda um evento trágico que atingiu sociedades e governos de surpresa. Já o risco, seria uma forma de “encenar o futuro das catástrofes no presente”, uma “construção social de uma antecipação ‘real’ de catástrofes futuras no presente”.

Pensando desta maneira, podemos ainda afirmar que o risco é a possibilidade de uma catástrofe, sendo também uma vulnerabilidade determinada pela racionalização de incertezas – e como já colocado, do que está ou não por vir. A instalação de um parque industrial petroquímico, o manejo de tecnologia nuclear para produção de energia, a construção de uma usina hidrelétrica, de uma rodovia que cruza um parque ecológico, ou simplesmente a construção de um prédio implica na produção de estratégias que possivelmente abortem acidentes, pois os riscos deles acontecerem serão calculados.

Segundo Beck (2011, p. 363), são riscos hipotéticos “que se baseiam especialmente em incógnitas cientificamente induzidas” pela crença em uma ciência positiva, que é a crença da sociedade moderna – que se estende até os dias de hoje – no progresso técnico-científico, que pode abortar qualquer perigo, e que vai de encontro

¹⁷ Esse patamar pós-industrial é colocado por Beck (2011) como um nível sócio-econômico (e principalmente político) alcançado pelas sociedades contemporâneas após se tornarem sociedades industrializadas (que passam a serem entendidas como sociedades modernas). Como indica o próprio título de seu livro, *Sociedade de Risco: Em busca de uma nova modernidade*, essa nova modernidade é o deslocamento do sólido terreno de uma sociedade industrializada e moderna para o “pós”, para a sociedade (industrial) de risco, para a desorientação, para a sociedade das incertezas sociais, econômicas, ambientais.

justamente com os governos militares brasileiros, que incluíram Cubatão como um elemento singular para construção de um Brasil desenvolvido economicamente.

Para Beck (2011), o chamado desenvolvimento e progresso urbano-industrial das sociedades modernas, em um nível à frente da sociedade industrial moderna, entendido como pós-industrial fazem uma gangorra com a vida e a morte da população, que fica à mercê dos projetos de modernidade dos países capitalistas, ou socialistas. Ao definirem através de discursos tecnocratas que o desenvolvimento econômico é algo impossível de ser barrado para as sociedades industriais, pois é um degrau já avançado rumo à modernidade, os países – repetindo: independente do nível e também de sistema econômico – fazem esse balançar com a vida da população. Fortalecem a incerteza sobre a qualidade da vida, reforçam a incerteza no amanhã, mas que por ser legitimado pelo crescimento econômico, é sempre aceito pela população sob o discurso ostentador da desejada modernidade. A construção de um “Brasil Grande”, com *status* de país moderno, com cara de república democrática, perpassa definitivamente todo o desenrolar do século XX. O discurso da modernidade será pautado no desenvolvimento econômico (como o “fenômeno” Cubatão nos anos 1960)¹⁸. Nas palavras de Beck:

(...) assim como no século XIX a modernização dissolveu a esclerosada sociedade agrária estamental e, ao depurá-la, extraiu a imagem estrutural da sociedade industrial, hoje a modernização dissolve os contornos da sociedade industrial e, na continuidade da modernidade, surge uma outra configuração social (BECK, 2011, p. 12).

A modernidade está sempre sendo reinventada, sempre construindo uma nova configuração social como disse Beck – e continuamos na busca “rumo a uma outra modernidade” (BECK, 2011), seguida de uma nova configuração social. Após os projetos de urbanização serem desenvolvidos em algumas localidades – os grandes centros urbanos – tem-se uma mudança na busca pela modernidade, pautada não mais no discurso sanitaria, mas sobre o discurso desenvolvimentista. Podemos ainda dizer que tais

¹⁸ O ecólogo Samuel Murgel Branco foi um dos responsáveis por representar a cidade de Cubatão como “o fenômeno Cubatão” nos anos 1980, devido à repercussão nacional e internacional sobre os problemas ambientais da cidade. Neste trabalho, nos propomos a trabalhar com o “fenômeno Cubatão” nos anos 1960(sob o discurso desenvolvimentista), e “fenômeno Cubatão” nos anos 1980(sob o discurso ambientalista).

discursos se mantêm como práticas por estarem sustentados dentro de regimes de verdade. Em outras palavras, estes discursos, por se estabelecerem inseridos em um regime de verdade, e possuírem uma determinada forma de poder - marcado pelos, pelos elementos que são expostos no discurso - que os legitime, são entendidos neste trabalho como ferramenta fundamental para um discurso ser legitimado.

Sendo assim, retornando um pouco as idéias de Foucault (2008, p. 50), podemos dizer que estes regimes de verdade – que mantêm os discursos vivos em um determinado momento histórico, funcionando como o espírito de um tempo – perpassam e constituem todo o corpo social, sendo o que formata e constitui as relações sociais, não havendo exercício do poder sem a fabricação de discursos de verdade que funcionem neste poder. A verdade (portanto, o poder), estando junto ao discurso higienista ou desenvolvimentista, trás para a superfície os problemas da saúde pública e os bons frutos do desenvolvimento. Constituídos desta forma, ambos os discursos “deixam de lado” os jogos e interesses político-econômicos por trás de tais discursos políticos, e acabam por transformar as verdades discursivas em regras que normatizam (não no sentido jurídico-disciplinar) e determinam a política de Estado (que interfere diretamente na cultura de um povo), de um determinado momento histórico.

Por estarem relacionadas com os regimes de verdade, as racionalidades que normatizaram e estabeleceram uma biopolítica para o controle e prevenção de epidemias nas cidades, tomaram outra direção no desenrolar do século XX, muito em função dos já citados produtos do pós-guerra. Desta forma, a biopolítica acaba migrando para outro nível do controle sobre a vida. A biopolítica praticada nas cidades é agora ampliada para além do meio urbano, tomando o meio ambiente em sua totalidade. De acordo com Beatriz Scigliano Carneiro,

Uma noção de meio já estava presente na biopolítica, não era apenas um meio natural, mas o espaço artificial das cidades e das relações sociais. Quando se configurou o dispositivo de meio ambiente, essa noção de *meio* ganhou outro sentido ao se compor com outros elementos (CARNEIRO, 2012, p.8).

A inclusão de um novo elemento à biopolítica marca a institucionalização de novos regimes de verdades diante dos problemas ambientais. Com a emergência dos questionamentos a respeito dos problemas ambientais a partir da década de 1960,

ampliamos o que até então se entendia por biopolítica (este controle - para o bem ou para o mal - sob a saúde da população), almejando uma biopolítica que englobe agora toda uma esfera relacionada à vida, não somente os seres humanos, mas também as demais formas de vida não-humana (plantas, animais, microorganismos), assim como os espaços compartilhados por todas as formas de vida, que também estão vulneráveis – talvez até mais vulneráveis que o ser humano - aos perigos causados pela ferocidade das políticas desenvolvimentista.

Não é de se estranhar que pouco tempo depois de terem ocorrido os primeiros encontros internacionais para se discutir os efeitos negativos das políticas desenvolvimentistas, iniciados depois dos primeiros levantes ambientalistas na década de 1960 - tais eventos não começaram com a Estocolmo 72, mas logo no início da Guerra Fria (diante do medo nuclear se estabelecem os primeiros acordos sobre o uso civil de tecnologia nuclear e os riscos à população) – Foucault começava a caminhar no sentido de trazer a discussão das biopolíticas e biopoder para a questão ambiental nas aulas de título “Segurança, Território, População” ministradas por Foucault no *Collège de France* entre 1977 e 1978 (FOUCAULT, 2004, 22 *apud* CARNEIRO, 2012, p. 03).

Talvez o fato do espírito desenvolvimentista ter assombrado os países subdesenvolvidos por tanto tempo durante o pós-guerra, que os problemas ambientais, antes de serem caracterizados como tais eram tidos como problemas de saúde pública não deixava nítido que a maior parte dos problemas de saúde pública no século XX eram produto do crescimento das cidades sem um planejamento.

Com isso, pode-se argumentar que os questionamentos surgidos com a emergência dos movimentos e discursos ambientalista nos anos 1960 e, com o seu *boom* nos anos 1970, iniciam de maneira mais freqüente e efetiva reuniões - fossem de nível local, regional e internacional - para discussão de uma agenda política que buscasse uma relação mais harmônica entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente. Em uma atitude única no Brasil, a prefeitura de Cubatão organiza o primeiro evento para debater a questão ambiental no país em 1971 – antecedendo a própria Estocolmo 72 - com o I Seminário sobre a Poluição do ar e das Águas na Baixada Santista (COUTO, 2003). O acontecimento deste seminário nos mostra que o discurso ecológico competia com os discursos desenvolvimentistas, mesmo que os discursos ecológicos estavam presentes na década de 1970, mas eram camuflados pelas chaminés do progresso industrial.

De maneira geral, assim como a História Ambiental surge devido ao grito das ruas (PÁDUA, 2010, p.81), as pesquisas também giram em torno dos problemas ambientais. Porém, isso não quer dizer que o historiador ambiental não trabalhe as suas fontes e os seus objetos, que não situe a natureza e os problemas ambientais também como um problema cultural, munido de historicidade. Por mais legítima que determinada bandeira ambientalista seja, é de suma importância que o historiador não o reproduza sem antes pensá-lo historicamente:

Na última década, aumentaram as denúncias em relação ao poder de destruição do homem, alimentadas pelo discurso sobre o aquecimento global, ápice de uma narrativa trágica. Todavia, é preciso perguntar, mesmo que seja por provocação: o ser humano pode de fato destruir a natureza? A história ambiental não pode reproduzir um discurso ambientalista binário, que coloca de um lado a natureza e do outro o homem que a destrói, sem perceber a problemática relacional (ESPÍNDOLA, 2012, p.170).

A análise histórica em uma pesquisa de História Ambiental necessita de um tratamento específico para com os objetos – os rios, os mares, os animais, as montanhas, cidades, enfim, todo o meio ambiente - que antes eram trabalhados pelas ciências naturais, mas devem ser pensados como uma construção humana, carregada de significado cultural. Desta forma, não podemos tomar os problemas ambientais simplesmente pelo sentido da destruição do meio, pois nossas análises se pautam por uma perspectiva cultural. Devemos trabalhar a temporalidade dos objetos e categorias, como por exemplo, o desastre. Desta forma,

A narrativa da História Ambiental leva em conta as mudanças nas sociedades humanas e como elas interferem nas mudanças no meio natural. Desta maneira, promove a aproximação entre as ciências sociais, necessária para a consecução do presente estudo sobre os Desastres Ambientais (...). (ESPÍNDOLA, SILVA LOPES, NODARI; 2011, p.01).

O historiador ambiental, assim como em qualquer pesquisa historiográfica deve manter uma postura mais aberta com o objeto, distanciar-se dos determinismos e reducionismos como a visão da destruição que costuma estar presente na temática ambiental. Uma postura mais aberta, afastada de análises estereotipadas e preconcebidas

pode apresentar distintas relações causais para entender o desastre. Essa postura do historiador ambiental, como colocado por José Augusto Pádua (2010, p. 97) citando Simon Schama, significa o abandono da visão catastrófica do homem como violador da natureza para perceber os diversos sentidos que as sociedades deram a natureza e a eventos como desastres em momentos históricos distintos. Em um sentido claro, “o desafio analítico é o de superar as divisões rígidas e dualistas entre natureza e sociedade, em favor de uma leitura dinâmica e integrativa (...)” (PÁDUA, 2010, p. 97).

Embora Cubatão seja hoje reconhecida como exemplo de recuperação ambiental e tenha recebido da ONU o slogan de “Cidade-símbolo da Recuperação Ambiental”, os anos de poluição sofrida pela cidade durante décadas de ação das indústrias petroquímica e siderúrgica deixaram os resíduos industriais marcados como cicatrizes na identidade e em qualquer referência feita à cidade. Por mais que governo municipal, governo estadual e até as indústrias se esforcem na publicidade e promoção ambiental da cidade com o slogan para arrancar as cicatrizes da contaminação, permanecem circulando na imprensa, meio científico, e também no político, o imaginário socioambiental de Cubatão ainda com sentidos e ideias sobre a poluição industrial, como “a cidade mais poluída do mundo”, “cidade mais sujo do mundo”, “vale da morte”, entre outros.

Devido a estas conotações a respeito de Cubatão, nos propomos discutir como estas ideias, sentidos, percepções, representações (e quais categorias mais que servirem a este objeto de análise) foram constituídas de forma incidental pelo periódico – tanto local, quanto nacional e internacional, mas especialmente pelo jornal *A Tribuna de Santos* – para criar um imaginário social e ambiental da cidade tóxica e, conseqüentemente de uma região tóxica. Apesar de tratarmos de uma região definida geográfica e politicamente como município de Cubatão, localizado na também região político-geográfica Baixada Santista.

Pensar na metáfora da (toxi)cidade nos leva a trabalhar a ideia de espacialidade e no conceito de região, entendido a partir das contribuições da antropologia cultural, pois como afirma Liliane Freitag (2007, p. 16), não podemos definir o espaço pelas suas características físicas, mas pelas suas significações. Desta forma, entendemos região como espacialidades historicamente construídas, não como um dado estático e atemporal, porém, não é de nosso interesse retirar a geograficidade do espaço. Mesmo optando por uma categoria “espaço-simbólico-cultural”, ainda estamos tratando de uma espacialidade

materializada – a cidade de Cubatão, localizada na Baixada Santista, litoral paulista – portanto, também falamos de uma região geográfica e cabe alguns esclarecimentos a respeito do categorial espacial.

No final da década de 1960 surgira uma discussão no meio acadêmico a respeito de um “retorno” do espaço nas ciências sociais e humanas, em contraposição a rendição do espaço em relação ao tempo, e que pode ser destacada pela crítica de Michel Foucault ao historicismo, em uma entrevista cedida a *Revista Hérodote* em 1976, que pouco depois viria a ser publicada e a compor *Microfísica do Poder* (1979):

A utilização de termos espaciais tem um quê de anti-história para todos que confundem a história com as velhas formas da evolução, da continuidade viva, do desenvolvimento orgânico, do progresso da consciência ou do projeto da existência. Se alguém falasse em termos de espaço, é porque era contra o tempo. É porque ‘negava a história’, como diziam os tolos, é porque era ‘tecnocrata’. Eles não compreendem que, na demarcação das implantações, das delimitações, dos recortes de objetos, das classificações, das organizações de domínios, o que se fazia aflorar eram processos – históricos certamente – de poder. A descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhes estão ligados (FOUCAULT, 2008, p.159).

Com a chegada da década de 1970 este paradigma teórico começa a mudar. Podemos pensar o “retorno do espaço” , quando geógrafos como David Harvey, Edward Soja e Henry Lefvbre “influenciaram a História Social ao compartilhar noções de espaço, de paisagem e de ambientes, urbanos e não urbanos como categorias de análise” histórica (KLANOVICZ, 2010, p. 07). A teoria de Febvre pode ser utilizada para a História também, pois por mais que Febvre seja alguém falando do interior da filosofia abordando um objeto geográfico (o espaço), ele trata de “equalizar o espaço com a produção social, argumentando que, se a natureza foi e continuava sendo a origem dos processos sociais, estava, contudo, relegada ao fundo da tela (KLANOVICZ, 2010, p. 07).

Estas questões referentes ao “retorno” do espaço nas ciências humanas durante a década de 1970 refletem no campo historiográfico, e ganham destaque com a História Ambiental. Se para Febvre a natureza era o plano de fundo da produção social, na História Ambiental não ela não é entendida apenas como palco da história, mas um dos protagonistas que engendram a história em conjunto com grupos humanos e não-

humanos. O florescimento da História Ambiental nas últimas décadas se dá por vários motivos, mas entre eles podemos destacar o de maior preocupação: os problemas ambientais.

A série de desastres ocorridos em Cubatão entre as décadas de 1960 e fim da década de 1980 nos abre caminho para discutir as questões teóricas acerca de espacialidades e regiões, como já comentando anteriormente entendidas como “espaço-simbólico-culturais”, em conjunto com os personagens humanos e não-humanos desta série de eventos. Os sentidos e significados negativos atribuídos a Cubatão a partir dos anos 1980, como por exemplo, “cidade mais poluída do mundo e “vale da morte” são entendidos aqui como metáforas espaciais. “Cidade”, “município”, “vale” e até mesmo “morte” fazem referência a espacialidades, regiões, lugares, ambientes, territórios; espaços materializados ou simbólicos (pensando no caso do termo “morte” como um lugar onde habitam os mortos, e/ou também um local de fronteira, entre os vivos e os mortos).

De maneira mais clara, colocamos que a cidade de Cubatão não é entendida somente pelo seu lugar político; tão pouco pela sua localização geográfica; mas pela soma destes com a sua cicatriz, ou seja, com a ideia de Cubatão como a cidade tóxica, que se colocada de “forma flexível refere-se à existência de uma comunidade de sentido, uma particularidade estabelecida a partir de códigos comuns por intermédio de construções simbólicas”, ou seja, nos seus sentidos e nas suas significações (FREITAG, 2007, p.20).

Construções como “vale da morte” dão sentido a toda uma atmosfera de significações negativas a Cubatão que, apesar dos pesares, criam ideias e alimentam um imaginário negativo em torno do ambiental. Cubatão pode ser entendida como um espaço fronteiro que divide a pureza da poluição. Desta forma, a ideia de “cidade mais poluída do mundo” surge em oposição ao discurso identitário brasileiro do paraíso tropical propagado desde Pero Vaz de Caminha.

Se a identidade de Cubatão foi moldada sob o discurso da cidade tóxica em oposição ao discurso do paraíso tropical brasileiro, esse discurso tóxico tem o slogan de “cidade símbolo de recuperação ambiental” como uma resposta ao problema da poluição. Nesta perspectiva, o imaginário ambiental positivo sempre é referenciado para a preservação do mundo natural: o surgimento do “vale da vida” em oposição ao estigma

de “vale da morte” (FERREIRA, 1991, p. 111), hasteando a bandeira do “verde”, muito explorado também pelo governo municipal de Cubatão, que utiliza hoje também o guará-vermelho (*Eudocimus ruber*), que “voltou” a habitar os manguezais despoluídos.

Porém, mesmo com os esforços por parte do governo municipal, estadual e das indústrias para fabricar esta nova identidade para Cubatão centrada no “verde”, autoridades científicas como o geógrafo especialista em gestão urbana, Carlos Alberto Gomes Riesco, afirma que há risco de contaminação em determinados locais (METRÓPOLE, 02/10/2008), sobretudo onde se encontram as chamadas “estações de espera”¹⁹ no antigo prédio da Rhodia, e também no distrito de Samaritá na cidade de São Vicente.

Todavia, apesar da identidade de Cubatão oscilar entre o “verde” da biodiversidade e o “cinza” da poluição, podemos perceber que tanto o discurso da cidade símbolo de recuperação ambiental, quanto o da cidade tóxica são direcionados a nos levar a idéia de natureza, meio ambiente. Visto dessa forma, podemos afirmar que em função do legado industrial e ecológico da cidade, acreditamos ser válido considerar Cubatão como uma região discursiva, seja pelos aspectos que produziram discursos sobre uma doente pela (toxi)cidade, seja de uma “(eco)cidade” devido a sua história de redenção, ou ainda de cidade-indústria. Este último aspecto, que trata da construção discursiva de Cubatão como uma cidade voltada para o desenvolvimento industrial, explorado a partir dos anos 1950 será discutido no capítulo que se segue: “O Embate entre Desenvolvimento e Desastre”.

¹⁹ As chamadas “estações de espera” são os antigos lixões químicos da Rhodia que, desde o fechamento da fábrica em 1993, mas que, como atestado pelo geógrafo Carlos Alberto Gomes Riesco, ainda possuem risco de contaminar as áreas adjacentes.

CAPÍTULO 2

O EMBATE ENTRE DESENVOLVIMENTO E DESASTRE

Uma conjunção de notáveis conquistas da ciência e da tecnologia, particularmente nos campos da eletrônica, da energia nuclear e da medicina, fez da década de 60 o período de abertura de uma era de progresso ciclópico para o mundo. (...) Felizmente, (...) o Movimento de 1964 salvara o nosso país de mergulhar em profundo abismo, preparando-o também para recuperar o atraso em que se encontrava e acompanhar o desafiante progresso (BIBLIOTECA DO EXÉRCITO *apud* SIMONSEN, 1975, p. 06).

A crença no avanço do conhecimento científico-tecnológico, sendo aplicado este, por meio da expansão industrial como meio para promover o desenvolvimento econômico do país, dominou o corpo e o imaginário político-social brasileiro antes mesmo da ditadura militar entrar em vigor em 1964. Na comunicação “Húbris Tecnológica e História: pensando ambientes e desastres” Klanovicz argumenta que fosse possível comparar a URSS e Brasil dos anos 1970 seria possível percebermos algumas semelhanças como, “autoritarismo, vigilância, modernismo e mania de grandeza (e uma) crença inabalável na tecnologia, na dominação da natureza (...)”, e por este motivos podem ser consideradas sociedades de risco semelhantes (KLANOVICZ, 2011, p. 10).

Desta forma, pode-se pensar que URSS e Brasil foram modelos de Estados modernistas, acionados por uma modernização provocada, partindo da ideia de que saberes técnico-científicos fossem capazes de transformar os problemas sócio-econômicos, e assim ser possível gerenciá-los de acordo com suas aspirações políticas (JOSEPHSON, 2010 *apud* KLANOVICZ, 2011, p. 10).

O discurso político do desenvolvimento econômico foi sendo legitimado em vários momentos do período republicano (e o é até os dias de hoje), principalmente durante o Estado Novo e nos anos JK. Porém, o projeto desenvolvimentista se estabelece e atinge proporções desse progresso ciclópico, com o chamado “milagre” econômico brasileiro nos anos 1970, e foi amparado pela racionalidade de um saber científico – o da economia - sofrendo um processo de veridicação, e estabelencendo-se como a verdade vigente na década de 1970, devido principalmente à influência maciça de aparelhos ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1980), como por exemplo, a Assessoria Especial

de Relações Públicas (AERP) e por veículos de imprensa como a Revista Manchete, que eram responsáveis institucionais e não-institucionais por disseminarem a ideologia desenvolvimentista e o ufanismo brasileiro (MARTINS, 1999, p. 120).

O projeto desenvolvimentista de um “Brasil Grande” - com o qual Cubatão era uma ferramenta importante, para não dizer que era o combustível da política desenvolvimentista nos anos 1960-1970(considerando que era o grande pólo produtor de matéria-prima para a Indústria Nacional) - tinha por base uma racionalidade econômica, pois, como se acreditava na época, “o desenvolvimento se faz com capital, tecnologia e eficiência administrativa, e não com preconceitos ideológicos” (SIMONSEN, 1971, p. 9).

A elite tecnocrata²⁰ dos governos militares como Mario Henrique Simonsen e Roberto Campos, percebia a economia e as racionalidades econômicas como a mais pura aplicação da verdade científica, sem que essa estivesse contaminada por qualquer ideologia ou interesse político, percebida mais como uma evolução natural do caminhar da política econômica. É como se enxergassem no desenvolvimento econômico um patamar evolutivo da sociedade, um estágio natural de desenvolvimento, não conseguindo perceber que na própria lógica de desenvolvimento econômica estaria implícita uma ideologia econômica – no caso, o neoliberalismo econômico. Na contramão deste discurso econômico Celso Furtado afirmava que

O interesse principal do modelo que leva a essa ruptura cataclísmica está em que ele proporciona uma demonstração cabal de que o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana. Temos assim a forma cabal de que o *desenvolvimento econômico* – a idéia de que os *povos pobres* podem algum desfrutar das formas de vida dos *povos ricos* – é simplesmente irrealizável (FURTADO, 1974, p.88, 89).

²⁰ Entendemos por tecnocratas um grupo de profissionais que compõem um quadro técnico com funções bem definidas, aonde teoricamente, o tecnocrata exerce sua função com neutralidade. De acordo com o cientista social Carlos Estevam Martins, a evolução do sistema capitalista produziu diferentes gerações de tecnocratas, pois, “dependendo das necessidades dos setores hegemônicos do sistema, variou no tempo a demanda das profissões ou especialidades profissionais e, concomitantemente, variou o prestígio (ou o desprestígio) associado a essa ou aquela disciplina. Assim é que, em certas épocas e lugares, os advogados e juristas gozaram das honras reservadas às “elites tecnocráticas”; em outros tempos e situações, o mesmo papel coube aos engenheiros; hoje em dia, dada a hegemonia do capital monopolista, os economistas passaram a serem os candidatos típicos à condição de tecnocratas” (MARTINS, 1974, p. 159). Dentro desta perspectiva, consideramos como tecnocratas no contexto do regime militar brasileiro os economistas Mário Henrique Simonsen, Roberto Campos de Oliveira, e o próprio Celso Furtado.

Podemos perceber nesta citação de Celso Furtado que já na década de 1970 havia um questionamento quanto ao modelo da política desenvolvimentista e seus efeitos ao meio ambiente, como o próprio autor diz, quando comenta sobre o custo da depredação do mundo físico, como também para as populações marginalizadas. Furtado ainda comenta o fato do desenvolvimento econômico ser um mito, pois o discurso do desenvolvimento econômico mascarava as reais necessidades do país, como a distribuição de renda²¹, as reformas de base e o próprios objetivos da política econômica, como investimentos, exportações, e o crescimento. Celso Furtado, contrapondo o discurso do desenvolvimento econômico²², ainda questiona a racionalidade científica da política, afirmando que os objetivos da ciência econômica deveriam ser abstratos, e não positivos como afirmavam os tecnocratas.

Esta visão cientificista e positivista – que se acredita ser neutra e imparcial, desvinculada de qualquer interesse político e ideológico – possui métodos e regras baseada em leis percebidas como naturais, tradicionalmente utilizada pelas chamadas ciências naturais (como a física, a química, a matemática, a biologia, etc.). Para essa lógica da ciência positiva, o conhecimento científico possui uma espécie de dever ético, com uma busca incessante pela racionalização de suas práticas e de seu pensamento, que são direcionadas por um sentido de verdade científica. Faz parte dos procedimentos metodológicos e das análises empíricas destas ciências este sentido de cientificidade, de busca do certo ao errado, de resultados verdadeiros, mas não devem ser empurrados para os trabalhos historiográficos como modelos onde se encaixam uma metodologia e se produzam o conhecimento. A crença na imparcialidade de seus métodos e resultados, assim como a negação de subjetividade e de uma ideologia na produção científica por si só é uma ideologia: uma ideologia científica, no caso da política desenvolvimentista, através da ciência econômica.

²¹ Sobre a distribuição e concentração de renda na década de 1970, o próprio Roberto Campos atestava que a concentração de renda tivera aumentado com a política econômica aplicada no período (CAMPOS, 1975, p. 183).

²² Como não era posição junto ao governo, neste momento Furtado fez críticas à política desenvolvimentista. Quando esteve à frente da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), e no Governo Goulart, também defendeu uma política desenvolvimentista, mas diferente do modelo militar (SKIDMORE, 2007, p. 279).

Aurenéa Maria de Oliveira (2007, p.61), fazendo uma interpretação de Nietzsche afirma que, a razão, a racionalização dos objetos é o elemento que estabelece a modernidade iluminista. Nietzsche critica a racionalização da vida, dos objetos da vida, pois para ele, a racionalidade (razão) nada mais é do que uma maneira do ser humano controlar o mundo a seu redor (racionalizar a economia, portanto, seria na verdade controlar a forma como se pratica a política econômica, por meio da política desenvolvimentista), a maneira com a qual o homem ocidental na ânsia de querer governar a própria existência através da razão – que, ingenuamente se acredita ser “racional”, no seu sentido mais vulgar -que ele entende como ser uma “verdade pura” ou pelo menos o caminho correto para a verdade.

Ainda em Nietzsche, Oliveira argumenta (2007, p.61) que é nesta lógica – da razão sobre o instinto - que o conceito de verdade relacionado a razão se sobrepõe a todos os elementos referentes à verdade relacionada a tragédia (a emoção, o prazer, a paixão, a desordem, a natureza, etc.)²³, e nisso podemos incluir o conhecimento científico. Nesta abordagem, não há espaço para paixões, para o erro, para a desordem; na modernidade, onde o conhecimento é científico, a desordem cede lugar para a ordem, o “achado” cede lugar para os objetos determinantes e calculado. Na modernidade, o conhecimento baseado nos “achismos”²⁴ é substituído pelo conhecimento cartesiano. Dito isto, podemos dizer que os discursos científicos produzem regimes de verdade que reconstruem a percepção do conceito de modernidade, e mais do que isso, produzem regimes de poder, que se constituem dentro de sua própria linguagem, uma linguagem científica.

²³ Como será discutido nas páginas seguintes, essa razão que rompe com o instinto, é a ponte que liga a transição para a modernidade: modernidade, o período da ruptura entre o instinto e a razão, a ruptura entre homem e natureza, a civilização e a barbárie...no sentido da política econômica, a modernidade é a ruptura entre o Brasil Colônia e o Brasil República, onde se estabelece o Brasil da agricultura moderna auxiliado por uma indústria exportadora de matéria-prima.

²⁴ A esses enunciados de discursos ecológicos optamos chamar de “achismos”, que na verdade são apenas enunciados sem espaço no campo do discurso político por estarem contidos em discursos fora de um regime de verdade vigente. A poluição química em Cubatão por si só era percebida mais como um discurso contra o desenvolvimento econômico do que fato um problema ambiental (ou simplesmente um problema de saúde que pudesse ser contido com tratamento médico) visto que qualquer país industrializado possuía poluição. Quando Rachel Carson publicou “Primavera Silenciosa” em 1962, infelizmente teve uma crítica semelhante. Suas denúncias contra a indústria agroquímica foram tidas por esta como um “achismo”, uma crítica sem qualquer base científica, mesmo que Carson fosse bióloga e tenha produzido toda a narrativa de “Primavera Silenciosa” fundamentada em uma série de estudos científicos que atestassem que o DDT fosse uma grave ameaça para a vida selvagem e a vida humana (GARRARD, 2006, p. 13).

A linguagem científica que determina as regras discursivas para estabelecer a norma vigente, é ela que distingue o verdadeiro do falso para estabelecer uma relação de poder do verdadeiro sobre o falso (FOUCAULT, 2008, p. 13). Entretanto, essa linguagem científica é composta por códigos e símbolos, criados e dominados apenas pela comunidade acadêmica, necessária para a produção científica, gerando métodos próprios que controlem o verdadeiro e o falso, o permitido e o não-permitido (ADINOLFI, 2007, p. 626). Esse domínio do permitido e do não-permitido é a racionalização dos objetos e o seu governar criticada por Nietzsche que foi comentado anteriormente. Se o seu controle é pré-determinado pelas regras discursivas do método científico, podemos dizer que racionalidade científica não é em si neutra, muito menos a-histórica como acreditavam os tecnocratas brasileiros, pois, a partir do momento que em seus planejamentos se traçavam objetivos econômicos e metas de crescimento, a neutralidade, a negação da ideologia – a ideologia capitalista - caíra por terra.

Entretanto, como discutiremos a seguir, o discurso científico do desenvolvimento econômico se sustentou por um regime de verdade científica, discurso esse que mantinha uma relação de poder sobre os discursos ecológicos, tidos durante os anos 1960 e 1970 como “achismos” e não como verdade científicas. É a isso que Foucault coloca como estabelecer sobre o que é permitido e o que não é permitido se pronunciar.

2.1 DISCURSO ECONÔMICO, VERDADE E PODER

Como temos discutido desde o início deste trabalho, os regimes de verdade, assim como os discursos e as práticas produzidas dentro destes regimes, tem um papel determinante no estabelecimento do que é entendido como verdade em um momento histórico. Desta maneira, podemos dizer que os regimes de verdade acabam produzindo significados para os discursos, significados estes que produzem relações de poder sobre entre os enunciados tidos verdadeiros e os enunciados tidos como falsos (FOUCAULT, 2008, p. 13). Nesta relação de poder entre o falso e o verdadeiro, pode-se dizer que há uma ocultação de um discurso sobre o outro. Considerando que na modernidade, a ciência dita as regras do jogo, determina que o discurso científico, por estar estabelecido como a verdade vigente, ou melhor, por possuir características científicas – os elementos que

produzem a veridificação de seus enunciados - termina por “apagar” os discursos tidos como falsos, estes últimos, desprovidos de características científicas.

Ocorre que, o discurso do desenvolvimento econômico - entendido aqui como um discurso científico, gerado através uma metodologia e retórica científica – é produzido dentro da política desenvolvimentista. Ora, se tal discurso é gerado no interior das instituições que foi criado, ele tende a ser provido de uma linguagem própria, técnica, e principalmente onde e por quem é proferido, e que como já comentado, estabelecem o discurso como sendo verdadeiro, como sendo a norma vigente. Este discurso científico do desenvolvimento econômico se institui com as práticas discursivas que transportamo discurso do desenvolvimento econômico virtual das planilhas, para as projeções reais das taxas de crescimento econômico, de aumento do PIB, de diminuição das importações, de controle da inflação.

Em sua dissertação de mestrado, “*Ditadura Militar e Propaganda Política: A Revista Manchete durante o Governo Médici*” (1999) Ricardo Constante Martins discute o papel da *Revista Manchete* como parte dos aparelhos ideológicos do Regime Militar brasileiro, especificamente durante o governo do presidente general Emílio Garrastazu Médici, e coloca que o regime militar brasileiro “criou um dos maiores sistemas de propaganda política de um governo autoritário da época contemporânea” (FICO, 1997, p. 18 *apud* MARTINS, 1999. p. 03). Sobre este sistema de propaganda, Martins (1999) afirma que a *Revista Manchete* propagava integralmente a ideologia vendida pelo regime militar através da exaltação de discursos como o do “milagre” econômico e creditava o crescimento econômico ao trabalho realizado pelo Ministro da Fazenda durante o governo, Antônio Delfim Neto (MARTINS, 199, p. 138).

Pelo fato do discurso científico do desenvolvimento econômico ser produzido dentro das instituições que o geraram e também por um dos maiores veículos de informação como a *Revista Manchete*, é nítido que o regime de verdade que o estabeleceu como o discurso portador da verdade encubra os discursos tidos como falsos, como por exemplo as projeções sobre o esgotamento dos recursos naturais, e o aumento da concentração de renda. Valéria Trigueiro Santos Adinolfi (2007) citando Foucault afirma que para cada palavra dita pelo indivíduo, muitas outras deixam de serem ditas, estabelecendo a relação de poder entre o dito e o não-dito. Essa relação constitui os sentidos do discurso no instante em que nega a existência do não-dito:

Só é possível a interpretação de um discurso passando por esse não-dito, esse silêncio. Sem ele não há produção de sentido, pois ele representa a ilusão do um-sentido (a literalidade), ao mesmo tempo em que evidencia o não-um (os vários sentidos) (...) A construção do sentido único acontece pela existência dos sentidos múltiplos, o dito é determinado pelo não-dito, pelo silêncio que não é ausência de som ou palavras, vazio ou falta, mas condição de produção de sentidos (ADINOLFI, 2007, p.6).

Sem a negação de um discurso tido como falso, o discurso tido como verdadeiro não possui sentido algum, sendo então vital para a fabricação de sentido do discurso tido como verdadeiro o silêncio do discurso tido como falso. Em outras palavras, podemos dizer que, a legitimidade do discurso científico do desenvolvimento econômico diante do discurso ecológico se deu pela negação do segundo, possibilitada pelo regime de verdade normatizando o saber da ciência econômica. Ou ainda podemos afirmar que, negando a existência de uma ideologia, o discurso científico tende a aludir à uma certa neutralidade e descompromisso com interesses particulares, como acreditavam os tecnocratas brasileiros (SIMONSEN, 1971, p. 9). Adinolfi conclui que,

Ao se constituir, o discurso científico apaga as marcas dos outros discursos possíveis e da historicidade na formação dos sentidos, de onde vem a ilusão de universalidade. Ao fazê-lo silencia a história, (...) se apresenta como portador de verdade e apaga as relações de poder contidas em seu interior para a determinação desse sentido de verdade e as marcas de historicidade (...)Essa metalinguagem científica significa poder nas mãos do cientista que a produz, poder esse bem concreto, derivado de seu saber, e que lhe permite interferir politicamente, tanto para o favorecimento quanto para a preservação quanto para a extinção da vida no planeta (ADINOLFI, 2007, p.9).

O regime de verdade que normatiza a política desenvolvimentista, amparado pelo discurso da ciência econômica mantém relações de poder sobre os discursos ecológicos, tornando-os como falsas verdades (ou seja, negando sua cientificidade). Sendo assim, por mais que houvessem casos que nitidamente expunham a relação de problemas de saúde de pessoas que moravam nas vilas operárias as margens das indústrias de Cubatão, essa relação quando cogitada, passava despercebida diante dos discursos do crescimento econômico. Como já comentado, em alguns casos a própria população nem sequer se dava conta da poluição. Couto (2003, p. 164) afirma que para os jornais cubatenses da década de 1950, a fumaça que saía das chaminés era inclusive motivo de orgulho para a cidade.

Como dito até o momento, o silenciamento dos discursos sobre a contaminação eram mantidos pelo regime de verdade do desenvolvimento econômico, sendo que os regimes de verdade normatizam um pensamento, autorizando discursos e negando outros. Como também já comentando, o discurso tido como verdadeiro – o autorizado – é forjado no interior das instituições que se beneficiam dele, como por exemplo, o discurso do desenvolvimento econômico.

Arthur Arruda Leal Ferreira (2007) em artigo onde discute as aproximações entre Michel Foucault e o antropólogo Bruno Latour a respeito da crítica destes autores sobre as abordagens científicas – especialmente Latour –, afirma que é desde a antiguidade que se mantém esta prática de silenciar as massas por meio de uma linguagem autorizada. Seja em função do papel dos intelectuais como porta-vozes das massas, seja pelo objetivo arbitrário de decidir sobre a vontade dos outros, Latour coloca que apesar de existir o diálogo, desde Sócrates se buscou silenciar as vozes múltiplas (FERREIRA, 2007, p.23). Tal prática se faz ao se vincular ciência e política, de maneira que, só quem esteja dentro do campo científico – ou melhor, político-científico – é que possui a fala autorizada.

2.2 O ESTADO MODERNISTA COMO UM GRANDE JARDINEIRO

Em 1991 o sociólogo polonês Zygmunt Bauman publicou uma de suas principais obras, “Modernidade e Ambivalência”, onde o autor discute aspectos sobre a pós-modernidade como uma crítica à modernidade. De maneira geral, em “*Modernidade e Ambivalência*” (1999), Bauman afirma que ao se estabelecer na modernidade, as sociedades buscaram instaurar a unidade sobre as diferenças. Podemos dizer que neste período emergem as dualidades no mundo ocidental, como por exemplo, Humanos e Natureza.

Diferente do que iremos propor neste tópico, em “*Modernidade e Ambivalência*”, Bauman expõe uma análise do holocausto como um projeto de modernidade. Nos próximos parágrafos iremos utilizar da abordagem de Bauman em que o autor trata do holocausto para inserir o projeto de modernidade da política desenvolvimentista, e nesta abordagem expor como o modelo tecnocrático da política desenvolvimentista resultou em uma série de “desastres insustentáveis” (DEAN, 2013).

Na busca pela modernidade, a partir do momento em que os Estados Modernos perceberam como tais procuravam instituir uma ordem sobre a desordem. Como comentado anteriormente, na modernidade o conhecimento científico dita as regras e podemos dizer que a tarefa de catalogar, classificar, separar, excluir, é uma prática freqüente dentro da lógica científica. Desta forma, na modernidade, é comum também a classificação, a separação e nomeação (BAUMAN, 1999, p.10). De maneira semelhante, os discursos com as falas autorizadas podem vir a determinar o mundo entre o mundo ordenado pela ciência, e o mundo não ordenado pela ciência.

Quando o projeto de modernidade é colocado em prática no Brasil durante o Estado Novo, pretendeu-se da mesma maneira esta separação entre o patamar econômico de um país subdesenvolvido e desenvolvido, ordenado pela ciência, colocando em prática um projeto modernista. Bauman (1999, p.10) afirma que a ambivalência da modernidade – nesse caso, essa dualidade entre desenvolvimento e subdesenvolvimento - é subproduto da classificação nomeadora no mundo ordenado, característica nomeadora da própria modernidade ao tentar instaurar a ordem sobre a desordem, pois é ela que divide e classifica o mundo:

Através da sua função nomeadora/classificadora, a linguagem se situa entre um mundo ordenado, de bases sólidas, próprio a ser habitado pelo homem, e um mundo contingente de acaso no qual as armas da sobrevivência humana — a memória, a capacidade de aprender — seriam inúteis, senão completamente suicidas. A linguagem esforça-se em sustentar a ordem e negar ou suprimir o acaso e a contingência. Um mundo ordeiro é um mundo no qual "a gente sabe como ir adiante" (ou, o que vem a dar no mesmo, um mundo no qual sabemos como descobrir — *com toda certeza* — de que modo prosseguir), um mundo no qual sabemos como calcular a probabilidade de um evento e como aumentar ou diminuir tal probabilidade; um mundo no qual as ligações entre certas situações e a eficiência de certas ações permanecem no geral constantes, de forma que podemos nos basear em sucessos passados como guias para outros futuros (BAUMAN, 1999, p. 10).

Assim, como os regimes de verdade de Foucault ditam as regras de um momento histórico, em Bauman é a busca pela separação classificadora que normatiza a ordem através da linguagem, forma pela qual o mundo ordenado e planejado é pensado para um determinado fim. O mundo ordenado é pensado em oposição ao caos, pois ao estabelecer a ordem sobre o caos se admite sua negação. Como dito acima, a linguagem determinando

o que fica em suspenso, acaba por estabelecer os elementos que ficam e os que são excluídos da ordem.

Podemos dizer também que a existência da política desenvolvimentista se sustenta na ordem do projeto da Modernidade, pois ela determina o projeto, o planeja, e o administra através dos agentes do Estado tecnocrático. Bauman nos sugere que para colocar em prática o projeto desenvolvimentista, deveria-se transformar o mundo desordenado. A maestria do projeto desenvolvimentista é a “razão que a ambivalência é a principal aflição da modernidade e o mais preocupante dos seus cuidados.” (BAUMAN, 199, p. 23). Esse espírito modernista foi muito bem pensado em práticas semelhantes no Brasil durante as primeiras décadas do século XX – principalmente nos casos já comentados de sanitarismo e higienismo social, mas que a partir dos anos 1950 se voltam para as formas de desenvolvimento econômico a partir dos recursos naturais do país.

Esta prática de transformar o meio foi largamente utilizada pelos governos tecnocratas brasileiros quando se iniciaram as políticas desenvolvimentistas. Klanovicz (2011) chamou este tratamento para com a natureza de formas de correção da natureza (KLANOVICZ, 2007, p. 39) – fossem as formas de eliminá-la ou de transformá-la. Segundo Klanovicz (2011, p.132-133), expressões como “corrigir os erros da natureza” eram como expressões proferidas pelos técnicos agrícolas responsáveis pela produção de maçãs na cidade de Fraiburgo no estado de Santa Catarina.

Estas práticas de correção da natureza nada mais são do que técnicas para a correção do solo para a agricultura, a queimada da mata nativa para transformá-la em pasto para a pecuária, entre outras práticas eram freqüentes nos pomares de Fraiburgo. Na verdade, tal prática se fez comum em todo território brasileiro que esteve inserido no mapa da política desenvolvimentista. Aproveitando do que nos foi oferecido por Bauman (1999) e Klanovicz (2011), podemos incluir a relação desenvolvimento x desastre existente na cidade de Cubatão como produto dos grandes projetos da política desenvolvimentista, tão criticados por Dean (2013).

Os grandes feitos das políticas desenvolvimentistas foram os projetos que mais agrediram a natureza, desde a urbanização de grandes cidades à instalação de parques industriais e construção de usinas hidrelétricas. Seja no sentido de transformá-la para seu próprio uso, seja no sentido de eliminá-la como ervas daninhas, essa agressividade com que os projetos foram sendo aplicados devem-se a dois pontos já comentados

anteriormente: a crença no discurso da ciência econômica, e não menos importante ao autoritarismo presente na cultura política brasileira.

Estas sociedades industrializadas do século XX, tradicionalmente contaminadas pela lógica tecnocrática de políticas desenvolvimentistas – que possuem obras colossais, grandes centrais de produção de energia elétrica, grandes pólos industriais -, além da crença no Estado jardineiro que “corrige e transforma” a natureza – onde para a produção das riquezas se esgotam os recursos naturais e também se instala a ordem dentro da desordem da natureza - são os ingredientes que mantêm uma relação muito estreita entre estas políticas e a natureza. Essa estreita relação entre a ciência, a tecnologia de força bruta, a natureza e projetos estatais de industrialização por meio da política desenvolvimentista, tão comuns nos Estados modernistas, sob o olhar de Latour é na verdade o fracasso do projeto moderno, pois o que se conseguiu foi proliferação dos híbridos (LATOURE, 1994, p. 08).

Embora Bauman (1999) coloque que a modernidade fosse a nomeação, a distinção entre os de dentro e os de fora, Latour vai afirmar que o projeto moderno fracassou justamente por não conseguir colocar em prática o que determinou e se estabeleceu como Modernidade, a instauração da ordem no caos. Porém, como afirma Latour (1994), “jamais fomos modernos” justamente por, na busca por estabelecer a ordem, acabamos por agregar à todos os elementos que antes desejávamos segregar: os seres humanos e a natureza; a ciência e a política; e principalmente a dependência de um para com o outro. Esta espécie de simbiose entre política desenvolvimentista, natureza, seres humanos, ciência e tecnologia e o que Latour chamou de “proliferação dos híbridos”, ou seja, uma tentativa de estabelecer um mundo ordenado pela ciência, pela técnica, por uma ciência econômica, e pela relação com estes saberes com os seres humanos e a natureza promove a multiplicação destas relações, por isso Latour afirma que o projeto moderno tenha falhado já em seu início.



Figura 5 - Brasão da cidade de Cubatão.

Fonte: site da Prefeitura Municipal de Cubatão: Acesso em 26/06/2014.

Essa proliferação dos híbridos fica nítida quando, por exemplo, o brasão da cidade de Cubatão ilustrado acima, que foi recriado para forjar uma nova identidade baseada nos números que surgiam ao fim da década de 1960 e início de 1970: altas taxas de crescimento econômico devido às riquezas industriais trazidas pela política desenvolvimentista. O livro “Cubatão, ontem e hoje, um marco no desenvolvimento” (HALISSON PUBLICIDADE LTDA, 1970) nos expõe bem a proposta de Latour de proliferação dos híbridos, legitimando que a afirmação do espírito moderno de fato falhou ao tentar querer ordenar o mundo. Como sugerido na interpretação do novo brasão de Cubatão no livro:

O escudo português (ibérico) recorda a origem lusitana de nossa pátria; a roda dentada evidencia e simboliza o progresso industrial do Município; o sol doirado refulgente traduz a iluminação brilhante do astro-rei, em contato com a areia prateada; a flexa e a alabarda falam das lutas bravadas entre silvícolas e os bandeirantes; os três escudetes

destacam as poderosas riquezas industriais do Município. As duas folhas de bananeira evocam a riqueza do passado; as duas datas significam, respectivamente, a fundação e a elevação de Cubatão à dignidade de cidade; o conjunto das cinco tôres é o símbolo da cidade (HALLISON PUBLICIDADE LTDA, 1970, p.02).

Apesar da tentativa de domesticar, corrigir e transformar a natureza para a instalação do pólo industrial – desde o aterro dos manguezais, a derrubada das matas e dos bananais que cobriam os morros de Cubatão para a criação dos complexos fabris, expansão da Usina Hidrelétrica Henry Borden devido ao aumento do número de indústrias, a criação de pequenos portos nos estuários entre os manguezais, entre outras obras - o espírito desenvolvimentista dos governos tecnocratas em Cubatão não conseguiu se desvincular do que pregava o espírito modernizante do progresso técnico-industrial.

Como vimos na interpretação do brasão criada dentro da lógica tecnocrata da política desenvolvimentista, se vinculava na história do desenvolvimento econômico de Cubatão os bananais que antes compunham a economia agrícola da cidade; também estava a conflituosa relação entre os indígenas nativos com os bandeirantes colonizadores no passado; a flecha representando o índio e a alabarda com o bandeirante; e o mais importante, os três escudos menores dentro do maior que representam as três riquezas trazidas pelo pólo industrial para Cubatão: o primeiro representando a indústria petrolífera; a torre com cabos representando a eletricidade; e o terceiro representando a indústria siderúrgica ²⁵. O uso do brasão no livro para legitimação da política desenvolvimentista também acaba por forjar um discurso performativo que acaba por construir um imaginário para Cubatão como “cidade indústria”.

2.3 UM TÉCNICO PARA UMA CIDADE DE TÉCNICA

Apesar do hibridismo pensado por Latour apontar para a mescla entre as categorias que tradicionalmente são separadas pela modernidade, temos conhecimento de que tal relação entre a política e ciência, a tecnologia de força bruta e natureza – além do

²⁵ Como o brasão foi criado antes da instalação das indústrias agro-químicas, esta não acabou sendo representada nos do brasão escudos que ilustram as riquezas industriais de Cubatão. Na fonte analisada, datada de 1970, a indústria de fertilizantes apesar de já ser tida como uma grande promessa para a economia brasileira ainda estava se estruturando.

humano com o não-humano – são relações bem conflituosas. Embora esta relação seja pautada pela crença quase que cega de que os problemas sociais – e posteriormente os problemas ambientais gerados pelo desenvolvimento econômico – podem ser solucionados com a aplicação da tecnologia e de políticas econômicas corretas, a história tem nos dado exemplos práticos de que esse modelo político-econômico só produz mais problemas do que soluções – como, por exemplo, Cubatão. A essa crença de que a tecnologia é a solução para os problemas sócio-econômicos – e agora ambientais – Klanovicz chama de *húbris tecnológica* (KLANOVICZ, 2010, p. 01).

Uma História Ambiental que não abarque as variadas dimensões relacionadas ao estudo do meio ambiente e suas relações com os seres humanos e suas variáveis culturais, políticas e científicas não é capaz de estruturar e produzir explicações para as relações que as diversas sociedades possuem com o meio ambiente (KLANOVICZ, 2010, p.03).

Devido à complexidade dos fenômenos que envolvem políticas desenvolvimentistas, agressões sofridas pelo meio ambiente, grupos humanos e não-humanos, analisar as sociedades industriais de risco sob a ótica da *húbris tecnológica* se torna um avanço nestas pesquisas. Mas o que afinal é *húbris tecnológica*? Como colocado por Klanovicz,

Húbris é um termo antigo, que significa, numa primeira instância, arrogância. No caso em questão, tratamos de uma arrogância tecnológica, muito característica dos projetos modernizadores, que passaram a requisitar cada vez mais indivíduos tais como engenheiros. No caso da URSS, a idiotia do agricultor, associada ao “aburguesamento das sociedades urbanas” acabou por posicionar engenheiros, engenheiras e outros técnicos num patamar diferenciado da sociedade e que passaram a ver a transformação da natureza como elemento fundamental para a transformação da sociedade como um todo, rumo ao comunismo. No caso do Brasil, a situação não é tão diferente, uma vez que os engenheiros encarnavam, junto com os médicos, o papel de “missionários do progresso” (KROPF *apud* FIGUEIRÔA, 2010, p.123; KLANOVICZ, 2010, p.3-4).

Como comentado na citação acima, os governos tecnocratas brasileiros possuíam as mesmas características do governo soviético. Ambos estavam na corrida da industrialização da Guerra-Fria e carregavam o espírito da modernidade em seus projetos desenvolvimentistas. Coincidentemente ou não, como já comentado ao longo deste trabalho, Cubatão fazia parte da política desenvolvimentista como uma peça singular e,

assim como atesta a citação, em sociedades tecnocráticas que apostam na húbriis tecnológica, tradicionalmente se investem em indivíduos técnicos para as mais variadas funções políticas. Em Cubatão não foi diferente, visto que logo após a instauração do golpe civil-militar, os antigos cargos políticos foram cassados e foram nomeados interventores para os cargos de prefeito da cidade entre os anos de 1968 e 1985 (COUTO, 2003, p. 52).

Como Cubatão havia se tornado Área de Segurança Nacional, isto a colocou em condições governamentais distintas da maioria dos municípios brasileiros. De acordo com a Lei nº 5.449 de 1968, assim que os municípios que fossem considerados Área de Segurança Nacional deveriam ter o prefeito nomeados pelo Presidente da República vigente. O fetiche da húbriis por técnicos da engenharia se confirma, pois em 1969 é nomeado o engenheiro sanitário Aurélio Araújo para prefeito de Cubatão (HALLISON PUBLICIDADE LTDA, 1970, P. 08).

Embora paradoxal, apesar da cidade sede do maior pólo industrial brasileiro possuir “um técnico para administrar uma cidade de técnica”(HALLISON PUBLICIDADE LTDA, 1970, P. 08), e o livro “Cubatão ontem e hoje, um marco no desenvolvimento” apontar para uma série de obras de infraestrutura que estavam sendo construídas na cidade em 1970 como por exemplo hospitais, escolas e o atual prédio da prefeitura, podemos perceber que os esforços para a urbanização de Cubatão não possuíam a mesma húbriis tecnológica que envolvia a ampliação do pólo industrial.

Cubatão teve seu primeiro prefeito nomeado em 1969²⁶, com o engenheiro sanitarista Aurélio Araújo, um especialista em urbanismo público. Na análise do livro “Cubatão ontem e hoje, um marco no desenvolvimento”, na sessão que expunha as conquistas da gestão vigente um ponto sobre a rede de esgotos da cidade. No texto é descrito que a cidade carecia de saneamento básico, pois não possuía uma rede de esgoto como também uma rede de canais de drenagem dos rios. O livro ainda apresenta uma

²⁶ A que determina quais municípios são de interesse de Segurança Nacional, Lei 5.449 de 4 de junho de 1968 não estipulava o que fossem estes municípios, mas segundo o Decreto Lei nº 898 de 29 de setembro de 1969, que define os crimes contra a Segurança Nacional, pode entender que tratassem de municípios que representassem importância significativa para a economia nacional, como também pelas suas características geográficas necessitassem aos olhos da União maior atenção (HALLISON PUBLICIDADE LTDA, 1970, p. 45-46). Como em Cubatão se localizava um importante pólo industrial, foi estabelecido durante a ditadura militar que deveria se tornar Área de Segurança Nacional, principalmente por perigos externos – ainda se vivia a Guerra-Fria -, e internos, como era a preocupação com as guerrilhas urbanas.

série de informações com nítidas propagandas do governo que enfatizam os esforços para a estruturação dos serviços básicos da cidade.

Os dados descritos acima, somados a afirmação de que os governos tecnocráticos apostaram em uma húbriis tecnológica para a implantação de políticas desenvolvimentistas como a de industrialização, ao serem confrontados, nos levam a seguinte questão: como uma cidade pensada e planejada politicamente sob a crença na húbriis tecnológica para ser um grande pólo industrial carecia da mesma húbriis tecnológica para a prevenção de possíveis “acidentes” que viessem a ocorrer?

2.4. O ECOCÍDIO DA CIDADE TÉCNICA

Em “Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou sucesso” (2010), o biólogo Jared Diamond utilizando dos mais variados exemplos históricos nos mais distantes lugares do mundo e no tempo questiona a razão de determinadas sociedades terem sido felizes em suas escolhas, acarretando no seu sucesso enquanto que outras tenham tido escolhas não tão corretas que acarretaram conseqüências desastrosas para a sua própria posteridade. Embora o autor tenha recibo diversas críticas que apontavam para o fato de sua abordagem ser determinista demais, colocando o meio ambiente como o fator principal para o colapso de algumas sociedades, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, quando questionado sobre o assunto Diamond afirmara que o colapso da URSS, por exemplo, não se deu pelos inúmeros desastres que ocorreram e que ainda são um mistério para o mundo, mas por fatores políticos e econômicos (FOLHA DE SÃO PAULO, 11 de março de 2005).

Ao contrário do que Diamond afirma sobre a URSS, dizendo que sim, desastres ambientais foram sintomáticos para o colapso da URSS, mas que foram, sobretudo, fatores políticos que desencadearam o fim do regime, o historiador ambiental e especialista em história urbana, Mike Davis, cita em seu livro “*Cidades Mortas*” (2007, p.50-51) o pesquisador D.J. Peterson, onde este último afirma que “a destruição da natureza veio servir como solene metáfora do declínio de uma nação”, onde trás o conceito de “ecocídio”, se referendo ao colapso da URSS devido aos desastres ambientais. Davis continua:

Para o conselheiro de lorde Carrington, Murray Feshbach, e seu auxiliar literário, Al Friendly (ex-chefe do bureau da *Newsweek* em Moscou), por outro lado, o relacionamento entre cataclismo ecológico e a desintegração da URSS é mais do que uma metáfora: “Quando os historiadores finalmente realizarem uma autópsia da União Soviética e do comunismo soviético talvez cheguem ao veredito de morte por ecocídio.” (DAVIS, 2007, p. 50).

Embora Davis faça uma crítica a esta afirmação que tinha nítidos propósitos de justificar o colapso político da URSS, de certa forma podemos pensar nesta afirmação para pensar caso do colapso da ditadura militar brasileira. Como colocado no início deste capítulo, consideramos que na década de 1970 Brasil e URSS eram Estados modernistas compolíticas econômicas semelhantes, e que, devido a eventos catastróficos, acabaram por colocar em cheque tais projetos modernistas no momento em provocaram o ecocídio dos seus biomas. Assim como Klanovicz cita o desastre de Chernobyl como metáfora que desafiava a infalibilidade do sistema de industrialização soviético, situamos o desastre de Vila Socó em Cubatão, como o evento que produz um cataclisma no alicerce do discurso desenvolvimentista da cidade industrial.

CAPÍTULO 3

CUBATÃO ATRAVÉS DE UMA JANELA ESTREITA²⁷

Com a publicação da Lei nº 5.449 de 1968, Cubatão acabou sendo denominada como Área de Segurança Nacional, por concentrar algumas das riquezas econômicas mais importantes do país. Porém, desde o início da década de 1950 – época de emancipação da cidade e de instalação da RPBC - Cubatão foi percebida militarmente por membros do CNP devido as condicionantes geográficas que está inserida, como por exemplo, os vales que se encontram ao pé da serra – uma pequena planície ao pé da Serra do Mar, com vias de acesso à capital paulista e ao Porto de Santos. Para Couto, além destas questões geopolíticas, a questão militar foi decisiva, pois para os membros militares do CNP, em “caso de um ataque aéreo, dada a encosta da Serra do Mar e seus contrafortes, só restaria uma única rota de ataque” (COUTO, 2003, p. 73).

No entanto, estas mesmas razões de interesse geopolítico e militar foram também as condicionantes para a proliferação e que acionaram os desastres em Cubatão. Sendo assim, estas mesmas razões que levaram Cubatão se tornar Área de Segurança Nacional – como a “defesa natural” imposta pela serra e a proximidade com o Porto de Santos - também acabaram por fazer de Cubatão ser vista como uma “área de insegurança nacional” (A TRIBUNA DE SANTOS, 24/12/1984), fazendo com que se questionassem todos os frutos da política desenvolvimentista.

Em seu artigo “Condições de vida e morte em Cubatão” (1988) o demógrafo Daniel Joseph Hogan afirma que, o que tornou Cubatão um verdadeiro desastre ambiental não foram somente a ação das indústrias ali instaladas, pois indústrias poluidoras existem em todo o mundo. De acordo com Hogan, podemos até afirmar que fosse/seja “natural” que cidades industriais concentrem uma determinada quantidade de poluentes maior do que outras cidades menos industrializadas. O que “em geral é problema para outras comunidades é desastre para Cubatão, principalmente por fatores geográficos” (HOGAN, 1988, p. 344). Como os ventos são fracos, os gases poluentes não se dissipam na atmosfera e como os ventos sopram do mar para a serra, faz com os gases se concentrem na vegetação existente na serra. Outro fator considerado e que explica a concentração de

²⁷ O título deste capítulo faz referência ao título do capítulo “Por uma janela estreita” de *Primavera Silenciosa* (1962) da bióloga americana Rachel Carson.

resíduos sólidos nos manguezais e estuário é a baixa velocidade dos rios “o movimento da maré, e a interrupção de fluxos naturais com drenagens e aterros, contribuem para que os dejetos despejados na água não sejam levados para o mar facilmente.” (HOGAN, 1988, p. 344).

Mesmo com o conhecimento de que Cubatão fosse uma região sujeita ao acontecimento de grandes catástrofes, as riquezas conquistadas através da política desenvolvimentista -fossem elas de ordem econômica com o aumento do PIB e da produção, fossemelas de ordem técnica, com o dinamismo e desenvolvimento do próprio pólo industrial - tornavam a negar que “havia algo de ‘podre’ por trás daquele imenso progresso conseguido pelo município de Cubatão, em menos de 30 anos. De vilarejo pequeno e pobre para centro industrial dentre os maiores do país, Cubatão pagaria um preço muito alto” (COUTO, 2003, p. 163) com a chegada da década de 1980.

Com o início do processo de redemocratização e da abertura política, os problemas ambientais de Cubatão emergem entre o final da década de 1970 e início da de 1980, agora relacionados com a poluição industrial. A “janela estreita” que nos referimos neste capítulo diz respeito ao início do debate ecológico sobre Cubatão e ao “fim do silêncio”, como proposto por Lúcia da Costa Ferreira, autora que nos auxilia no contexto sócio-político de Cubatão nesta primeira parte do capítulo.

3.1. “O FIM DO SILÊNCIO” E A EMERGÊNCIA DO “VALE DA MORTE”

A década de 1980 inicia o momento em que os desastres de Cubatão começaram a emergir com maior frequência na imprensa paulista, sobretudo na imprensa santista (FERREIRA, 1991, p. 32). Foi o “fim do silêncio”, como foi cunhado pela ecóloga e socióloga Lucia da Costa Ferreira em sua dissertação de mestrado em sociologia, “*Os fantasmas do vale (Representações e modos de ação social em Cubatão, SP)*” (FERREIRA, 1991, p. 31), onde a autora trouxe o debate da temática ambiental sobre Cubatão por meio das formas de mobilização social em torno das questões de degradação socioambientais sofridas pelo meio ambiente e pela população da cidade. O trabalho da autora é dividido em duas partes: a primeira com o rompimento do silêncio sobre os desastres; e a segunda é o momento de composição das lideranças políticase das primeiras manifestações.

Na primeira parte de “*Os fantasmas do vale (Representações e modos de ação social em Cubatão, SP)*”, Ferreira afirma que o “fim do silêncio” ocorre no momento em que os desastres e os problemas de saúde começam a emergir e serem percebidos como resultado dos problemas ambientais. Apesar de a Estocolmo 72 ter refletido de maneira imediata em países como Estados Unidos, Canadá, Alemanha, e na própria Suécia, no Brasil, a escolha de manter a política desenvolvimentista ao meio ambiente – episódio do Ministro do Interior José da Costa Cavalcanti na Estocolmo 72 silenciavam não só os desastres em Cubatão, como também o debate ecológico no país, que até fins da década de 1970 e início da de 1980 era restrito apenas a um público pequeno, íntimo da literatura especializada nas questões de ordem ecológica (FERREIRA, 1991, p. 32, 41).

De acordo com a autora (FERREIRA, 1991, p. 32), o fato das questões ecológicas estarem restritas a uma determinada elite interessada pelo assunto no Brasil acabou inviabilizando o processo de tomada de consciência social à respeito da temática ecológica na esfera pública brasileira. No entanto, a emergência de um caso exemplar como o que foi Cubatão, que até então era um elemento símbolo da política desenvolvimentista, começava a mostrar os primeiros sinais de inserção no debate ecológico. Ocorre que, parte significativa do operariado de seu pólo industrial que habitava a área urbana da cidade estava literalmente respirando 30 toneladas diárias de gases poluentes, que eram expelidos das chaminés de mais de 100 fábricas²⁸ que se encontravam em Cubatão à época (FERREIRA, 1991, p. 79).

Sendo assim, diante da possível catástrofe que viesse a ocorrer com a base de sustentação e também motor do pólo industrial de Cubatão – a massa de operários das indústrias– começa a ser rompido o silêncio. Diante dos problemas advindos da acelerada industrialização, por meio de uma declaração pública da CETESB, onde, a pedido da promotoria da 1ª Vara de Cubatão, esta primeira reconhece a possibilidade de ocorrer uma catástrofe em Cubatão através de um relatório sobre a qualidade do ar - onde descreve as 30 toneladas de gases expelidos diariamente na atmosfera (FERREIRA, 1991, p. 79; COUTO, 2003, p.168). Os dados contidos no referido relatório da CETESB atestavam que cerca de 80% da vegetação existente na Serra do Mar estava sendo

²⁸ À época, além das mais de 80 indústrias de pequeno e médio porte, Cubatão abrigava 23 indústrias de grande porte, sendo 1 refinaria de petróleo, 1 siderúrgica, 7 indústrias de fertilizantes, 9 petroquímicas, 3 indústrias de minerais não-metálicos, 1 de papel, e 1 de mecânica/metalúrgica (FERREIRA, 1991, p. 61).

comprometida pelo coquetel de gases expelidos na atmosfera, que por sua vez, também provocavam a chamada chuva ácida na região (FERREIRA, 1991, p. 80)²⁹.

As chuvas ácidas, além de transformarem as árvores da Serra do Mar em “paliteiros” (BRANCO, 1984, p. 80) causavam outros desastres que eram provocados por consequência da eliminação na vegetação na Serra do Mar. Com a morte das árvores e da vegetação existente na serra, os deslizamentos de terra – comuns na região devido aos altos índices pluviométricos – começaram a ocorrer com maior frequência, tornando a população residente nos vales ou mesmo nas encostas dos morros ainda mais vulneráveis aos deslizamentos e soterramentos. Segundo Branco, o rastejo da cobertura do solo sobre a rocha é um fenômeno natural,

“responsável pelo constante espessamento das ‘saías’ de regolitos que formam as fraldas das montanhas. Porém, não existindo cobertura verde natural, o fenômeno se acelera extraordinariamente: pela falta das próprias raízes que têm o papel de escoras físicas do manto, aglutinando o solo e ancorando-o firmemente; depois, porque, as águas das chuvas copiosas, não sendo interceptadas pelas folhas ou absorvidas pelas raízes, penetram a camada de solo até atingirem a rocha matriz, deslizando sobre esta e exercendo o papel de “lubrificante” a reduzir o atrito do manto com a rocha e facilitando sobremaneira o deslizamento. O resultado é o desastre inúmeras vezes presenciado em morros do nosso litoral (BRANCO, 1984, p. 81).

Com o reconhecimento por um órgão do Estado – a CETESB - de que a poluição do ar comprometera a vegetação da Serra do Mar, e conseqüentemente tornara à vida da população que habita as encostas e vales ainda mais vulnerável a deslizamentos, a relação entre desenvolvimento econômico e desastres ambientais começou a deixar de ser um discurso contra a soberania nacional e passa a ter mais atenção por parte de diversos segmentos sociais e setores do Estado brasileiro. A manifestação dos grupos sociais que promovem o debate sobre Cubatão é assunto da segunda parte da dissertação de Ferreira (1991), e onde percebemos a emergência destes atores sociais como o surgimento de uma

²⁹ As chamadas “chuvas ácidas” - ou “chuvas químicas” – são um fenômeno “natural” causado pelo contato de óxidos de enxofre e nitrogênio expelidos pelas chaminés das indústrias e escapamentos de veículos motorizados, que quando reagem com outros gases existentes nas camadas mais altas da atmosfera, formam ácido sulfúrico e ácido nítrico, transformando-se em nuvens ácidas (BRANCO, 1984, p.82).

esfera privada³⁰ de debates à respeito dos problemas ambientais advindos da poluição industrial em Cubatão, que posteriormente foram absorvidos pela imprensa local tornando-se parte de uma esfera pública³¹.

Ferreira (1991, p. 62) diz que a base de sustentação do discurso desenvolvimentista em Cubatão até a metade da década de 1970 havia sido primordialmente de ordem técnica. Mas, com o reconhecimento da saturação dos ecossistemas naturais de Cubatão (e consequentemente de outras cidades da Baixada Santista) por parte da CETESB e seus técnicos no início da década de 1980, esta mesma base de sustentação do discurso e da política desenvolvimentista acabou se tornando mais vulnerável, e que para Ferreira (1991), o rompimento do silêncio a cerca dos desastres em Cubatão tenha se dado principalmente por uma questão política.

Antes da CETESB tornar pública a situação em que se encontrava Cubatão, no ano de 1978 foi criada em Cubatão uma Comissão Especial de Vereadores (CEV) para

³⁰ Os temas e assuntos de relevância política e social produzidos na esfera pública nada mais são do que os debates desenvolvidos dentro da esfera privada (podemos inserir aqui “microesferas” constituindo grupos e segmentos sociais), os questionamentos da sociedade civil, ou como disse Lubenow (2007), é também uma “caixa de ressonância”, um filtro que traduz as demandas sociais em temas, projetos, argumentos que são transportados para as instituições estatais para resolução das demandas da sociedade civil.

³¹ Apesar de Habermas atentar no prefácio de seu livro para que o conceito fora criado com base na esfera pública burguesa, nascida no fim da Idade Média européia e a coloca como uma categoria histórica, que por este motivo não deve ser transportada como um modelo sociológico para uma sociedade que não esteja no contexto histórico burguês pois seria um anacronismo, assim como seria anacrônico falar em opinião pública antes do século XVIII. Acreditamos que mesmo no contexto histórico contemporâneo, ainda se pensa e se age em uma sociedade burguesa, portanto, os conceitos de esfera e opinião pública podem ser adaptados neste trabalho. No século XVIII, a burguesia é o segmento social ideal para a formação da esfera pública, pois para Habermas(2003), neste contexto, a esfera pública só se desenvolve em um espaço onde ocorre o debate e ele só é possível em um público passível de opinião, de conhecimento para julgar; desta forma, no século XVIII o público que lê forma opinião; assim, o público burguês do século XVIII é decididamente um público que por ler e compartilhar suas ideias, está necessariamente inserido em uma esfera pública e é possuidor de opinião pública. Essa opinião pública tem relação direta com a reputação perante os outros, com o “público”, é uma maneira de interpretar e debater um assunto que está sendo questionado. É também uma maneira de controlar e fiscalizar o poder político, pela publicação das ações institucionais, garantindo também o direito de criticar as ações do Estado. Ainda, segundo Habermas(2003),este público que critica as ações estatais, que opina, é o público que consequentemente raciocina, que julga um assunto que tem ganhado publicidade, um assunto que se torna público, um assunto ou tema que é do interesse de um público e é exposto, compartilhado, debatido, criticado, julgado, e que por fim pode ou não chegar a um consenso. Estes assuntos discutidos, normalmente envolvem o mundo social deste público(no caso do burguês do século XVIII, os debates em tavernas envolvia a discussão de obras literárias e a política), como por exemplo uma conversa sobre a eleição federal ou municipal, e na lógica de Habermas, quanto mais assuntos forem discutidos, mais críticas e mais opiniões surgirão, e passando pelo julgamento de todo o público, se chega ao consenso, que pode ser entendido como a opinião pública. Seria nada mais do que um modelo idealizado da prática democrática.

apurar as denúncias de possíveis relações entre a poluição e a saúde de trabalhadores e da população da cidade (FERREIRA, 1991, p. 62). Foi o primeiro sinal para o debate em Cubatão, que fez a relação da poluição ambiental com as indústrias. Esta CEV desempenhou um papel importante junto aos trabalhadores da multinacional francesa Rhodia, que através da via institucional, apurou as primeiras denúncias de contaminação dos funcionários expostos ao pentaclorofenato de sódio (também conhecido como o pó-da-china)³², produto fabricado na Unidade Química de Cubatão da Rhodia (UQC).

A ação da CEV junto aos funcionários da Rhodia contou com ampla divulgação da imprensa local³³, que após ocorrerem as duas primeiras mortes acarretaram no fechamento da fábrica³⁴ de pentaclorofenato de sódio da Rhodia em 1978, aumentando a noção de direitos que os funcionários acreditavam possuir diante do poder que a empresa possuía. Florivaldo Cajé, à época vereador pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e presidente da Câmara Municipal de Cubatão, disse em entrevista à Lucia da Costa Ferreira que,

(...) na medida que você vai denunciando, os próprios companheiros dentro da fábrica vão se municiando de informações e isso vai num crescendo, num crescendo e a gente saiu de um cantinho perdido nos jornais locais e ganhou a manchete, depois ganhou o Estadão, a Folha, a televisão...e espalhou pelo mundo(...)(FERREIRA, 1991, p. 65).³⁵

³² O pentaclorofenato de sódio ficou conhecido como “Pó da China” após um episódio ocorrido no Mercado de São Sebastião, na cidade de Rio de Janeiro em 1982, quando um grupo de estivadores em contato com um produto importado da China viriam a se contaminar devido ao alto grau de toxicidade do produto. Instantaneamente, os estivadores sofreram com vômitos, confusão mental, taquicardia, hipertensão e queimaduras, alguns vindo a falecer precocemente. Além dos trabalhadores expostos ao produto, os 9 quarteirões onde se encontravam estocados o produto se tornaram uma área contaminada (FERREIRA, 1991, p. 63).

³³ As denúncias que envolvem o pentaclorofenato de sódio e os lixões químicos onde a Rhodia despejava os seus resíduos em vários locais da Baixada Santista foram chamados pelo jornal A Tribuna de Santos de “Caso Rhodia”, episódio que ainda hoje se encontra em aberto na justiça devido à questão dos lixões que se tornaram estações de espera e dos ex-funcionários que ainda se encontram em brigas judiciais com a empresa.

³⁴ Segundo a ASSOCIAÇÃO DE COMBATE AOS POLUENTES (ACPO), composta por um grupo de ex-funcionários da Rhodia, hoje o produto foi banido do mercado mundial, “cuja produção em Cubatão se arrastou até o fechamento da fábrica em 1978, sob pressão da opinião pública diante das denúncias de duas mortes de trabalhadores com indícios de intoxicação aguda (Mário de Andrade aos 32 anos em 1975 – apenas uma semana após sua admissão - e Wandervall Leão Santana aos 28 anos em 1978) e sequelas comprovadas nos demais.”(ACPO, 2001).

³⁵ A entrevista está contida na dissertação de mestrado da autora e foi realizada em maio de 1987.

Outra comissão para apurar as denúncias sobre a poluição foi criada posteriormente na década de 1980 e conquistou grande espaço na imprensa paulista levando o debate sobre Cubatão para além das fronteiras locais. Após a declaração da CETESB sobre o comprometimento dos ecossistemas por causa da poluição, foi criada pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) “para apurar possíveis irregularidades no município de Cubatão e dar soluções aos problemas da poluição ambiental” (FERREIRA, 1991, p. 64; COUTO, 2003, p. 168). Com o apoio da imprensa paulista, a CEI trouxe para o debate o calcanhar de Aquiles de Cubatão no início da década de 1980: a exposição da Vila Parisi e os casos de anencefalia (FERREIRA, 1991, p. 70-74).

Um dos convocados a prestar depoimento à CEI em 1981 foi o jornalista Randau Marques, criador do nome “Vale da Morte” para a Vila Parisi. O depoimento de Randau Marques, que na época era repórter pelo Jornal da Tarde ampliou a representatividade negativa que estava sendo direcionada à Vila Parisi, pois o depoimento foi veiculado pela grande imprensa paulista, o que acabou colocando a Vila Parisi e Cubatão no centro do debate sobre a temática ambiental (FERREIRA, 1991, p. 101). Segundo Randau Marques,

(...) Nas noites passadas junto ao Pronto-Socorro da vila, ou melhor, em toda Cubatão, vi os males que acometem seus 81 mil habitantes. Os dramas (...) atingem principalmente os 25 mil moradores das favelas (...), símbolo do progresso nacional (...). Nas favelas encontrei esgoto à céu aberto, nenhuma rua calçada, esqueletos de árvores nos morros pelados, crianças descalças brincando no lixo, (...) indústrias lançando detritos no mar e nas águas. (...) Ali a situação é atípica e terrível. Daí concluir que lá nasceu uma nova raça humana, mutantes que contrariam, pelo simples fato de sobreviverem, a todos os princípios científicos, respirando e sobrevivendo em meio a emissão de um milhão de gases e material particulado, segundo a própria CETESB. (...) Lá só podem estar nascendo crianças com inovações genéticas, mercê 25 anos de exposição aquela poluição constante e crescente, isso desde o dia em que (...)Arnaldo Parisi, na esteira da construção da COSIPA, resolveu lotear o mangue.” (FERREIRA, 1991, p.102).

A Vila Parisi foi uma favela erguida na margem direita do vale do Rio Mogi, nas proximidades das instalações da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA). Quando ainda era distrito de Santos, a Vila Parisi era um sítio de banana de propriedade de Silveira Mendes. Com a chegada da industrialização, a propriedade foi vendida aos irmãos Helládio e Celso Parisi em 1956, que transformaram o bananal em uma área de 823 lotes

(COUTO, 2003, p. 171). Em 1958, com o início dos serviços de terraplenagem e aterro dos manguezais para construção da COSIPA, formou-se a Vila Parisi. De acordo com Couto (2003, p. 187) não existem dúvidas: “a grande atração de mão-de-obra migrante da história de Cubatão veio por intermédio da construção da Cosipa. Os operários envolvidos nessa imensa e longa construção, trabalhadores das empreiteiras, praticamente invadiram Vila Parisi”, os bairros “Cotas”, além da Vila Socó e Vila dos Pescadores, próxima ao Casqueiro e a divisa com Santos.

Além da questão econômica durante a ditadura militar, a questão política foi um fator determinante para a proliferação dos desastres em Cubatão. Depoimentos como o do jornalista Randau Marques à CEI começavam a expor os problemas de saúde da população e de contaminação do meio ambiente de Cubatão – em especial na Vila Parisi – que acabaram sendo veiculados pela imprensa paulista, e que começavam a fortalecer a ideia de esgotamento do regime por parte da opinião pública.

De acordo com o jornalista Jairo Sanguiné Júnior, (1998), durante a ditadura militar, parte da mídia impressa acabou ou se autocensurando, ou sendo conivente como regime ou até mesmo tendo os jornais fechados. Tomemos como exemplo um dos maiores jornais do país, a *Folha de São Paulo*, que não se via aberto politicamente até 1972, pois “não tinha condições de resistir ao governo, e por isso não provocava. (Sendo uma) atitude muito sábia que Frias aplicou no jornal. Se provocasse, o governo cobraria do jornal.” (ABRAMO, 1997, 87 *apud* SANGUINÉ JÚNIOR, 1998, p. 28).

Posicionamentos como o da FOLHA eram comuns por parte da imprensa, mas, no entanto, com o início do processo de abertura política, os jornais avistaram uma possibilidade de mudança política. Cabe frisar que, neste mesmo momento de abertura política, a própria política econômica e o discurso desenvolvimentista já não se faziam mais eficazes como antes, devido à crise econômica mundial que se iniciara em 1973 por conta do petróleo. A desaceleração sofrida pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) em nos anos de 1976 e 1977 colocaram o modelo de crescimento em crise (FARO, 2010, p. 81).

Considerando esse contexto, afirmamos que a base de ordem técnica (FERREIRA, 1991, p. 62), que sustentava o regime, que nada mais era do que sua política econômica (sendo inclusive pela questão econômica do país que se justificava o Golpe Militar), mas

que, com a fragilidade com que foi se encontrando a economia pós-“milagre”, o próprio regime teve que recuar.

Para Ferreira (1991), o elemento catalisador do debate sobre Cubatão foi “(...) a divulgação de casos de anomalias congênitas e sua possível correlação com os índices elevados de saturação ecossistêmica(...)” (FERREIRA, 1991, p. 100), sendo o ponto de confluência das denúncias a Câmara Municipal através da CEV e imprensa local e paulista.

Além da CEV e da CEI, outras entidades que funcionavam como articuladores políticos para promoveram o debate por meio de fóruns para discutir os problemas socioambientais de Cubatão. Dentre elas, representando a comunidade local podemos destacar a atuação do Partido dos Trabalhadores (PT), a Pastoral Operária, a Igreja Católica, Igreja Metodista, Igreja Anglicana, a Sociedade Beneficente de Vila São José (o nome oficial de Vila Socó), o Comitê de Defesa de Vila Parisi, a Associação das Vítimas da Poluição e das Más Condições de Vida de Cubatão (AVPMCVC); e do lado da comunidade científica podemos destacar a OMS, a Sociedade Brasileira de Ecologia (SBE), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), esta informalmente representada em algumas reuniões pelo jornalista Randau Marques (FERREIRA, p. 112, 113).

A aproximação da SBPC e outras entidades científicas de mesmo prestígio nos fóruns, “mais do que influenciar as discussões, revestiram-na com a legitimidade conferida através de sua autoridade no cenário nacional e internacional”, sendo um importante ponto de encontro entre comunidade local, comunidade científica e imprensa (FERREIRA, 1991, p. 102). A SBPC acima de todas, teve um papel importante no rompimento do silêncio, pois diante da gravidade do caso em que se encontrava Cubatão, criou o Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Cubatão, dando legitimidade para as denúncias por parte da população e trabalhadores das indústrias que se tornavam mais frequentes (COUTO, 2003, p. 169).

Devido à crescente pressão por parte da opinião pública, alimentados pela divulgação das possíveis relações entre a saúde da população e problemas ambientais, na contramão das mobilizações que vinham se constituindo, o Governo Maluf - através da Secretaria de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia (SICCT) – criou o Grupo de Trabalho Vale da Vida em 1981. O Grupo era constituído por Nei Serra, representante

regional do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP); por Arthur César Whitaker de Carvalho, representante da Carbocloro; por Gunther bantel da COSIPA; por Paulo Bastos Cruz da SICCT; e por Eros Grau e Werner Eugênio Zaluf da CETESB (FERREIRA, 1991, p. 103).

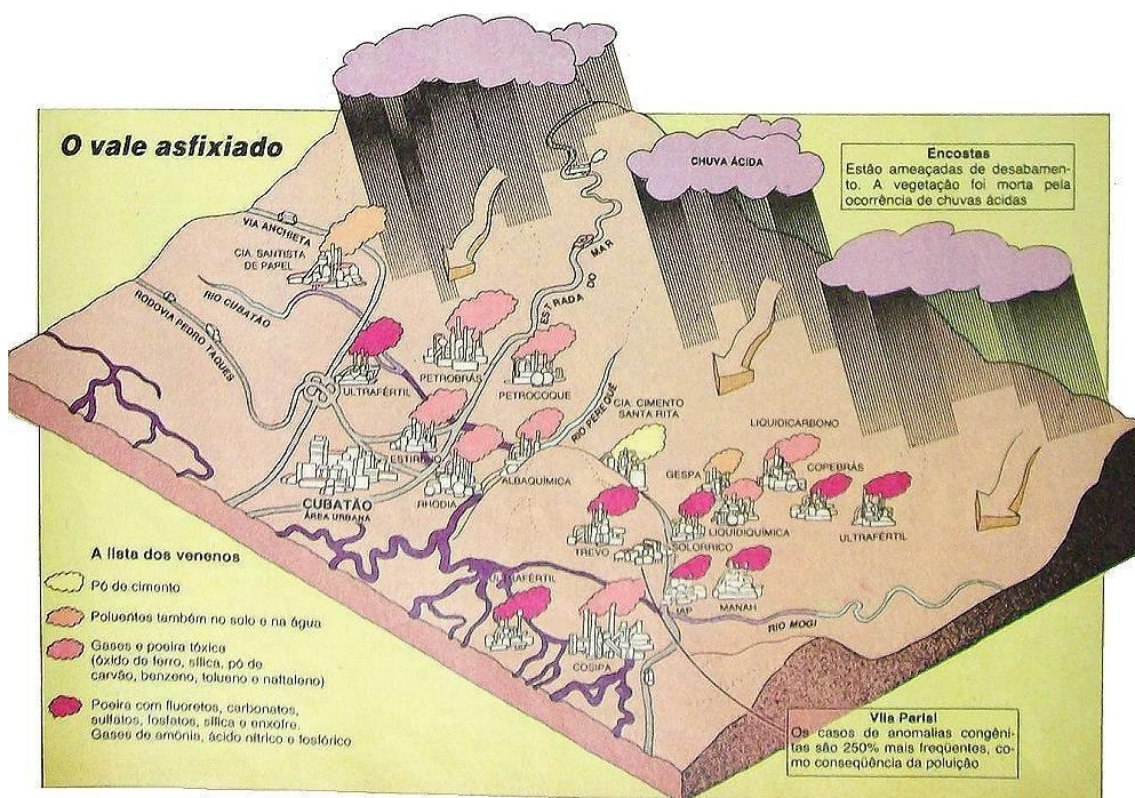


Figura 6 - Mapa infográfico da poluição em Cubatão.

Fonte: Mapa publicado com a matéria na edição de 04 de julho de 1984 da Revista Veja.

Apesar da negação do estigma de “Vale da Morte” por parte das elites políticas, industriais, e também por parte da população de Cubatão, a poluição sufocava toda a cidade como podemos ver na figura 6³⁶, e a área urbana de Cubatão – localizando-se fora

³⁶ Na figura 6 é possível compreender como se concentrava a poluição – bem como a contaminação – em Vila Parisi. A antiga vila operária erguida para servir de alojamento da mão-de-obra na construção da COSIPA ao final da década de 1950, acabou se tornando um bairro-favela concentrando um grande número de ex-funcionários das empreiteiras responsáveis pela construção da COSIPA, que encontravam-se em grande parte desempregados ao final da década de 1970 e início da de 1980. A Vila Parisi, além de concentrar essa população carente de emprego e de serviços públicos, concentrava o complexo de fertilizantes instalados no vale do Rio Mogi, e com isso era sufocada na margem direita do rio pelo complexo de fertilizantes, e na margem esquerda pela COSIPA.

do pólo-industrial, ao contrário de Vila Parisi – também era (ainda é) cercada de outras indústrias, por exemplo, a RPBC, a Cia. Santista de Papel, a Rhodia, assim como outras não inclusas no mapa. Outra informação importante no mapa são as setas, indicando a direção que o vento sopra os gases poluentes, que assim que são barrados pela Serra do Mar, empurram a fumaça no sentido do Oceano Atlântico – cobrindo a área urbana, equivocadamente tida como livre da poluição.

Os bairros mais afetados pela poluição se encontravam junto ao vale do Rio Mogi e nas Cotas, afastados do centro da cidade e do bairro Casqueiro (este último o bairro mais populoso e de maior poder aquisitivo de Cubatão, localizando-se na divisa com Santos). Como a maior parte da população habitava estes bairros periféricos em relação ao pólo-industrial, criou-se uma falsa sensação de segurança, devido à “difícil percepção sensorial dos produtos tóxicos liberados no ambiente” (GUTBERLET, 1996, p.30 *apud* COUTO, 2003, p. 171).

Por estarem localizados junto a Serra do Mar, os bairros Cota eram afetados pelo coquetel químico do pólo-industrial como um todo, e que, como mostrado na figura, concentravam os gases nas montanhas da serra. Já os bairros junto ao vale do Rio Mogi (Vila Parisi e Jardim São Marcos) eram afetados diretamente pelos gases expelidos pela COSIPA e pelo complexo de fertilizantes.

Na negação ao estigma de “Vale da Morte”, aqui entendida como uma tentativa de centralizar o estigma somente para a Vila Parisi podemos perceber uma intersecção entre os conceitos risco e classe. De acordo com a teoria da Sociedade de Risco de Beck (1986), na história da distribuição de riscos, estes nos mostram que estão sempre relacionados à questão da classe, sendo por este motivo que os riscos reafirmam – e não extinguem – a sociedade de classes (BECK, 2011, p. 41). Era (talvez ainda o seja) o que ocorria em Cubatão nas décadas de 1970 e 1980; ao mesmo tempo em que havia uma distribuição hierarquizada das riquezas, era constituída uma democratização hierarquizada dos riscos produzidos pelo pólo-industrial de Cubatão. Nas palavras de Beck (2011),

(...) o risco de tornar-se desempregado é atualmente consideravelmente maior para quem não tem qualificações do que para os que são altamente qualificados. Riscos de sobrecargas, irradiação e contaminação, ligados à execução do trabalho nos correspondentes ramos da indústria, são distribuídos de modo desigual conforme

profissão. São principalmente as vizinhanças mais acessíveis aos grupos de menor renda da população, nas redondezas de centros de produção industrial, que são oneradas no longo prazo por conta de diversos poluentes no ar, na água e no solo. (...) (BECK, 2011, p. 42).

Esta intersecção entre classe e risco, ou de outra forma, o conflito entre a área urbana de Cubatão ser ou não ser parte do “Vale da Morte” também é discutida por Daniel Joseph Hogan em seu artigo “*Quem paga o preço da poluição? Uma análise de residentes e migrantes pendulares em Cubatão*” (1990). Em seu argumento, Hogan (1990) afirma que, deixando de lado fatores relacionados com a ideologia e economia, é possível compreender a manutenção do silêncio ou a apatia diante dos problemas socioambientais de Cubatão³⁷ por meio da dinâmica sócio-demográfica da população e região de Cubatão, tomando estes como fatores chave para a sua argumentação (HOGAN, 1990, p. 179).

Como comentado, parte da população de Cubatão negava que a cidade pertencesse ao “Vale da Morte”, considerando apenas como pertencente ao vale os bairros no vale do Rio Mogi ou Cotas. De acordo com Hogan (1990), teria sido a proximidade com as cidades vizinhas³⁸, somado a um sistema de transporte público intermunicipal e outro privado que, sendo fretado pelas empresas com destino aos bairros afastados do pólo-industrial e as cidades vizinhas possibilitaram o estabelecimento de migrações pendulares³⁹ (HOGAN, 1990, p. 180). No entanto, estas migrações pendulares eram restritas a uma pequena parcela de trabalhadores da construção civil, motoristas dos fretados, funcionários da prefeitura e guardas noturno (HOGAN, 1990, p. 180).

Do outro lado, muitos engenheiros, técnicos, administradores e operários qualificados, possuíam suas residências no bairro Casqueiro (afastado do pólo-industrial e do centro), ou em Santos e São Vicente, não havendo necessidade de suas famílias se

³⁷ A análise que Hogan (1990) apresentada sobre Cubatão neste trabalho vem de uma perspectiva da sociologia e da demografia. É um interessante estudo sobre os desastres em Cubatão, que por trazer uma documentação sobre a população que inclui renda, cor, estado civil, grau de escolaridade, local de origem, tipo de emprego, entre outros itens, pode contribuir para um melhor entendimento dos desastres de Cubatão para além de uma perspectiva econômica, ambiental ou até mesmo cultural.

³⁸ Cubatão fica à uma distância de 16 km de São Vicente, 12 km de Santos, 22 km de Praia Grande, 29 km de Guarujá, e a 45km do ABC paulista. Em 1980, mais de 28 mil pessoas viajavam todos os dias para ir trabalhar em Cubatão (HOGAN, 1990, p. 180).

³⁹ O conceito de Migração Pendular (ou Movimento Pendular) se refere à mobilidade quotidiana das populações entre o local de trabalho ou estudo e suas residências.

quer passarem por Cubatão e estarem expostos à poluição diretamente (HOGAN, 1990, p. 180). Para Hogan (1990) este é o fator chave responsável pela falta de reação diante da poluição em Cubatão até a chegada da década de 1980: grande parte da população habitava uma região afastada dos locais de situação crítica como a Vila Parisi, sendo que “exatamente os segmentos com uma história de mobilização política foram os menos afetados pela poluição, e os menos motivados a responder ao seu desafio” (HOGAN, 1990, p. 180).⁴⁰

Na liderança desta negação ao estigma de “Vale da Morte” estava o Grupo Vale da Vida, que propunha a extinção da Vila Parisi para criação de uma zona industrial ligada diretamente ao Governo do Estado de São Paulo, para que se desmembrasse a Vila Parisi, e desta forma, a economia seria diretamente ligada ao governo estadual e não mais ao municipal, “visando economias de escala e maior racionalidade na utilização dos recursos.”. (COUTO, 2003, p. 169). Segundo Ferreira (1991), a extinção da Vila Parisi dizia respeito especificamente à expansão da zona industrial em Cubatão⁴¹, invadindo assim as áreas anteriormente ocupadas para alojamento da mão-de-obra na construção da COSIPA (FERREIRA, 1991, p. 98). Segundo Randau Marques,

o “Secretário de Obras e Meio Ambiente apoiava as obras de remoção do bairro” porque isso representaria uma economia da ordem de Cr\$ 3 bilhões (pouco mais de R\$1 bilhão), em valores da época, “ que deixariam de ser usados pela indústria na colocação de filtros para minimizar a poluição”(…) “O que são Cr\$ 3 bilhões? (...) em relação a (...) crianças que nascem com defeitos teratogênicos, e de tantas que

⁴⁰ Sobre esta apatia frente aos problemas referentes à poluição, Couto (2003) diz que, “(...) a maior parte a população de Cubatão só tomou conhecimento que vivia num local altamente poluído através da imprensa e da televisão.” (COUTO, 2003, p. 171). Considerando o contexto político até fins da década de 1970 e início da década de 1980, temos: uma crise econômica que desencadeia uma crise política; na esteira da crise econômica temos a abertura política e início do processo de redemocratização; a Campanha Diretas-já em 1983-1984, encabeçada pela grande imprensa; e, sobretudo, as investigações da CEV e da CEI com a divulgação dos casos de anencefalia em Vila Parisi pela grande imprensa paulista (O ESTADO DE SÃO PAULO, 04/02/1981); levando em conta este contexto, podemos tomar como válida a afirmação de Couto (2003), pois, de acordo com a documentação consultada, os jornais pouco citam matérias com denúncias da poluição por parte da população no período anterior a 1980.

⁴¹ O ecólogo Samuel Murgel Branco (1984), comentando a ideia de se expandir o pólo-industrial através da transferência da população de um local impróprio para outro, disse o seguinte: “Desenvolvimento é um processo que tem por objetivo final e insofismável elevar o grau de felicidade comum. O sacrifício de vidas, saúde, bem-estar e valores culturais em nome do desenvolvimento econômico constitui, em si mesmo, uma contradição flagrante. (...) Dizer-se que Cubatão passa a ser a sede ideal da indústria paulista e ‘os incomodados que se mudem’ é decretar o extermínio de um patrimônio biológico(...) Talvez fosse possível mudar-se o homem de Cubatão; mas certamente não será possível mudar a floresta da Serra do Mar.” (BRANCO, 1984, p. 09).

não chegam a nascer, que são mortas? Quanto vale a vida no Vale da Morte?”(FERREIRA, 1991, p. 99)⁴²

Depoimentos como o de Randau Marques à CEI tinham por objetivo os mesmos das organizações que combatiam a poluição, isto é, mostrar que a cidade como um todo sofria com a poluição, e não apenas à Vila Parisi. No entanto, o Grupo Vale da Vida se articulava para manter o estigma de “Vale da Morte” limitado a Vila Parisi. No entanto, essa “(...) proposta do Vale da Vida de limitar as fronteiras da crise ambiental à ‘área crítica de poluição’ acabou por provocar muitos mais do que (...) descontentamento popular” (FERREIRA, 1991, p. 118), inserindo as vítimas da poluição de Cubatão “no panteão das vítimas dos desastres ecológicos” (FERREIRA, 1991, p. 118).

As críticas a atitude do Grupo Vale da Vida materializaram-se com um episódio no dia 5 de junho de 1982, durante a comemoração do Dia do Meio Ambiente, onde AVPMCVV colocou nas ruas de Cubatão mais de mil pessoas de quase todos os bairros em contraposição a data promovida pela SEMA e pelas indústrias de Cubatão. (FERREIRA, 1991, p. 142). Um ponto notado por Ferreira (1991) neste momento de efervescência socioambiental em Cubatão é o alargamento da noção de direitos, onde foram incorporados também entre as críticas à poluição industrial, a autonomia da cidade no processo democrático, reivindicando-se eleições diretas para prefeito, como também o direito de se fechar as indústrias poluidoras, direito suspenso pelo Presidente General Ernesto Geisel no Decreto Nº 76.389, de 03 de outubro 1975⁴³ (FERREIRA, 1991, p. 146; BRASIL, 1975).

Nesta fase de politização popular por parte das vítimas da poluição, a SBPC teria grande importância, pois o suporte as vítimas foi muito além do apoio à mobilização popular, auxiliando também nas representações as ações que se seguiram, sendo responsáveis também “pelo redirecionamento das representações no sentido da concepção de progresso e das opções de desenvolvimento impostas pelos governos militares, (...)” (FERREIRA, 1991, p. 148, 149).

⁴² Depoimento de Randau Marques à CEI em 1981.

⁴³O decreto Nº 76.389 de 1975 dispunha sobre para medidas de prevenção e controle da poluição industrial, mas que de acordo com os artigos 5º, 6º e 7º, era vetado o direito dos municípios de suspender as atividades das fábricas poluidoras, ficando exclusivamente a cargo do Poder Público Federal (BRASIL, 1975). No caso de Cubatão isto já era uma realidade desde 1968, quando o município perdeu sua autonomia política por ter sido considerado Área de Segurança Nacional.

Entre os representantes mais importantes nas ações junto ao Grupo de Estudos Interdisciplinar sobre Cubatão da SBPC estavam nomes como o do geógrafo Aziz Ab'saber, os médicos Roque Monteleone e Reinaldo Azoubel, o agrônomo José Pereira de Queiroz Neto e o geneticista e presidente da SBPC na época, Crodowaldo Pavan (FERREIRA, 1991, p. 148). De acordo com Ferreira (1991),

talvez o mais dramático fator responsável pela importância da SBPC para Cubatão foi a crença na própria incompetência, na falta de elementos para decodificar o mistérios que o discurso tecnocrática transportou para o cotidiano de suas existências. Daí a supervalorização dos recursos técnicos científicos para desvendar os segredos dos sistemas naturais das fumaças, odores e cores anteriormente habituais (FERREIRA, 1991, p. 148, 149).

De acordo com este raciocínio de Ferreira (1991), a importância dada a SBPC pela população de Cubatão se deu devido à descrença no desenvolvimento tecnológico e na política desenvolvimentista – ou a crença na incompetência do setor público– pelo fato de haver um distanciamento por parte do Estado (e aqui podemos falar e distanciamento do setor público de modo geral, tanto no nível municipal, quanto estadual e principalmente federal) e das empresas em tentar encontrar soluções para os problemas.

A Comissão Interministerial, uma comissão especial criada em 1982 pelo Governo Figueiredo para coordenar medidas de controle da poluição e da qualidade ambiental de Cubatão, tinha como objetivo oculto ser uma resposta institucional do governo à pressão da opinião pública internacional, representada principalmente por acionistas das indústrias poluidoras, preocupados com o valor de mercado de seus produtos (FERREIRA, 1991, p. 152). Para Ferreira (1991), tal comissão não produziu resultados concretos, agindo como uma espécie de fiscalizadora das ações da SBPC. Dizendo ser mais uma porta fechada para a mobilização popular, a autora reproduz um trecho da matéria do jornal Cidade de Santos (1982) onde se diz que

“(…) A Comissão Interministerial de Figueiredo não inclui um único pesquisador ou entidade científica independente e agora, dificilmente a SBPC aceitaria integrar quadros já formados e com propostas já em andamento. Segundo cientistas ligados à entidade, a SBPC, não aceitaria nesse momento um papel que na prática iria apenas respaldar

soluções que, apesar de discutíveis, já estão sendo adotadas” (CIDADE DE SANTOS, 04/1982 *apud* FERREIRA, 1991, p. 156).⁴⁴

Em entrevista à Lúcia da Costa Ferreira em 1987, Dojival Vieira questionava: “Que progresso é esse que gera Cubatão? Não existe progresso onde existe morte, deformações, essa agressão impune à natureza” (FERREIRA, 1991, p. 145). Diante destes questionamentos, percebemos que começava a emergir o que Beck (2011, p. 36) chamou de “tecnofobia”, que em nosso entendimento nada mais é do que a própria descrença a que a população de Cubatão estava sentindo pelo progresso tecnológico da industrial nacional; em outras palavras, instituía-se uma percepção de risco entre a população.

A descrença no progresso tecnológico começava a desenhar uma nova cultura política em Cubatão, promovida tanto pela existência de uma “tecnofobia” como pela campanha “Diretas Já” de 1983-1984, onde muitos brasileiros vislumbravam nas mobilizações políticas que vinham ocorrendo com a abertura como uma forma de transformar o quadro político-autoritário do regime (KUSHNIR, 2004, P. 70). O clima de mudanças políticas que estava sendo traçado recebeu no ano de 1984 um acontecimento “inesperado” que trouxe consigo a ruptura no regime de verdade da política desenvolvimentista: o desastre em Vila Socó.

3.2. . O DESASTRE DE VILA SOCÓ NAS PÁGINAS DO JORNAL A TRIBUNA DE SANTOS

O desastre ocorrido em Vila Socó emergiu como um acontecimento que arrancou de forma inesperada a venda dos que negavam o estigma de “Vale da Morte” para Cubatão. Toda a Cubatão podia ser lida como o “Vale da Morte” agora. Ao contrário do que muitos faziam questão de afirmar - que Cubatão não fosse a Vila Parisi, e, portanto não era o “Vale da Morte” - a Vila Socó ficava fora dos limites do pólo-industrial, estando localizada dentro da área urbana de Cubatão, mais precisamente entre o centro da cidade

⁴⁴ O texto não diz, mas possivelmente o trecho citado do jornal Cidade de Santos seja um depoimento ou coluna escrita por Dojival Vieira.

e o bairro Casqueiro. O desastre foi amplamente divulgado pela imprensa local, nacional e também internacional⁴⁵, com uma periodicidade bem variada.

Apesar da imprensa internacional não ser o nosso foco de análise, é interessante pontuar que o desastre foi noticiado por veículos de comunicação com grande autoridade internacionalmente, como é o caso do jornal americano *The New York Times*, que anteriormente havia divulgado os casos de anencefalia, o que acabou popularizando o estigma de Cubatão como “*The Valley of Death*” em todo o mundo (THE NEW YORK TIMES, 19/09/1980). Podemos pensar que essa ampla cobertura dos desastres ocorridos em Cubatão - especificamente o incêndio de Vila Socó – deveu-se tanto pela circulação das matérias através das sucursais, como também por agências de notícias internacionais instaladas no Brasil desde a primeira metade do século XX, como por exemplo, a *Reuters*, *Havas*, *Associated Press*, *United Press Association*, além de agências de notícias e sucursais de jornais brasileiros em outros países (LUCA, 2008, p. 152).

Em seu livro *Sociedade de Risco* (2011), o sociólogo alemão Ulrich Beck também apresenta uma breve discussão sobre o papel da imprensa na cobertura de eventos do grau de desastres. Segundo Beck (2011), o direito à liberdade de imprensa oferece possibilidades de diferenciação entre as esferas públicas amplas e parciais, apresentando chances de influenciar na solução de problemas sociais (BECK, 2011, p. 292). Apesar de limitadas e controladas as condições de produção e circulação de informação, elas também podem conseguir uma considerável representação para a percepção pública dos desastres e problemas ambientais – “(...) como notadamente ensina a favorável conjuntura política de temas ambientais (...)” a partir dos anos 1970 principalmente na Europa e no Estados Unidos (BECK, 2011, p. 293).

Ainda de acordo com este autor, isto se evidencia através de investigações científicas, onde as autoridades encarregadas só são levadas à sério depois que os meios de comunicação de massa como grandes canais de televisão e a grande mídia impressa abordam o tema (BECK, 2011, p. 293). Beck (2011) comenta, por exemplo, que na Alemanha, quando se trata de administração política, o que se lê é o *Der Spiegel*, independente do conteúdo e dos argumentos (BECK, 2011, p. 293).

⁴⁵ O incêndio em Vila Socó foi noticiado em todo o mundo: pelo jornal americano *The New York Times* (26/02 e 26/03 de 1984); pelo jornal francês *Le Monde* (28/02/1987); pelo jornal espanhol *La Vanguardia* (26/02/1984); pelo jornal australiano *The Canberra Times* (27/02 e 28/02 de 1984), além da *Times Magazine*, do jornal *The Washington Post*, entre outros veículos internacionais de renome. No Brasil

A respeito da imprensa como empresa ator político, Beck (2011) diz que o poder de determinar problemas e/ou prioridades na pauta baseia-se essencialmente na tiragem e em um fato daí resultante: de que a esfera política só ignora a opinião pública publicada se quiser perder o eleitorado (BECK, 2011, p. 293). Beck (2011) sintetiza o papel da imprensa quanto à opinião pública afirmando que

A consequência para a política é a seguinte: notícias sobre resíduos tóxicos encontrados em latões de lixo, catapultados às manchetes do dia para a noite, transformam a pauta política. A opinião pública vigente: a floresta está morrendo, isto exige novas prioridades. Se no nível europeu for corroborado cientificamente que formaldeído é de fato cancerígeno, a política atual para a indústria química ameaça ruir (...) (BECK, 2011, p. 293).

Sendo o jornal *A Tribuna de Santos* o maior veículo de comunicação da Baixada Santista – fazendo parte do Grupo A Tribuna, junto com a afiliada local da *Rede Globo TV Tribuna*, mais os jornais *Expresso Popular* e *Primeira Mão* (anunciante), a revista *AT Revista*, a *Rádio Tribuna FM*, além do site do jornal – entendemos o jornal *A Tribuna de Santos* como um personagem político local de significada relevância cultural na região. A partir da perspectiva teórica de Beck (2011) quanto ao papel da imprensa nas sociedades de risco, não buscamos na análise do jornal as causas ou os culpados do desastre, mas tentar perceber a maneira como o imaginário de Cubatão foi sendo construído pelo jornal.

Percebemos a imprensa – e principalmente o discurso jornalístico produzido pelo jornal *A Tribuna de Santos* – como um dos produtores do imaginário socioambiental de Cubatão – seja em seus aspectos positivos, ou negativos. Sendo assim, concordamos com a afirmação de que “a imprensa produz versões dos “fatos”, os quais provocam reações e interferem no cotidiano da sociedade” (CARVALHO, 2008, p. 03 *apud* CAPELATO, 1988, s/p). Também estamos de acordo com as historiadoras Tania Regina de Luca e Ana Luiza Martins (2010), quando estas colocam que a imprensa negocia

um produto muito especial, capaz de formar opiniões, (des)estimular comportamentos, atitudes e ações políticas. Elas não se limitam a apresentar o que aconteceu, mas selecionam, ordenam, estruturam e narram, de uma determinada forma, aquilo que elegem como fato digno de chegar ao público (LUCA; MARTINS, 2010, p. 11).

Um dia após o desastre ocorrer, o jornal *A Tribuna de Santos* dá início a uma série especial de reportagens sobre o desastre de Vila Socó, intitulada “Tragédia em Cubatão”, que se estendeu diariamente até o dia 04 de março de 1984. No dia 26 de fevereiro havia estampado na capa do jornal com letras garrafais a seguinte manchete: “Tragédia. Vila Socó ainda recolhe seus mortos”, seguida de três fotografias, sendo uma grande que ocupava 1/3 da página, onde ilustrava as chamas consumindo a vila; uma pequena com corpos carbonizados; e ao final da reportagem outra que ocupava também 1/3 da página, mostrando o que sobrou de Vila Socó na manhã de 25 de fevereiro.

Nesta reportagem, o jornal afirma que a explosão do OSSP e o incêndio destruíram metade do núcleo habitacional de Vila Socó, também informando que a maior preocupação dos bombeiros durante a madrugada era de que o fogo – que durou 7 horas, iniciando à 0 hora de 25 de fevereiro, se estendendo até as 7 horas da manhã – se espalhasse para outras partes da Baixada Santista, aja vista que a rede de tubulações do OSSP em Cubatão é interligada ao Terminal da Alemoa no Porto de Santos (A TRIBUNA DE SANTOS, 26/02/1984).

O jornal já inicia a reportagem de 26 de fevereiro com um editorial sob o título de “A tragédia que estava prevista” onde expurgava fortes críticas aos governos municipal, estadual, federal, e também aos dirigentes da Petrobrás, afirmando que desta vez não se poderiam atribuir o desastre ao acaso ou ao imprevisível (A TRIBUNA DE SANTOS, 26/02/1984). O editorial ainda questionava a qualidade da rede de oleodutos da Petrobrás na região, lembrando outro vazamento ocorrido na tubulação da Petrobrás alguns meses atrás, só que na cidade de Bertioga, no oleoduto que liga São Sebastião, no litoral norte do estado a Cubatão (OSBAT) (A TRIBUNA DE SANTOS, 26/02/1984).



Figura 7 - Capa da edição de 26 de fevereiro de 1984 de A Tribuna de Santos.

Além de transporem a Serra do Mar com destino as estações de distribuição de derivados de petróleo no planalto, a rede de oleodutos da Petrobrás perpassam um longo trecho da Baixada Santista até o Porto de São Sebastião no litoral norte do estado, o que, aos olhos do jornal transformava não só Cubatão, mas toda a região em um enorme barril de pólvora prestes a explodir, como ocorrido em Vila Socó.

Nesta edição de 26 de fevereiro, o jornal *A Tribuna de Santos* publica ao lado do editorial uma nota do advogado e colaborador do jornal, Vicente Cascione. Cascione, como é conhecido na Baixada Santista é uma pessoa de nome público, possuindo grande representatividade política na região⁴⁶. Em seu texto, Cascione comentou brevemente o desastre, criticando os possíveis culpados, e afirmava que o jornal *A Tribuna de Santos* “(...) repetidamente bradou, advertindo, diante dos cegos e surdos (...)” que esta já era uma tragédia prevista (A TRIBUNA DE SANTOS, 26/02/1984). Cascione questionara:

(...) Técnicos, entre aspas a dar explicações e desculpas repugnantes. Chefes buscando fugir às responsabilidades. Autoridades, entre aspas e entre pelotões de segurança, a vistoriar o que resta dos escombros. (...) Amaldiçoada Cubatão, das soluções adiadas, das embromações e do abandono. Quantas tragédias ainda se escondem, na espreita, na perspectiva de cada madrugada? Mesmo esta catástrofe, que se anunciava desde horas antes, não foi evitada (A TRIBUNA DE SANTOS, 26/02/1984).

Na mesma matéria de 26 de fevereiro, o jornal narra o trabalho dos bombeiros durante a manhã de sábado, na busca pelos corpos: “Quando os 200 bombeiros (...) conseguiram conter as chamas de mais de dez metros de altura (...) descobriu-se o horror” manguê (A TRIBUNA DE SANTOS, 26/02/1984). O horror à que o jornal se refere eram os corpos carbonizados que iam surgindo no manguê. Segundo alguns sobreviventes, eram os corpos de crianças que tentavam se salvar das chamas se jogando no manguê – que estava coberto de gasolina. Segundo estes sobreviventes eram “tochas vivas”

⁴⁶ Vicente Cascione é uma figura da vida pública no meio sociopolítico santista, tendo sido vice-reitor comunitário da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS) na gestão 1986-1990 e vice-diretor da Faculdade de Direito na mesma universidade e gestão. Foi eleito deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nas gestões 1995-1999 e 2003-2007, também tendo sido candidato a prefeito da cidade de Santos na eleição de 2004.

lançando-se no mangue (A TRIBUNA DE SANTOS, 26/02/1984). Estes corpos encontrados espalhados pelo mangue – além das centenas que não foram encontrados - no pós-desastre foram apontados por médicos como risco de problemas sanitários, já que o mau cheiro começou a atrair urubus (A TRIBUNA DE SANTOS, 28/02/1984).

Em depoimento ao jornal, o chefe do Instituto Médico Legal, Carlos Afonso de Figueiredo, disse que em 33 anos de serviço nunca havia visto nada igual. Segundo o legista: “o maior problema para a identificação dos corpos é por estarem totalmente carbonizados. (...) Geralmente a identificação é feita pelo antebraço e dedos, mas nem isso restou.” (A TRIBUNA DE SANTOS, 26/02/1984). Diante do drama dos familiares para identificar os corpos dos parentes, o jornal afirmava que o que mais sensibilizava no centro comunitário (local onde estavam sendo recolhidos os corpos) eram os corpos das mães abraçadas aos filhos, além de enfatizar que, entre estes corpos de mães com seus filhos era possível ver o crânio de um bebê no ventre da mãe.

Na capa da edição de 27 de fevereiro, a narrativa do pós-desastre em Vila Socó produzida pelo o jornal manteve a retórica de sofrimento dos sobreviventes na tentativa de identificar os corpos de seus familiares. Nesta retórica de sofrimento dos familiares no pós-desastre, o jornal *A Tribuna de Santos* faz uma metáfora do desastre de Vila Socó com filme *O Dia Seguinte* (MEYER, 1983). Estreado no ano anterior ao desastre de Vila Socó (portanto, ainda recente na memória coletiva), o filme do diretor americano Nicholas Meyer explora os acontecimentos de uma guerra nuclear entre o Estados Unidos da América e a União Soviética durante a Guerra Fria.

A metáfora feita pelo jornal foi de que os restos de Vila Socó na manhã de 25 de fevereiro só era comparável a um ataque nuclear. Na matéria do dia anterior o jornal também fez uma metáfora bélica⁴⁷ em uma das manchetes: “Tochas humanas na cidade-bomba”, metáfora esta reforçada pelas fotografias dos oleodutos em chamas durante a madrugada e dos sobreviventes e até bombeiros chorando diante dos escombros e corpos carbonizados pela manhã de 25 de fevereiro (A TRIBUNA DE SANTOS, 27/02/1984).

⁴⁷ Está metáfora bélica sobre o desastre de Vila Socó também foi utilizada pelo músico e compositor santista Gilberto Mendes, em sua peça/coral “*Vila Socó meu amor*” (MENDES, 1984), onde considera o desastre uma verdadeira bomba de Hiroshima. A peça/coral é também uma referência ao filme do diretor francês Alain Resnais “*Hiroshima, meu amor*” (RESNAIS, 1959). A Revista *Veja* também utilizou desta ferramenta lingüística na edição de 04 de julho de 1984, afirmando que as chuvas ácidas em Cubatão eram como uma guerra-química na cidade (VEJA, 04/07/1984).

Entendemos este tipo de metáfora utilizada pelo jornal como parte do que Douglas Kellner chama de cultura da mídia (2001). No capítulo 09 do livro “*Cultura da Mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*” (2001), Kellner propõe uma análise do presente com base nas produções midiáticas sobre o futuro. Segundo Kellner (2001) “o presente (...) é visto da perspectiva de um futuro que se faz visível a partir das experiências e das tendências do atual momento.

Para quem sai do planalto paulista sentido litoral, descendo a Serra do Mar, ou até mesmo para quem vai do litoral ao encontro a serra, já avista o parque industrial e percebe os vales de Cubatão encobertos por grandes nuvens negras (que se confundem com a fumaça das chaminés nas fábricas com as chuvas, devido ao alto índice pluviométrico da região onde ficam as fábricas, cercada pelos vales da Serra do Mar e entre os morros do litoral)⁴⁸, que funcionam como uma cortina, barrando a luz do sol de entrar na cidade. Essa dinâmica espacial de Cubatão, orquestrada por elementos antrópicos e ecotrópicos - a fumaça das chaminés e a geograficidade de Cubatão - caracterizam uma atmosfera ambiental sombria, reforçando o imaginário sócio-ambiental apocalíptico e apagando os esforços para controle da poluição industrial.

Em trabalho anterior, exploramos a narrativa apocalíptica de Cubatão presente nas publicações do jornal *A Tribuna de Santos* (FERREIRA FILHO; 2012), e percebemos se tratar de uma característica presente nos discursos ambientalistas (GARRARD, 2006). Típica em filmes de ficção científica, esta narrativa ambientalista-apocalíptica sobre os desastres de Cubatão encaixaria perfeitamente em um *Blade Runner* (SCOTT, 1982) se ao invés de *Los Angeles* o filme tivesse como palco a Cubatão dos anos 1980.⁴⁹ Esta narrativa de uma visão apocalíptica criada pelo imaginário da Cubatão dos anos 1980 presente também nos enredos da produção cinematográfica da ficção científica, sempre baseada em uma visão do futuro em que a sociedade, em sua busca pelo desenvolvimento tecnológico, projeta sua visão do futuro pela “expressão dos sonhos e dos pesadelos” do

48 Na verdade, apesar das divergências a respeito do significado do nome “Cubatão”, ambas fazem referência justamente a sua localização geográfica, sendo mais usado o significado “elevação ao pé da cordilheira”(BRANCO; 1984, p. 12).

49 Saindo de Cubatão e subindo a Serra do Mar está o distrito de Paranapiacaba (pertencente ao município de Santo André-SP) e que, por possuir características físicas semelhantes à Cubatão como, por exemplo, possuir um ambiente nebuloso, carrega a mesma atmosfera de um futuro pós-apocalíptico de Cubatão, porém apenas devido a sua geograficidade. Por este motivo, Paranapiacaba foi palco da longa-metragem de ficção científica *Parada 88 – O limite do alerta* (1977).

presente vivido”, pois tais projeções do futuro são feitas com base no presente (NOMA, 2000, p.316).

Outro elemento da relação entre a ficção científica com essas narrativas apocalípticas apontado por Noma (2000, p.317) é que os filmes de ficção científica e suas visões de um futuro tecnológico grandioso, ou de um futuro tecnológico apocalíptico nos podem servir como uma fonte para o estudo do imaginário social de um momento histórico. Temos no longa-metragem brasileiro “*Parada 88 - O limite do alerta*” (1977), uma das poucas produções de ficção científica no país, um ótimo exemplo de fonte sobre o imaginário ambiental brasileiro ao fim da década de 1970, início de uma crise socioambiental. No filme, Parada 88 é uma cidade-colônia, onde vivem os sobreviventes de um desastre ambiental ocorrido em 1994, quando o reator de uma indústria química explode, expelindo toneladas de gases tóxicos, tornando o ar na cidade irrespirável. Ironicamente, episódios semelhantes estavam ocorrendo de verdade fora do cenário cinematográfico de Paranapiacaba.

Trazendo alguns pontos do artigo ⁵⁰ de Amélia Kimiko Noma, *Futuro Noir: Metropolis e Blade Runner*” (2000), em que a autora faz uma análise sobre a vida urbana ilustrada nos longas *Metropolis* (LANG, 1926) e *Blade Runner* (SCOTT, 1982), podemos tecer algumas semelhanças com o imaginário a respeito da espacialidade em torno da cidade de Cubatão.

Na leitura de Noma (2000, p. 320-323), em *Metropolis*, temos uma cidade em plena expansão industrial e utopia social, expondo os conflitos entre os sonhos dos operários das fábricas e a exploração social. Através de *Metropolis*, Fritz Lang expôs a Alemanha dos anos 1920: crise social provocada pela 1ª Guerra Mundial, o controle da inflação, a expansão na indústria, um rápido crescimento econômico e urbano. Como o enredo de *Metropolis* se passa em 2026 e não em 1926, podemos constatar que Fritz Lang havia deixado um aviso de que essa modernização acelerada iria sacrificar o operariado urbano. Coincidentemente, o mesmo ocorre em Cubatão nos anos 1960: crise política provocada pela ditadura militar provocada, grande preocupação com controle da inflação (que sempre foi a preocupação dos tecnocratas brasileiro, assim como o

50 O artigo de Amélia Kimiko Noma faz parte de sua tese de doutorado intitulada *Visualidades da vida urbana: Metropolis e Blade Runner*, defendida em 1998.

crescimento econômico), e um rápido desenvolvimento industrial e crescimento econômico na virada da década – “milagre” econômico. Podemos dizer que assim como Fritz Lang criou uma visão de como seria o futuro de sociedade industrial de risco em *Metropolis*, em Cubatão estavam sendo produzindo “desastres anunciados” (ESPINDOLA, SILVA LOPES, NODARI; 2011, p.14), que não eram reconhecidos em razão da crença no desenvolvimento econômico e expansão industrial.

Já em *Blade Runner*, temos uma Los Angeles de 2019 ambientada em um estágio de desenvolvimento que podemos dizer pós-industrial (BECK; 2011) ou como disse Noma (2000; p. 323), um processo de desindustrialização. Teria se passado por todo o processo de desenvolvimento urbano industrial e existe o futuro temido por Fritz Lang. Nesta *Los Angeles* de 2019, as pessoas convivem ao mesmo tempo com a pobreza, com o lixo urbano e com a alta tecnologia. “Para Scott, o progresso tecnológico não resolverá os problemas sociais e humanos;(…) vai acelerar a destruição (...)” (NOMA, 2000, p. 322). A descrição de *Los Angeles* em 2019 é o cenário sócio-ambiental da Cubatão nos anos 1980: Cubatão havia se transformado em uma sociedade industrial de risco, pois possuía dezenas de indústrias que produziam riquezas econômicas, havia passado por todo o processo de desenvolvimento tecnológico, porém a população, animais e plantas conviviam com tudo quanto é tipo de lixo tóxico produzido pelas indústrias.



Figura 8 - Rede de oleodutos que cruzam Cubatão e a Vila Socó
 Fonte: Produzido pela CPEA e editado pelo autor.

Retornando para a página de número 06 da edição de 26 de fevereiro de *A Tribuna de Santos*, percebemos que o jornal começa a transpor o desastre de Vila Socó para o território do político (KLANOVICZ. 2013 p. 02). Com a seguinte manchete “Montoro: tragédia era previsível”, o jornal narra o depoimento do governador do estado de São Paulo, André Franco Montoro quando este chega de helicóptero em Vila Socó: “Este município está condenado desde que foi declarado Área de Segurança Nacional. O fato de povo (...) estar impedido de participar das soluções de seus problemas também levou a isto.” (A TRIBUNA DE SANTOS, 26/02/1984).

Segundo o jornal, Werner Eugênio Zaluf, presidente da CETESB, fez questão de defender a Petrobrás⁵¹ – pelo menos neste momento. Na página seguinte, com uma manchete no topo da página o jornal diz: “Ueki admite culpa da Petrobrás”. De acordo com o jornal, em reunião com o governador Franco Montoro em uma sala do Centro Comunitário de Vila Socó, o presidente da Petrobrás, Shigeaki Ueki⁵² admitiu que a negligência nos serviços da Petrobrás e a gestão das autoridades em Cubatão nos últimos

⁵¹ Como nestas reportagens o jornal *A Tribuna de Santos* está sempre se referindo à Petrobrás como empresa estatal, e não como a unidade de refino de petróleo de Cubatão (RPBC), optamos por nos referirmos à RPBC apenas como Petrobrás.

⁵² Shigeaki Ueki foi Ministro das Minas e Energia no governo do general Presidente Ernesto Geisel (1974-1979), e ao fim de sua gestão como ministro acabou tornando-se o primeiro civil a presidir a Petrobrás, na gestão 1979-1984.

20 anos foram às causas da tragédia ter ocorrido, porém, reafirmava “não afasto a possibilidade de a culpa ser da Petrobrás” (A TRIBUNA DE SANTOS, 26/02/1984).

As linhas em preto na figura 8 representam a rede de oleodutos que cruzam Cubatão com destino à RPBC, localizada pelo círculo preto; a linha que se inicia do lado direito do mapa é referente à Rodovia Piaçaguera (SP-55), margeada pelo OSBAT que transporta derivados de petróleo do Porto de São Sebastião/SP para a RPBC; já a linha preta na parte inferior central do mapa é referente à Rodovia Anchieta (SP-150), margeada pelo OSSP, que se origina no Terminal Alemoa no Porto de Santos, cruza a Vila Socó (representada pelo círculo cinza) com destino ao Terminal Utinga na cidade de Santo André/SP; e o círculo branco no canto direito superior do mapa representa a Vila Parisi, dentro do vale do Rio Mogi, e entre o complexo de fertilizantes e a COSIPA

Embora admitisse a possibilidade de culpa, Ueki declarou que “não passou pela cabeça de nenhum técnico que isso pudesse ocorrer”. O jornal contrapôs a declaração de Ueki baseando-se no testemunho de um morador de Vila Socó. Segundo o morador, por volta das 23 horas de 24 de fevereiro, na tentativa de entrar em contato com o Corpo de Bombeiros para avisar o vazamento, o morador foi impedido por um funcionário da Petrobrás, que, segundo o próprio funcionário, antes que os bombeiros fossem comunicados sobre o vazamento, os engenheiros da refinaria deveriam fazer uma vistoria técnica no local do vazamento. Ainda de acordo com esse funcionário, o Corpo de Bombeiros só veio a ser comunicado do vazamento depois que os técnicos da refinaria fizeram a vistoria na tubulação, por volta das 23h30, sendo que os primeiros bombeiros chegariam somente depois das 0 hora de 25 de fevereiro, quando o incêndio já havia consumido Vila Socó (A TRIBUNA DE SANTOS, 26/02/1984).

Outro morador sobrevivente do incêndio afirmou ao jornal que sentiu cheiro de gasolina às 8 horas de sexta-feira. Este e outros depoimentos citados no jornal foram questionados pelo superintendente do Terminais de Derivados de Petróleo (TEDEP), que afirmou que os dutos estavam fora de atividade há uma semana, tendo retornado a funcionarem às 23h15 do dia 24 de fevereiro. No entanto, nas páginas seguintes, o jornal expunha o mal estado de conservação dos dutos da Petrobrás através de informações publicadas na edição de 27 de outubro de 1983 (estampando também um recorte da matéria), que denunciavam a situação em que se encontravam os dutos responsáveis pelo vazamento de petróleo no vale do Rio Itapanhaú, em Bertioga. É lembrada também

outra denuncia feita pelo jornal de outro vazamento, ocorrido no dia 20 de outubro do mesmo ano, na altura do km 37 da Rodovia Anchieta, em Cubatão - já na Serra do Mar (A TRIBUNA DE SANTOS, 26/02/1984).

Percebe-se que, em sua maneira de narrar o desastre e Vila Socó, o jornal *A Tribuna de Santos*, apesar de apresentar os discursos dos técnicos da Petrobrás e do TEDEP sobre as possíveis causas técnicas do “gatilho” (OLIVER-SMITH, 1999, p. 19) que tenha iniciado a explosão e conseqüente incêndio de Vila Socó, o jornal cria um roteiro de leitura que conduz o leitor para perceber na empresa estatal a culpa. Sob a manchete “Técnicos da Petrobrás não previram incêndio”, o engenheiro da Petrobrás Mário de Freitas Esteves, em depoimento ao jornal, aparenta dizer que a culpa também fosse da prefeitura de Cubatão. Segundo ele, “(...) A existência de barracos, de uma favela, sobre o oleoduto faz suspeitar que o fogo tenha começado por uma vela, algum foco de ignição. O local não tem luz.” (A TRIBUNA DE SANTOS, 26/02/1984). Ao que tudo indica, o jornal mostrava uma tentativa da Petrobrás de empurrar a culpa para o governo municipal, que pela ocupação às margens do oleoduto:

Ele (Esteves) salientou que os oleodutos chegaram à Vila Socó muito antes dos barracos e culpou as autoridades locais pela falta de vigilância, de forma a permitir que se construíssem casas naquele perigoso local. A legislação, segundo explicaram depois técnicos do TEDEP, não permitem que se construam barracos, casas, ou outro tipo de instalação numa faixa de vinte metros de cada lado de um oleodutos (A TRIBUNA DE SANTOS, 26/02/1984).

Por um lado, os técnicos da Petrobrás e do TEDEP tinham razão em afirmar que a população não deveria habitar áreas próximas aos dutos por serem áreas de risco. Por outro, não caberia somente à Prefeitura ser a instituição responsável por fiscalizar as ocupações próximas do oleoduto (na verdade, as casas espalhavam-se para os lados e sobre os dutos), mas aos Governos Estadual e Federal, e à própria Petrobrás, responsável legal pela área ao redor do oleoduto. Cabe lembrar que Cubatão era Área de Segurança Nacional, e, portanto, carecia de autonomia política, o que como já atestado pelo jornal *A Tribuna de Santos*, (e pelo próprio presidente da Petrobrás), contribuía para o silenciamento dos possíveis riscos de desastres que viessem/vinham ocorrendo na cidade, como por exemplo, o mau estado da tubulação do oleoduto.

No entanto, isso não poderia desresponsabilizar Governos Municipal, Estadual e principalmente Federal – este por meio da Petrobrás. O presidente da CETESB, Werner Eugênio Zaluf, que de acordo com o jornal na matéria do dia 26 fevereiro havia “defendido” a Petrobrás, reconheceu que houvera negligência por parte da Petrobrás em solucionar o vazamento, comunicado horas antes por moradores de Vila Socó, e aplicou multa máxima à empresa, por considerar a Petrobrás reincidente e também o “acidente” como gravíssimo (A TRIBUNA DE SANTOS, 28/02/1984).

A tese de o comunicado à Petrobrás ter sido feito horas antes foi fortemente propagada pelo jornal, tanto que através de uma matéria pequena, mas com uma manchete em letras grandes dizendo, “Gasolina era vendida a Cr\$100”, o jornal reforçou a versão de que o vazamento do oleoduto havia sido percebido por moradores ainda pela manhã de 24 de fevereiro. De acordo com alguns moradores, a gasolina era vendida à Cr\$100 o litro em vários pontos da cidade. Outros moradores também afirmaram que se tratava apenas de boatos, depois de serem intimados pela Petrobrás para prestar depoimento – fato este visto pelo vereador Florivaldo Cajé como uma clara maneira da Petrobrás de intimidar as pessoas a não contarem sua versão dos fatos à imprensa (A TRIBUNA DE SANTOS, 28/02/1984).

No entanto, na matéria do dia 29 de fevereiro o jornal *A Tribuna de Santos* confirma a negligência da Petrobrás através de uma manchete no topo da página a qual afirmava categoricamente “Petrobrás sabia do vazamento” (A TRIBUNA DE SANTOS, 29/02/1984). Tal afirmação pode ser feita por não ser tida como boato, como o jornal havia sugerido anteriormente, mas por ter o primeiro depoimento oficial na investigação criminal.

Residindo em Vila Socó há 10 anos, a testemunha Manoel de Jesus Souza disse ao jornal *A Tribuna de Santos* que por volta das 8 horas de sexta-feira, 24 de fevereiro, ele e outro morador perceberam um líquido que vazava por debaixo de um terreno. Segundo a testemunha, suspeitaram ser gasolina ou diesel, e assim que molhou o dedo no líquido se certificou que se tratava de gasolina. O outro morador concordou com Manoel, e se encarregou de comunicar a Petrobrás através de um telefone público que se encontrava no centro comunitário (A TRIBUNA DE SANTOS, 29/02/1984).

Ainda de acordo com o testemunho de Manoel de Jesus Souza ao jornal, ele afirmava ter visto no período da tarde, por volta das 14 horas um carro com características

dos veículos da Petrobrás próximo ao local do vazamento. Por volta das 20h30 quando voltara do trabalho, a testemunha passou pelo local do vazamento achando que encontraria alguma aglomeração ou cerco feito pela Petrobrás, mas estava tudo como antes. Segundo seu depoimento, foi só próximo da 0 hora, acordado por seu irmão, que não agüentava o cheiro de gasolina que começaram a chamar os vizinhos para fora de suas casas que começavam a serem “lambidas pelo fogo” (A TRIBUNA DE SANTOS, 29/02/1984).

Dois dias depois, na matéria do dia 02 de março, o promotor público responsável pela investigação, Marcos Ribeiro de Freitas, relacionou cinco formas de culpa direta da Petrobrás destacadas por *A Tribuna de Santos*. Sob a manchete no topo da página “Petrobrás é culpada”, o jornal elencou os argumentos do promotor, confirmados pelos próprios técnicos da Petrobrás e do TEDEP: erro de alinhamento; negligência; mau estado da tubulação; ausência de manômetro; e ausência de extintor na casa de operações da Petrobrás onde são feitos os alinhamentos (A TRIBUNA DE SANTOS, 02/03/1984). Na matéria de 04 de março o jornal explica que houvera erro de comunicação na operação de bombeamento. O jornal esclarecia como deveria funcionar a operação de bombeamento:

São três dutos (linhas) pelas quais são transportados os combustíveis. A primeira delas possui inicialmente 12 polegadas de diâmetro que depois atinge 22 polegadas e é conhecida pelos operadores como linha de válvula mestra VM-1. Essa tubulação leva gasolina até os reservatórios OC-7 e OC-5, situados no Município de Santos. A segunda tubulação, de 10 polegadas, conhecida como válvula mestra 539, também transporta gasolina. (...) As linhas VM-1 e 539 são as que levam gasolina aos reservatórios, sendo que esta última o faz pelo lado do continente, e a primeira pelo lado do mar. Quando o combustível é lançado em direção à Alemoa, os responsáveis pela operação devem comunicar-se e confirmar por qual duto será enviada a gasolina, para evitar que o líquido, impulsionado por forte pressão, encontre obstáculos (válvulas fechadas) e ocasione riscos imprevisíveis (A TRIBUNA DE SANTOS, 04/03/1984).

A partir de um bilhete encontrado na casa de operações, o promotor constatou que houve “erro humano” na operação, no sentido de qual das tubulações da gasolina deveria ser bombeada (A TRIBUNA DE SANTOS, 04/03/1984). Ocorre que, devido à falta de comunicação entre os operadores, foi aberta a válvula da linha 539, mas a gasolina foi enviada pela linha VM-1, encontrando resistência e formando pressão, que já havendo vazamento, acabou por romper a tubulação que se encontrava deteriorada. O jornal ainda

frisava a declaração do promotor de que “a Baixada pode explodir inteira”, retomando um de seus discursos enunciados no início da reportagem sobre o desastre de Vila Socó:

“Esse sistema de operações de inflamáveis de Petrobrás poderá explodir Santos. Poderá explodir a Baixada Santista inteira”, comentava ontem Mário Ribeiro de Freitas, visivelmente irritado com a falta de comunicação entre a codesp e o tedep. “Como pode o setor de alinhamento, a fase mais importante do transporte dos produtos inflamáveis, ficar dividido entre estas duas empresas? Por que tanta comodidade ao passar ordens e comandos por telefone, quando os postos das duas empresas ficam a uma distância de 500 metros apenas?”, perguntava o promotor (A TRIBUNA DE SANTOS, 04/03/1984).

Se por um lado o jornal *A Tribuna de Santos* não transparecia em sua narrativa a contaminação dos manguezais pelo vazamento de gasolina em Vila Socó, focando-se mais para a questão do “desastre humano”, por outro lado, no editorial “Baixada sob nova ameaça”, de 09 de março, o jornal continuava a enunciar um discurso crítico à política de desenvolvimentista na forma como era feita, entendendo como um grave perigo a toda a Baixada Santista (A TRIBUNA DE SANTOS, 09/03/1984). A ameaça a que o jornal se referia encontrava-se na qualidade da balneabilidade das praias de São Vicente e Santos, e ao abastecimento de água potável da Baixada Santista, feito pelo Rio Cubatão, que estava sendo comprometido. O motivo vinha em função de uma possível decisão do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) de retornar o despejo das águas poluídas⁵³ dos rios Pinheiros e Tiêê (na capital) no Reservatório da Represa Billings, para abastecer a Usina Henry Bourden em tempos de estiagem. O editorial do jornal afirmava:

É fácil imaginar o que ocorrerá se voltarmos a situação anterior, quando a Usina Henry Bourden funcionava a toda carga, agravando a poluição do mar de maneira comprometedora. (...) A população da Baixada Santista já enfrenta problemas ambientais dos mais sérios, por causada existência do complexo industrial de Cubatão. A Comissão Interministerial nomeada pelo Palácio do Planalto – que estudou a questão – possui dados preciosos a respeito, cuja leitura desaconselharia de imediato a adoção de tal providência. A Secretaria Especial de Meio

⁵³ Essa operação foi cancelada pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente em outubro de 1992 (COUTO, 2003, p. 45). Através de seu editorial o jornal *A Tribuna de Santos* fazia duras críticas a esta operação do DNAEE e ao governo estadual e fins da década de 1980.

Ambiente (SEMA), se consultada, temos absoluta convicção de que vetaria qualquer iniciativa nesse sentido. É de se esperar que decisão desse vulto não fique em mãos apenas dos tecnocratas do setor do DNAEE (A TRIBUNA DE SANTOS, 09/03/1984).

Neste editorial e em outras matérias citadas, percebemos um nítido direcionamento do jornal *A Tribuna de Santos* em ampliar a crise ambiental sofrida por Cubatão para toda a Baixada Santista. Na matéria de 28 de fevereiro, por exemplo, apesar de apontar que o pólo-industrial de Cubatão tenha sido um dos fatores responsáveis pelo início do processo de industrialização do país, em uma pequena manchete de título “Vulcões na Baixada”, o jornal afirma que apenas a cidade de Praia Grande estaria livre de desastres como o de Vila Socó. O que chamou a atenção foi a declaração do gerente regional da CETESB, em que ele afirma ao jornal que “Na entrada de Santos, há outro vulcão que pode explodir a qualquer momento”. O gerente da CETESB se referia ao Terminal da Alemoa, onde são armazenados diversos produtos químicos utilizados pelas indústrias de Cubatão. Assim como o gerente da CETESB, o jornal faz um alerta: “o perigo também está nos caminhões que transportam matérias-primas para o Porto de Santos e o complexo industrial de Cubatão. São freqüentes os acidentes de caminhões com produtos tóxicos e perigosos (A TRIBUNA DE SANTOS, 28/02/1984).

3.3. . O GÁS DA ÍNDIA CHEGA À BAIXADA SANTISTA

Na madrugada de 03 de dezembro de 1984 um vazamento do gás isocianato de metila, na fábrica de fertilizantes da multinacional americana *Union Carbide*, localizada na cidade de Bhopal, região central da Índia, causou a morte direta de mais de 2 mil pessoas. O desastre de Bhopal, como ficou internacionalmente conhecido, é considerado um dos maiores desastres tecnológicos ocorridos na história. Ainda hoje, passados mais de 30 anos depois do desastre, a terceira geração de vítimas do desastre de Bhopal sofre com as sequelas provocadas pela exposição química que seus ancestrais – muitos sobreviventes eram crianças ou jovens adultos - foram vítimas.

A importância história para o desastre de Bhopal reside em suas representações para um questionamento à nível global dos processos de industrialização e políticas econômicas praticados até a década de 1980. Lembremos, que Índia e Brasil lideravam o grupo de países do então chamado terceiro mundo na Estocolmo 72, e que publicamente

declararam não abrir mão de sua acelerada política de industrialização. Ironicamente – na verdade, tragicamente - os acontecimentos ocorridos em cidades como Cubatão e Bhopal

“reacendem *topoi* apocalípticos, religiosos ou seculares, uma vez que a vitimização, por vezes, enquadra a punição de determinado grupo social, o castigo divino, o “aviso” sobre o aquecimento global, ou outros conceitos localmente apropriados por quem experimenta o evento e o memoriza (KLANOVICZ, 2008, p. 09).

Os desastres de Vila Socó e Bhopal podem ser classificados dentro do apocaliptismo ambiental de “*Primavera Silenciosa*” de Rachel Carson, pois também produzem significações como as de Carson, já que o incêndio em Vila Socó ou a nuvem de gás em Bhopal, reconstroem percepções ambientais apocalíticas de fim de mundo, sejam elas religiosas ou seculares. A retórica apocalíptica, de acordo com Greg Garrard (2006),

(...) afigura-se um componente necessário do discurso ambientalista. É capaz de eletrizar os militantes, converter os indecisos e, quem sabe, em última instância, influenciar o governo e a política comercial. Nos Estados Unidos, em particular, ela consegue beber em mananciais profundos de sentimento apocalíptico popular e literário. Os meios de comunicação freqüentemente noticiam as questões ambientais como catástrofes, não só porque isso gera dramaticidade e a possibilidade de interesse humano, mas também porque o noticiário informa com mais facilidade sobre eventos do que sobre processos (GARRARD, 2006, p. 149).

O jornal *A Tribuna de Santos* não só produziu uma reportagem com matérias de capa, como também criou uma espécie de campanha após o desastre de Bhopal. A pressa do jornal em noticiar o desastre é entendida pelo fato de a multinacional americana *Union Carbide* possuir uma fábrica de fertilizantes em Cubatão, e também produzir o *temik* (fertilizante originado através do isocianato de metila), temendo assim uma possível catástrofe em proporções até piores que Vila Socó. A fábrica da *Union Carbide* de Cubatão, por não produzir o isocianato de metila, importava-o do Estados Unidos, entrando na região pelo Porto de Santos, o que tornava toda a região em uma aera de risco

durante o transporte do porto até o pólo-industrial (A TRIBUNA DE SANTOS, 06/12/1984).

Com uma matéria de capa, a edição de 04 de dezembro noticiava na manchete que o desastre de Bhopal havia provocado a morte de 350 pessoas na Índia (A TRIBUNA DE SANTOS, 04/12/1984). Neste momento, o número informado de mortos por asfixia era de 350, com mais 12 mil internados em estado grave, apresentando vômitos, ardência nos olhos e problemas respiratórios. Estes sintomas se davam pelo fato de o gás agir diretamente com a água. Como as superfícies mais úmidas do corpo eram os olhos, bocas, e nas regiões com mucosa, como orelhas e nariz, o gás as atacava diretamente, por isso resultava em problemas respiratórios, vômitos e ardência nos olhos.

Segundo repórteres locais, embora a nuvem de gás mortífera que cobriu a cidade tenha se dissipado com o passar das horas, estes ainda sentiam o cheiro do gás e verificaram o rastro do envenenamento deixado pela nuvem tóxica: quase toda a flora local morta, além dos corpos de animais espalhados pelo pasto e quintais (A TRIBUNA DE SANTOS, 04/12/1984). Na capa da edição de 05 de dezembro, a manchete do jornal informando “Mortos na Índia podem chegar a 2 mil”, era acompanhada de uma fotografia de corpos empilhados em morgues improvisados, devido a falta de combustível para cremar os corpos no necrotério (A TRIBUNA DE SANTOS, 05/12/1984).

No caderno local da mesma edição, a Vila Socó volta a aparecer nas páginas do jornal. Desta vez, o desastre de Vila Socó havia interessado a instituições estrangeiras, pois foi um dos assuntos discutidos no Simpósio sobre Emergências Causadas por Agentes Químicos, realizado pela CETESB, que contou com a participação de vários especialistas vinculados a universidades, empresas públicas e privadas do Canadá e de países da América Latina, para a troca de experiências e a discussão de soluções para emergências químicas⁵⁴ (A TRIBUNA DE SANTOS, 05/12/1984)

Com uma fotografia de uma vaca morta que ocupava toda a parte superior da página, o jornal *A Tribuna de Santos* novamente informava o perigo do pós-desastre. As milhares de carcaças de gado, búfalos, cabras, além de outros animais em decomposição aumentavam as chances provocar epidemias, além de aumentar a contaminação dos mananciais e das áreas em um raio de 40 km da cidade. Nas ruas de Bhopal, as pessoas

⁵⁴ O simpósio já vinha sendo promovido pelo Centro Panamericano de Ecología Humana y Salud – “ECO” em julho de 1984, na cidade de Metec, no México.

caminhavam carregando corpos embrulhados em lençóis para serem cremados em pilhas funerárias que iluminavam a cidade com suas chamas (A TRIBUNA DE SANTOS, 06/12/1984).

Outra semelhança com as reportagens sobre o desastre de Vila Socó feitas pelo jornal *A Tribuna de Santos* é em relação às denúncias de negligência por parte das indústrias. Na mesma reportagem do dia 06 de dezembro o jornal trazia um pequeno texto ao fim da matéria com o título de “Aviso ignorado”, afirmando que foram divulgadas notícias de uma advertência da imprensa indiana ao governo, sobre “os riscos de segurança da fábrica da *Union Carbide*, feita em 1982”, após funcionários da fábrica morreram no mesmo ano (A TRIBUNA DE SANTOS, 06/12/1984).

No caderno Sindical da mesma edição do jornal, o presidente do Sindicato dos Petroquímicos de São Vicente, Santos e Cubatão, Elpídio Ribeiro dos Santos Filho, declarava que a opinião pública mundial assistia aos acontecimentos de Bhopal estarrecida, e esclarecia que a *Union Carbide* de Cubatão, apesar de produzir o fertilizante *temik*, não produzira o isocianato de metila (que era importado do Estados Unidos). O sindicalista ainda informou ao jornal que o sindicato junto de outras entidades tem acompanhado rigorosamente a questão da segurança química, especialmente no próximo desembarque do isocianato de metila no Porto de Santos (A TRIBUNA DE SANTOS, 06/12/1984).

Apesar de aparecer na imprensa só após o desastre de Bhopal, o isocianato de metila e seus efeitos na saúde humana já era um dos produtos químicos conhecidos em Cubatão. Couto (2003) relembra que, como resposta aos primeiros questionamentos quanto às possíveis relações entre poluição industrial e saúde pública, foi elaborado a pedido da prefeitura de Cubatão um estudo pelo Dr. Pedro Tosta de Sá, concluído em 1974, onde o médico elencava alguns dos produtos com poluentes de grande periculosidade, que eram expelidos pelas indústrias de Cubatão. No estudo, os produtos que se destacavam por sua alta toxicidade “eram o pentaclorofenol, da Rhodia, e o isocianato de metila, da *Union Carbide*” (COUTO, 2003, p. 167).

A partir da edição de 07 de dezembro o jornal *A Tribuna de Santos* determina como pauta o armazenamento e transporte do isocianato de metila do Porto de Santos para a *Union carbide* de Cubatão. Na reportagem, o jornal informava que no último dia 1º de dezembro haviam sido desembarcados no Porto de Santos três contêineres com mais

de 20 toneladas de isocianato de metila cada contêiner. Os trabalhadores portuários estavam preocupados com a carga, que apesar de não possuir identificação exata do produto que estaria no interior do contêiner, apenas informando no manifesto se tratar de carga tóxica (A TRIBUNA DE SANTOS, 07/12/1984).

Segundo o depoimento de um dos portuários ao jornal, “Vemos em muitos contêineres emblemas conhecidos e dizeres alarmantes, como *inflamável*, e desenhos aterradores como a tradicional caveira ou o emblema da espiga de milho com um x (...)”. O jornal ainda afirmara que os portuários estariam convictos de que a carga se tratava do pó-da-china, provavelmente por ter ocorrido um evento semelhante, tendo sido noticiado pela imprensa em 1982 (REVISTA ÉPOCA, 24/03/1982) quando do episódio das mortes causadas pelo pó-da-china no Mercado de São Sebastião no Porto do Rio de Janeiro (FERREIRA, 1991, p. 63).

Sob a manchete “Carga química pode ter acesso ao centro urbano”, era noticiado na página 08 da mesma edição de 07 de dezembro que qualquer caminhão transportando produtos químicos como “nafta, benzeno, amônia, ou isocianato de metila (o produto que matou 1.200 pessoas na Índia) poderá circular pelas ruas de Cubatão”. Segundo o vereador do PT, Dojival Vieira, ele próprio criou o projeto de lei que admitia a circulação de caminhões na área urbana de Cubatão, revogando assim uma lei municipal do prefeito, que proibia o estacionamento de caminhões com produtos inflamáveis explosivos, líquidos ou gasosos, mas permitia o estacionamento de caminhões transportando gasolina e gás liquefeito de petróleo (GLP) (A TRIBUNA DE SANTOS, 07/12/1984).

Ao que tudo indica, Dojival Vieira tinha como objetivo não prejudicar os caminhoneiros⁵⁵, mas, segundo o discurso do jornal, a atitude da câmara dos vereadores de Cubatão em revogar a lei que proibia a circulação de caminhões na área urbana da cidade colocava em risco a população, pois tal lei havia sido criada devido a um vazamento de gás cloro ocorrido na Rua São Paulo, no centro de Cubatão (A TRIBUNA DE SANTOS, 07/12/1984).

⁵⁵ Após o episódio em que seis pessoas morreram e outras dezoito foram contaminadas com o pó-da-china no Mercado de São Sebastião na cidade do Rio de Janeiro em 1982, o Governo Federal criou a regulamentação que tratava do transporte de produtos perigosos com o Decreto 2.063 de 06 de outubro de 1983. Assim como este decreto, a Lei Municipal 1.375 de 11 de abril de 1983, sugere, segundo Dojival Vieira, que o caminhoneiro seja penalizado pelo transporte e/ou estacionamento de cargas com produtos perigosos.

No editorial do dia seguinte, intitulado “Baixada continua sob grave ameaça” o jornal *A Tribuna de Santos* continuou a propagar um discurso de que o risco ultrapassasse as fronteiras político-administrativas das cidades da Baixada Santista. No editorial o jornal questiona que em meio a tantos protestos contra a degradação do meio ambiente e à necessidade gritante de haver uma maior segurança quanto ao transporte de produtos químicos, as tragédias não parassem de ocorrer (A TRIBUNA DE SANTOS, 08/12/1984). Novamente, as fronteiras político-administrativas são transpostas para além da área urbana e industrial de Cubatão.

O jornal cita o desastre que havia ocorrido a menos de um mês na estatal mexicana *Petróleos Mexicanos* (PEMEX), que, de maneira semelhante ao desastre de Vila Socó, provocou a morte de aproximadamente 650 pessoas devido à problemas no sistema de operações no transporte do GLP (gás liquefeito de petróleo), além de ter ocorrido nas instalações de uma estatal como a Petrobrás (A TRIBUNA DE SANTOS, 08/09/1984). Após discorrer acerca do desastre no México, fazendo uma relação entre este último evento, os desastres de Vila Socó o desastre de Bhopal – considerando-o uma das maiores catástrofes de todos os tempos – o jornal indaga se a morte dos peixes e animais na Praia de Hermenegildo, no Rio Grande do Sul em 1978, também não tenha sido provocada pelo isocianato de metila (A TRIBUNA DE SANTOS, 08/12/1984).

Voltando para a Baixada Santista, o jornal volta a alerta para os perigos que envolvem o oleoduto sob Vila Socó, que, segundo o comandante do Corpo de Bombeiros, tenente-coronel Nilauril Pereira da Silva – uma das pessoas que trabalharam na tentativa de controlar o incêndio em Vila Socó – é uma tragédia que já foi esquecida, pois já se está defendendo o uso da área para construção de moradias. Para o jornal, não era hora de se discutir os riscos que a Baixada Santista estava sujeita, mas era o momento de agir (A TRIBUNA DE SANTOS, 08/12/1984). No editorial, afirma-se que

O que está em jogo é a sobrevivência de aproximadamente um milhão de pessoas. O que aconteceu no México e na Índia pode acontecer bem aqui, na Alemoa, na Ilha Barnabé ou mesmo nas rodovias. A questão ambiental, apesar do desprezo tolo com que é tratada por muitos, não se reduz à teorias utópicas ou a qualquer tipo de modismo. Ao contrário, implica no reconhecimento de que é preciso dar a máxima prioridade ao homem, ao seu direito a uma vida saudável. E não condená-lo, diariamente, à morte. É exatamente a questão ambiental, o maior de todos os problemas da Humanidade, o problema vital. Pois trata exatamente da raiz de todos os males modernos: a insanidade do

homem, que não poupa esforços para destruir a sua própria fonte de vida (A TRIBUNA DE SANTOS, 08/12/1984).

Neste editorial do dia 08 de dezembro percebemos uma crítica mais nítida a política desenvolvimentista por parte do jornal *A Tribuna de Santos*, principalmente pela maneira como o jornal encerra este texto, dando maior ênfase aos problemas ambientais pelo fato de compreender que estes – ou a sua extinção – seriam os fatores determinantes para a preservação da vida humana (A TRIBUNA DE SANTOS, 08/12/1984).

Apesar da sucessão de desastres tecnológicos que ocorreram em 1984 em Cubatão e posteriormente, Índia e México, e que foram noticiados pelo jornal *A Tribuna de Santos*, este o ano trouxe uma carga simbólica e mítica com o “clímax de um momento em que muitos brasileiros apostaram nas mudanças políticas para reverter o quadro autoritário imposto havia duas décadas” (KUSHNIR, 2004, p. 70; KLANOVICZ, 2008, p. 73), trazendo também uma noção de esperança diante da “tecnofobia” (BECK, 2011, p. 36) em que se encontrava a Baixada Santista.

Na edição de 1º de janeiro de 1985 o jornal *A Tribuna de Santos* encerrava uma série de reportagem iniciada no dia 16 de dezembro de 1984, intitulada “Roteiro da Insegurança”, trazendo na última página da edição de 1º de janeiro de 1985, o título “Insegurança é reflexo da opressão. Não se pode separar a questão ambiental do modelo político”, o jornal mais uma vez apresentava uma crítica ao regime político que encerrava-se, atribuindo a ele também os problemas ambientais de Cubatão e da Baixada Santista.

Como as outras reportagens da série “Roteiro da Insegurança”, sendo todas publicadas na última página de cada edição do jornal *A Tribuna de Santos*, a edição que encerra a série possuía o mesmo formato das demais, com o título no topo da página, uma figura central, e o texto nas laterais e no canto inferior da página. Na figura da reportagem, uma clara relação com o título desta reportagem e com os últimos discursos propagados pelo jornal, como o do editorial do dia 08 de dezembro de 1984 .

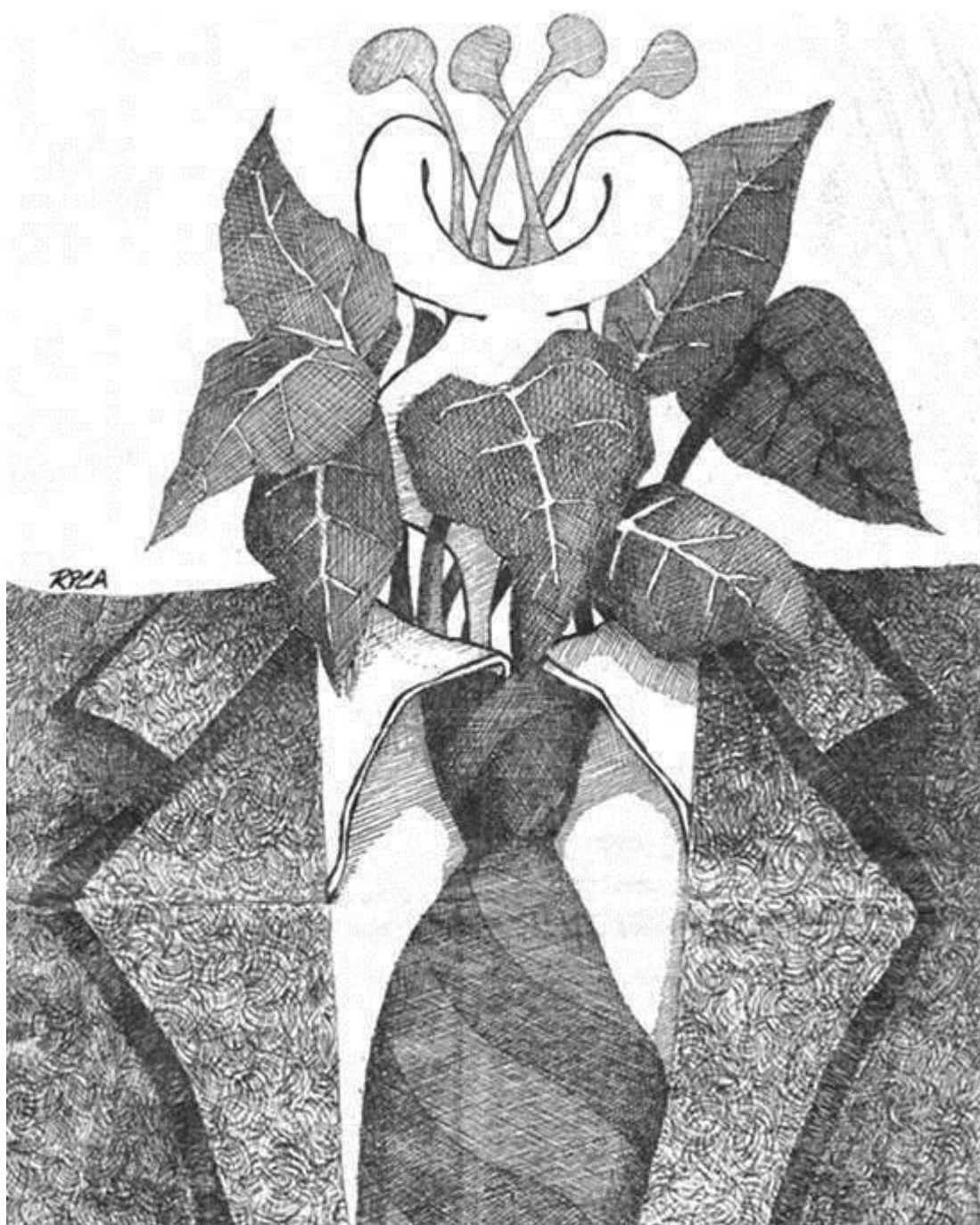


Figura 9 - Copo-de-leite.

Figura publicada na edição de 01 de janeiro de 1985 com a reportagem que encerra a série “Roteiro da Insegurança” de A Tribuna de Santos.

Como as outras reportagens da série “Roteiro da Insegurança”, sendo todas publicadas na última página de cada edição do jornal *A Tribuna de Santos*, a edição que encerra a série possuía o mesmo formato das demais, com o título no topo da página, uma

figura central, e o texto nas laterais e no canto inferior da página. Na figura da reportagem, uma clara relação com o título desta reportagem e com os últimos discursos propagados pelo jornal, como o do editorial do dia 08 de dezembro de 1984 em que uma flor de copo-de-leite tem a função de cabeça e rosto representada em um terno.

Levando em conta alguns discursos dos editoriais que foram comentados anteriormente na leitura da figura 9, que foi publicada junto da reportagem do dia 01 de janeiro de 1985 de *A Tribuna de Santos*, chegamos a conclusão de que diante dos acontecimentos que estavam relacionados a crise ambiental que estava ocorrendo em Cubatão – e acabaram atingindo outras cidades da Baixada Santista - o jornal revela uma posição política muito clara. Na figura 9, fica nítido o desejo de uma maior preocupação ambiental e de uma política econômica que repense a posição do meio ambiente na política, onde percebemos representados pela flor de copo-de-leite o meio ambiente, e a política pelo terno. No entanto, a de se pensar que existam também nítidas apropriações políticas da crise ambiental na Baixada Santista, devido ao das críticas do jornal ao regime político vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o fim da década de 1980 e início de 1990, a prefeitura de Cubatão, em colaboração com as indústrias e a comunidade local buscam recriar a identidade da cidade em torno da ideia da cidade verde, de representar Cubatão como uma cidade ecológica. Não faltam esforços de ambas as entidades em divulgar Cubatão como o símbolo da recuperação ambiental através de ações que vão desde políticas de controle da poluição, a reapropriação de antigas áreas contaminadas em parques ecológicos, e anexadas ao Parque Estadual da Serra do Mar, o turismo industrial, com áreas verdes nas instalações das indústrias, além dos usos e abusos da imagem do guará-vermelho como um dos maiores recursos para a promoção do discurso da cidade verde como discutido no capítulo 01 onde tratamos da ideia de Cubatão como uma (eco)cidade.

No entanto, os eventos ocorridos na década de 1980, assim como todo o legado negativo da industrialização ainda sobrevivem no imaginário sobre a cidade de Cubatão. Os fantasmas da industrialização, como por exemplo, o estigma de “Vale da Morte” e o desastre em Vila Socó não são negados pela prefeitura ou indústrias e muito menos pelo

jornal *A Tribuna de Santos*. A figura 4, por exemplo, é uma destas tentativas de rememorar o desastre de Vila Socó pelo jornal *A Tribuna de Santos*, assim como o jornal costumou fazer quando o evento completou 10 anos em 1994, 20 anos em 2004, e em 2014, quando completou 30 anos, quando expôs as investigações feitas pela Comissão da Verdade “Vereador Cláudio José Ribeiro”.

Podemos pensar que o fato de o jornal sempre buscar este desastre por ele ter tido a representatividade negativa ligada diretamente ao regime militar, pois, como demonstramos em nossa análise ao longo do capítulo 03, o jornal *A Tribuna de Santos* procurou fazer uma grande crítica ao regime militar trazendo como culpada pelo desastre a RPBC. O historiador François Dosse em um de seus mais recentes livros, “*O Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre a Esfinge e a Fênix*”(2013) discutiu a noção de retorno do acontecimento sugerida por Pierre Nora sobre o acontecimento na era das mídias – as *mass medias*–com o “acontecimento-monstro”, que caracteriza-se não pelo sentido ou produção que o historiador faz de determinado evento, mas da significação que a mídia de massa faz dele, e como as suas resignificação o transformam em “acontecimento-monstro”(DOSSE, 2013, p. 261).

Discutindo esta ideia do “acontecimento-monstro” François Dosse (2013) cita a tragédia do dia 11 de setembro de 2001 na cidade de Nova York, e a considera também um “acontecimento-mundo”, pelo fato de, além de ter sido amplamente divulgado pelas mídias americanas, foi divulgado também pelas mídias de todo o mundo⁶² (DOSSE, 2013, p. 261). Nesta perspectiva, podemos inserir também os acontecimentos que envolvem os desastres em Cubatão, principalmente o desastre de Vila Socó, aos conceitos de acontecimentos já considerados, mas também pela acepção dramática com que foi recebida e retransmitida pelas mídias.

Pensando ainda na contribuição de François Dosse, o autor sugere pensar a singularidade do “acontecimento-monstro” pelo destaque e importância do local e da data do acontecimento como fatores que o tornam o que significa após ser comunicado pela mídia de massa (DOSSE, 2013, p. 265). Transpondo estes apontamentos de Dosse para os acontecimentos ocorridos em Cubatão, podemos elencar localização de Cubatão e sua posição político-econômica, como um dos maiores pólos-industriais brasileiros e sua localização geográfica; o momento histórico em que começam a emergir os desastres em Vila Parisi e Vila Socó no período de transição política, e posteriormente a descoberta

dos lixões químicos da Rhodia; como pontos que configuram os acontecimentos de Cubatão como “acontecimento-monstro”.

Feitos estes apontamentos para pensarmos os desastres de Cubatão como acontecimentos carregados com uma singularidade própria, e que funcionaram como eventos responsáveis por rupturas na política econômica e também por dar início – Dosse também afirma que o acontecimento é o “começo”, pois as significações dele abrem novos sentidos – a uma cultura ecológica, acreditamos que podemos responder a pergunta que leva o título do primeiro capítulo: “Cubatão: um (toxi)cidade ou uma (eco)cidade?”.

Neste primeiro capítulo, buscamos apresentar as identidades e representações que foram forjadas para Cubatão, e que devido a dois acontecimentos transformaram a terra santista dos bananais no “fenômeno” Cubatão (BRANCO 1984): primeiro, a instalação da primeira refinaria de petróleo brasileira (no caso, primeira estatal) que impulsionou a instalação das outras indústrias como a COSIPA e o complexo siderúrgico, que forjaram uma identidade criada a partir da política desenvolvimentista; o segundo acontecimento foi a emergência dos desastres e sua ampla divulgação pelo periódico, especificamente com o desastre de Vila Socó, que, em nosso entendimento, caracterizou Cubatão como uma sociedade industrial de risco.

Embora o trabalho trate da construção do imaginário ambiental sobre Cubatão como a cidade tóxica -e podemos dizer também da construção de um imaginário sobre desastres, semelhante como Mike Davis tratou da cidade de Los Angeles em “*Ecologia do Medo*” (2001) –devemos também repontuar os fatores que em nosso entendimento, impediram a percepção da ferocidade da política desenvolvimentista durante o regime militar e ofuscamos desastres que foram discutidos no capítulo 02 “*A dialética entre desenvolvimento e desastre*”.

Considerando que até a década de 1970 estava estabelecido um regime de verdade instituído pela política econômica desenvolvimentista (e está estabelecida pelos saberes científicos da economia), podemos pensar que este regime de verdade conduzia os discursos tidos como verdadeiros e os tidos como falsos. Sendo assim, houve uma tentativa de ofuscar os problemas socioambientais de Cubatão por meio da publicidade de avanços no crescimento econômico, dinamismo do pólo-industrial, e construção de uma identidade industrial fundamentada no discurso técnico para Cubatão, que perdurou até o regime militar começar a entrar em colapso e surgirem as denúncias publicadas pela

grande imprensa paulista que relacionavam os casos de anencefalia com a poluição das indústrias.

A divulgação dos casos de anencefalia pela grande imprensa paulista, somados ao crescente descontentamento com o regime militar levaram Cubatão para o centro do debate ambientalista no Brasil. Ao nos apropriarmos do que Lúcia da Costa Ferreira (1991) chamou de “o fim do silêncio” sobre os desastres, situarmos o desastre de Vila Socó como o “acontecimento-monstro” e também “acontecimento-mundo” que reinstituiu um novo regime de verdade. Este novo regime de verdade é o que Dosse (2013) chamou de recomeço a partir do acontecimento⁵⁶.

A ampla cobertura realizada pelo jornal *A Tribuna de Santos* do desastre de Vila Socó, assim como relação feita nas reportagens com o desastre de Bhopal logo após a descoberta dos contêineres no Porto de Santos contendo o isocianato de metila nos mostraram que a tese inicial desta pesquisa estava correta; podendo apenas ampliar a noção de (toxi)cidade para “(toxi)cidades”. No entanto, podemos perceber que a crise ambiental pela qual vivia Cubatão e a Baixada Santista foi utilizada para fins políticos. Como comentado no capítulo 2, Jared Diamond afirmara que tenham sido fatores políticos, somados a desastres ambientais de grande repercussão midiática nas repúblicas soviéticas,⁵⁷ tenham desencadeado o fim da URSS. Aqui podemos argumentar que: o desastre de Vila Socó, somado a repercussão do desastre de Bhopal na Baixada Santista devido ao transporte e produção do isocianato de metila em Santos e Cubatão, tenham desencadeado expurgos ao regime militar por parte do jornal *A Tribuna de Santos*, que na medida em que bravejou um discurso ecologizante, mostrou-se apropriar-se dos desastres para fins de reformas político-institucionais.

⁵⁶ Dosse está discutindo mais precisamente o papel das mídias televisivas de massa na divulgação de eventos que acabam transformados em “acontecimento-monstro” e “acontecimento-mundo”, mas que dependendo da amplitude da circulação da mídia impressa pode ter a mesma especificidade.

⁵⁷ Partindo do ponto que, devido ao regime centralizar as informações em Moscou, muitos desastres ocorridos nos países satélites podem nem mesmo terem sido noticiados.

REFERÊNCIAS

FONTES

FURTADO, C.. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GOLDENSTEIN, L. A industrialização da Baixada Santista: estudo em centro industrial satélite. São Paulo, 1972. (Tese de doutoramento - Instituto de Geografia da USP).

HALLISON PUBLICIDADE LTDA. Cubatão, ontem e hoje, um marco do desenvolvimento. São Paulo, Hallison Publicidade, 1970.

SIMONSEN, M. H.; CAMPOS, R. O.. A nova economia brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1975.

SIMONSEN, M. H.. Ensaios sobre economia e política econômica. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1971.

Jornal A Tribuna de Santos, 26 de fevereiro de 1984.

Jornal A Tribuna de Santos, 27 de fevereiro de 1984.

Jornal A Tribuna de Santos, 28 de fevereiro de 1984.

Jornal A Tribuna de Santos, 29 de fevereiro de 1984.

Jornal A Tribuna de Santos, 01 de março de 1984.

Jornal A Tribuna de Santos, 02 de março de 1984.

Jornal A Tribuna de Santos, 03 de março de 1984.

Jornal A Tribuna de Santos, 04 de março de 1984.

Jornal A Tribuna de Santos, 05 de março de 1984.

Jornal A Tribuna de Santos, 06 de março de 1984.

Jornal A Tribuna de Santos, 09 de março de 1984.

Jornal A Tribuna de Santos, 04 de dezembro de 1984.

Jornal A Tribuna de Santos, 05 de dezembro de 1984.

Jornal A Tribuna de Santos, 06 de dezembro de 1984.

Jornal A Tribuna de Santos, 07 de dezembro de 1984.

Jornal A Tribuna de Santos, 08 de dezembro de 1984.

Jornal A Tribuna de Santos, 09 de dezembro de 1984.

Jornal A Tribuna de Santos, 01 de janeiro de 1985.

Jornal A Tribuna de Santos, 01 de março de 1986.

Jornal A Tribuna de Santos, 11 de março de 2011.

BIBLIOGRAFIA

Jornal O Estado de São Paulo, 04 de fevereiro de 1982.

Jornal O Estado de São Paulo, 02 de março de 1982.

Revista Veja, 04 de julho de 1984.

ADINOLFI, Valéria Trigueiro. Discurso Científico, poder e verdade. Revista Aulas. Campinas. V. 3, p.624-633.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editora Presença, 1980.

ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. **As políticas espaciais contemporâneas e a reprodução do capital e do urbano**. Cidades (Presidente Prudente), v. 9, p. 62-85, 2012.

ASSOCIAÇÃO DOS CONTAMINADOS PROFISSIONALMENTE POR ORGANOCOLORADOS. **Dossiê do caso Rhodia II. Contaminação ocupacional**. Santos: ACPO, 1999. Disponível em: <http://www.acpo.org.br/biblioteca/bb/Dossiel.htm>. Acesso em 26/06/2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

BRANCO, Samuel Murgel. **O Fenômeno Cubatão na visão do ecólogo Samuel Murgel Branco**. São Paulo: CETESB/ASCETESB, 1984.

BRASIL. Secretaria do Planejamento. **II Plano Nacional de desenvolvimento: 1975-1979**. Brasília, DF, 1974.

BUELL, Lawrence. **Toxic Discourse**. Critical Inquiry. Chicago. v 24, n3, p.639-665, 1998.

CARVALHO, Ely Bergo de.; NODARI, Eunice Sueli . **A civilização e a barbárie nos jornais: O imaginário do verde em cidades de fronteira agrícola no Paraná (1954/2000)**. Fênix (Uberlândia), v. 5, p. 1-19, 2008.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

COUTO, Joaquim Miguel **Entre estatais e transnacionais: o pólo industrial de Cubatão**. Tese (Doutorado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

DAVIS, Mike. **Cidades Mortas**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

DAVIS, Mike. **Ecologia do Medo. Los Angeles e a fabricação de um desastre**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DIAMOND, Jared. **Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.

DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmén. **Sociedade, Natureza e Território: contribuição para a história ambiental**. In: _____ . (Org.). História Ambiental e Migrações. 1ed. São Leopoldo: Oikos, 2012, v, p. 167-197.

ESPINDOLA, Marcos Aurélio ; NODARI, Eunice Sueli; LOPES, Alfredo Ricardo Silva. **História Ambiental e Interdisciplinaridade na análise de desastre**. In: Simpósio Internacional sobre Interdisciplinaridade no Ensino, na Pesquisa e na Extensão Região Sul, 2013, Florianópolis. Anais do Simpósio Internacional sobre Interdisciplinaridade no Ensino, na Pesquisa e na Extensão Região Sul. Florianópolis: PPGICH/UFSC, 2013. v. 1.

FARO, Diego do Prado. **II Plano Nacional de Desenvolvimento e Modelo de Substituição de Importações**. 2010. (Monografia) Graduação em Ciências Econômicas – UNICAMP, Campinas.

FERREIRA, Arthur Arruda Leal. **Para além dos fundamentos epistemológicos: o encontro de Michel Foucault e Bruno Latour na construção diferencial de um mundo comum**. Revista Aulas (UNICAMP), v. 3, p. 30-59, 2007.

FERREIRA FILHO, Clayton Barbosa. **O Caso Rhodia e a Contaminação de Cubatão/SP nos anos 1980**. In: Seminário Nacional de História, 2012, Guarapuava - PR. Anais do Seminário Nacional de História, 2012.

FERREIRA, Lúcia da Costa. **Os fantasmas do vale (Representações e modos de ação social em Cubatão)**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. São Paulo: Nacional, 1986.

GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

GIFFORD, Terry. **A Ecocrítica na mira da crítica atual**. Tradução de Izabel de Fátima de Oliveira Brandão. Revista Terceira Margem (online), 13.20(2009): 244-261.

GIRALDO, Lia. **Exposição ocupacional e organoclorados em indústria química de Cubatão - Estado de São Paulo: avaliação do efeito clastogênico pelo teste de Micronúcleos**. (Tese) Doutorado. Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, 1995.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HERCULANO, Serlene. **Exposição a riscos químicos e desigualdade social: o caso do HCH (hexacloroetano) na Cidade dos Meninos, RJ**. Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR), Curitiba, n.5, p. 61-71, 2002.

HOGAN, Daniel Joseph. **Condições de vida e morte em Cubatão**. In: Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Olinda: Abep, 1988.

JÚNIOR, José Paulo Ferraz. **Responsabilidade Civil dos Poluidores de Hexaclorobenzeno**. 2004. Dissertação (Mestrado) – UNISANTOS, Santos.

KLANOVICZ, Jó. **Apontamentos teórico-metodológicos para uma história ambiental dos "desastres naturais" em Santa Catarina**. Tempos Acadêmicos, v. 1, p. 1-10, 2008

_____. **Natureza corrigida: uma história ambiental dos pomares de macieira no sul do Brasil (1960-1990)**. 2007. (Tese) Doutorado - UFSC, Florianópolis.

_____. **História ambiental e desastres: encontros entre política, tecnologia e sociedade**. História Unisinos, v. 17, p. 293-302, 2013.

_____. **Húbris Tecnológica e História: pensando ambientes e desastres**. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. p. 1-16.

_____. **Ideal pastoral, biorregionalismo e modernismo na literatura sobre a produção de maçãs no sul do Brasil.** *Literatura em Debate* (URI), v. 7, p. 212-232, 2010.

_____. **Toxicidade e Produção de Maçãs no Sul do Brasil.** *História, Ciências, Saúde. Manguinhos.* v. 17, p. 67-85, 2010.

KLANOVICZ, Luciana Rosar Fornazari. **Erotismo na cultura dos anos 1980: Censura e Televisão na Revista Veja.** 2008. Tese (Doutorado) – UFSC, Florianópolis.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas.** Brasília: FUNAG, 2006.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos: Ensaio de antropologia simétrica.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEHMKUHL, Ursula. **Historicizing Nature: Time and Space in German and American Environmental History.** In: LEHMKUHL, Ursula; WELLENREUTHER, Hermann. *Historians and Nature: Comparative Approaches to Environmental History.* New York: Berg, 2007. p. 17-44.

LUBENOW, Jorge Adriano. **A Categoria de Esfera Pública em Jürgen Habermas.** 2007. (Tese) Doutorado. UNICAMP, Campinas.

LUCA, Tânia Regina de ; MARTINS, Ana. Luiza . *Imprensa e Cidade.* 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In:_____.(Orgs). *O Historiador e suas fontes.* 2ªed. São Paulo: Contexto, 2008.

MAIA, Andréa Casa Nova; SEDREZ, Lise. **Narrativas de um dilúvio carioca: memória e natureza na grande enchente de 1966.** *Revista de História Oral,* São Paulo, v. 14, n. 2, p.221-254, 2011.

MALETTE, Sébastien. **Foucault para o próximo século.** *Ecopolítica,* São Paulo, n.1, p.4-25.

MARTINS, Carlos Estevam. **Tecnocracia e capitalismo.** São Paulo: Brasiliense/CEBRAP, 1974.

MARTINS, Ricardo Constante. **Ditadura Militar e Propaganda Política: A Revista Manchete durante o Governo Médici.** 1999 (Dissertação) Mestrado – UFSCAR, São Carlos.

OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. **A constituição da verdade em Hans G. Gadamer e Michel Foucault.** *Revista Aulas.* Campinas. V. 3, p. 59-88, 2007.

OLIVER-SMIYH, Anthony. **“What is a Disaster”:** Anthropological perspectives on a persistent question. In:_____. (orgs) *The Angry Earth: Disaster in Anthropological Perspective*. London : Routledge, 1999.

PADUA, José Augusto. **A Profecia dos Desertos da Líbia: Conservação da Natureza e Construção Nacional no Pensamento de José Bonifácio**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo. v. 15, n.44, p. 119-142, 2000.

PÁDUA, José Augusto. **Bases teóricas da História Ambiental**. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, p. 81-101, 2010.

RAJAN, S. RAVI. **Disaster, Development and Governance: Reflections on the 'Lessons' of Bhopal**. *Environmental Values*, v.11, no. 3, p. 369–94, 2002.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa: A configuração do tempo na narrativa de ficção**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

SANGUINÉ JÚNIOR, Jairo. **A imprensa e o Processo de Democratização do Brasil**. *Sociedade e Debate*, Pelotas, v. 4, p. 19-35, 1998.

SCHENK, Gerrit Jasper. **Historical disaster research. State of research, concepts, methods and case studies**. In: *Historical Social Research*. Köln, v.32, n.3, p.9-34, 2007.

SCHWARTZ, Stuart B.. **Differential disasters: The 1928 hurricane and the shaping of the circumcaribbean region**. In: *Harvard Review of Latin America*, VI (2), p. 3-9, 2007.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SIMONSEN, Mário Henrique; CAMPOS, Roberto Oliveira. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1975.

SIMONSEN, Mário Henrique. **Ensaio sobre economia e política econômica**. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1971.

SINDICATO DOS TRABALHADORES QUÍMICOS DE SÃO PAULO, ABC E CAMPINAS. **Dossiê do caso Rhodia**. São Paulo, 1995.

VALÊNCIO, Norma. Os desastres como indícios da vulnerabilidade do Sistema Nacional de Defesa Civil: o caso brasileiro. *Territorium*. Coimbra. V. 18, p. 147-156.

WORSTER, Donald. **Para fazer história ambiental**. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Autorizo apenas a divulgação do resumo e do *abstract* no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Irati (PR), 22 de junho de 2015.

Clayton Barbosa Ferreira Filho
Clayton Barbosa Ferreira Filho